Mafalala: memórias e espaços de um lugar

Autor(es): Ribeiro, Margarida Calafate, ed. lit.; Rossa, Walter, ed. lit.

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/39289>

DOI: DOI:<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-1220-1>

Accessed : 16-Dec-2016 15:36:40

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

MARGARIDA CALAFATE RIBEIRO
WALTER ROSSA
[ORG.]

MEMÓRIAS
E ESPAÇOS
DE UM LUGAR

An aerial photograph of a densely populated urban area, likely a favela, with numerous small buildings and a prominent telecommunications tower in the background. A large, semi-transparent red triangle is overlaid on the lower right portion of the image. The word 'MAFALLA' is written in large, white, bold, sans-serif capital letters across the red triangle.

MA
FA
LA
LA

(Página deixada propositadamente em branco.)

LEGENDA:

Associação IVERCA - i
Casa Noémia de Sousa - 01
Mesquita Iti Faque - 02
Casa Nuno Caliano (Base “Galo”) - 03
Mesquita Baraza - 04
Casa Panachande - 05
Casa Samora Machel - 06
“Campinho” de Futebol da Mafalala - 07
Casa José Craveirinha (Comoreanos) - 08
Casa Joaquim Chissano - 09
Casa Pascoal Mocumbi - 10
Mesquita Cadria - 11
Casa Fany Mpfumo - 12
Casa Ricardo Chibanga - 13
Casa Eusébio da Silva Ferreira - 14
Tufo da Mafalala - 15
Cantina Mufundisse - 16
Cantina Gato Preto - 17
Escola Primária Unidade 23 - 18
Escola Primária Unidade 22 - 19
Mercado da Mafalala - 20
Antiga zona da lixeira (“Bucaria”) - 21
Casa Rui de Noronha - 22
Bairro da Munhuana - 23
Praça da Paz - 24
Entrada da antiga Praça de Touros - 25
Praça 21 de Outubro - 26
Casa-Museu José Craveirinha - 27
Bairro de Mikandjuine - 28
Bairro da Malhangalene - 29

(Página deixada propositadamente em branco.)

TÍTULO DO LIVRO

Mafalala: memórias e espaços de um lugar

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensa@uc.pt | URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

PRODUÇÃO

Patrimónios de Influência Portuguesa: <http://www.patrimonios.pt>

ORGANIZADORES

Margarida Calafate Ribeiro

Walter Rossa

AUTORES

Ivan Laranjeira, Francisco Noa, Fátima Mendonça,

Rui Laranjeira, Nuno Simão Gonçalves

PRODUTOR

Nuno Simão Gonçalves

REVISORA

Mónica V. Silva

DESIGN

Helena Soares Rebelo

INFOGRAFIA

Helena Soares Rebelo e Nuno Simão Gonçalves

EXECUÇÃO GRÁFICA

Norprint - a casa do livro

ISBN: 978-989-26-1219-5

ISBN DIGITAL: 978-989-26-1220-1

DOI: <http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-1220-1>

DEPÓSITO LEGAL: 412792/16

APOIO

Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

Escola Portuguesa de Moçambique

Associação IVERCA, Maputo: <http://www.iverca.org>

MARGARIDA CALAFATE RIBEIRO | WALTER ROSSA [ORG.]

**MEMÓRIAS
E ESPAÇOS
DE UM LUGAR**

**MA
FA
LA
LA**

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a:

Maria João Padez de Castro, Imprensa da Universidade de Coimbra.

Carlos Costa, Imprensa da Universidade de Coimbra.

Dina Maria Trigo de Mira, Escola Portuguesa de Moçambique.

Teresa Noronha, Escola Portuguesa de Moçambique.

António Costa Pinto, foto-jornalista.

Inadelso Cossa, cineasta e fotógrafo.

09

APRESENTAÇÃO

Margarida Calafate Ribeiro | Walter Rossa

15

A IVERCA

Ivan Laranjeira

21

MAFALALA:

MEMÓRIA DE UMA PAISAGEM SOCIOCULTURAL

Francisco Noa

33

**NOÉMIA DE SOUSA E JOSÉ CRAVEIRINHA
NOS TRILHOS POÉTICOS DA MAFALALA**

Fátima Mendonça

53

UMA PERSPETIVA HISTÓRICA DA MAFALALA

Rui Laranjeira

107

**O URBANISMO DA MAFALALA:
ORIGEM, EVOLUÇÃO E CARACTERIZAÇÃO**

Nuno Simão Gonçalves

165

NOTAS BIOGRÁFICAS

171

LEGENDAS DAS IMAGENS

APRESENTAÇÃO

Margarida Calafate Ribeiro | Walter Rossa

M *afalala: memórias e espaços de um lugar* resulta de um trabalho conjunto entre investigadores portugueses e moçambicanos das áreas da literatura e do urbanismo, e da *IVERCA*, uma ONG moçambicana vocacionada para a promoção do turismo, cultura e meio ambiente. Cumprem-se assim as diretivas de uma investigação de responsabilidade civil pela transferência de conhecimento nos dois sentidos: da comunidade para a universidade e da universidade para a comunidade.

De forma mais detalhada pode dizer-se que este livro conjuga o projeto da *IVERCA* com o projeto académico *Patrimónios de Influência Portuguesa*, sediado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, que se dedica ao estudo e interpretação proactivos das heranças das culturas que se exprimem em língua portuguesa. No seio do *Patrimónios* desenvolveu-se durante três anos (maio de 2012 a setembro de 2015) o projeto *De S. Paulo de Luanda a Luanda, de Lourenço Marques a Maputo: capitais coloniais em tempos pós-coloniais*, sob a coordenação dos organizadores deste livro, Margarida Calafate Ribeiro e Walter Rossa. O referido projeto contou com uma equipa multidisciplinar internacional a saber, para além dos coordenadores já mencionados: Roberto Vecchi (Universidade de Bolonha), Phillip Rothwell (Universidade de Oxford), Francisco Noa (Universidade UniLurio, Nampula), Nuno Simão Gonçalves (CES-UC), Fátima Mendonça (Universidade Eduardo Mondlane, Maputo) e Júlia Garraio (CES-UC) e a consultadoria de Júlio Carrilho (Universidade Eduardo Mondlane, Maputo) e de José Luandino Vieira (escritor

angolano). O financiamento foi da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Os resultados do projeto contam com formas diversas de divulgação, estando em organização um outro livro.

O projeto partiu do cruzamento de olhares do Urbanismo e dos Estudos Culturais sobre as cidades de Luanda e Maputo. Teve como espaço conceptual central o conceito de cidade como texto (Lévi-Strauss) ou palimpsesto de textos (André Corboz), e olhou a cidade como espaço de fundação da ocupação, como espaço colonial, como espaço de resistência e como espaço forjador das novas nações. No âmbito desta investigação, o espaço urbano e cultural da Mafalala foi estudado sobretudo pelos investigadores Nuno Simão Gonçalves, arquiteto, e Francisco Noa, especialista de literatura moçambicana e também antigo habitante do bairro. Enquanto o primeiro procedeu a uma investigação sobre as origens, a evolução e as especificidades do espaço urbano da Mafalala, o segundo debruçou-se sobre a presença deste bairro na literatura e na cultura moçambicana, bem como na construção da identidade do país. Francisco Noa, através de um contributo mais pessoal, a partir das suas memórias da Mafalala, juntamente com Fátima Mendonça, especialista da literatura moçambicana, ofereceram aos resultados do projeto as vozes poéticas da Mafalala.

No decorrer desta investigação no bairro, em 20 de dezembro de 2013 ocorreu o feliz encontro de investigadores do projeto (Margarida Calafate Ribeiro, Walter Rossa e Nuno Simão Gonçalves) com Rui e Ivan Laranjeira da *IVERCA, associação cultural de turismo, cultura e meio ambiente*. Este grupo inquieto procura, em regime de voluntariado, soluções para os problemas que a sua classe, em particular, e os jovens, em geral, enfrentam. Escolheram seguir o caminho do associativismo, como forma de contribuir para o desenvolvimento do bairro e do país, e têm a sua sede na Mafalala onde organizam roteiros pelo bairro para turistas, entre muitas outras atividades culturais (ver texto de Ivan Laranjeira).

A esse primeiro contato entre os investigadores e a *IVERCA* sucederam-se outros e, com eles, a possibilidade de realizar um trabalho inovador e

necessário para aquela comunidade. Nestas reuniões tornou-se clara a necessidade de criar um instrumento que registasse o estudo do bairro e que, ao mesmo tempo, servisse de guia especializado a visitantes mais interessados. Delineou-se um esboço de possível livro e respetivo índice, contando com a participação de investigadores e de dois elementos da IVERCA. Ivan Laranjeira situa num primeiro texto o trabalho da IVERCA no bairro e em Moçambique, e Rui Laranjeira, professor, historiador local e ensaísta que, recentemente, publicou o primeiro estudo sobre a Marrabenta, dança que tem origem na Mafalala, e que neste livro narra a história do bairro através da voz dos seus habitantes. A cargo de Fátima Mendonça e de Francisco Noa ficou a pujança poética, cultural e política da Mafalala e Nuno Simão Gonçalves, arquiteto e investigador moçambicano, desenvolveu o estudo sobre o lugar e o espaço urbano do bairro com o qual se fecha o livro.

Tendo em linha de conta o público alvo e a função do livro, entendemos ser fundamental dotá-lo de um aparato gráfico adequado, que tire partido de uma seleção feita entre a documentação recolhida de imagens atuais e de arquivo. Esta tarefa foi desenvolvida por Walter Rossa e Nuno Simão Gonçalves, cabendo ao último todo o crédito pela produção da cartografia com a qual se explica e se guia o leitor através do bairro. O design e composição gráfica são de Helena Soares Rebelo.

Mafalala: memórias e espaços de um lugar é um livro escrito e composto a várias mãos por investigadores portugueses e moçambicanos que, em conjunto, sentiram a necessidade e a vontade de trabalhar e registar um assunto que, ambas as partes, de diferentes formas, tinham estudado e conheciam. O diálogo, as transferências de conhecimentos e o superior interesse de assim servir a comunidade orientaram-nos para o livro que agora apresentamos.

MEMÓRIAS
E ESPAÇOS
DE UM LUGAR

MA
FA
LA
LA

A IVERCA

Ivan Laranjeira

MAFALALA, esta palavra cantada, a que nós chamamos casa, é a capital de Maputo. O lugar onde reside a alma e o coração desta cidade. É assim que normalmente começamos o passeio pelo bairro da Mafalala.

Um passeio que agora está marcado nas páginas deste livro que documenta e explica a relevância de todo um manancial histórico do outro lado da cidade – o “Caniço”. Esta ação reflete a missão assumida pela *IVERCA*: investigar e narrar a história da Mafalala quer por visitas guiadas ou por narrativas escritas, quer, ainda, pela inventariação e sinalização do património cultural existente. Este é um esforço que se estende a uma preocupação na sua gestão e manutenção.

A Mafalala é um bairro que, devido à sua riqueza histórica, artística, literária, desportiva, à sua diversidade cultural e ao seu interesse arquitetónico, serviu como um elemento inspirador para começar e realizar um grande sonho: transformar a Mafalala na maior referência turística de Maputo. Acima de tudo, iniciar o processo de reconhecimento oficial deste espaço, registar a sua história, proteger o seu vasto património e criar mecanismos de autossustento para a comunidade residente, através da exploração e aproveitamento do património cultural do bairro.

Deste sonho surge então a *IVERCA*, uma organização juvenil constituída maioritariamente por estudantes e residentes da Mafalala, voltada para o turismo, a cultura e o meio ambiente, os dois últimos vitais no quotidiano desta comunidade. Desde a primeira hora procurou-se trazer à tona as particularidades e riquezas deste torrão, bem como

evidenciar os seus desafios a nível social e de infraestrutura. O objetivo foi encontrar parceiros para dar resposta aos desafios e procurar soluções, através de visitas guiadas, programas de voluntariado, serviço comunitário e pelo Festival Mafalala.

Esta agremiação procura igualmente mudar o paradigma existente em relação à cultura e ao turismo em Moçambique: a proposta é colocar como o centro de toda a ação a comunidade enquanto principal impulsionadora e beneficiária da prática do turismo decorrente dos recursos culturais e naturais nela existentes.

É neste contexto que a *IVERCA* desenvolve um percurso que em três horas explica a génese, o desenvolvimento, os principais eventos e os processos históricos protagonizados pela Mafalala e enaltece a sua diversidade cultural, a sua característica cosmopolita e a obra dos seus melhores filhos – José Craveirinha, Noémia de Sousa, Eusébio da Silva Ferreira, Ricardo Chibanga, Fany Mpfumo, Samora Machel, Joaquim Chissano, Pascoal Mocumbi, para mencionar alguns.

Entretanto, mais do que um simples passeio pelo bairro esta rota tem o cunho de promover, difundir, educar e sensibilizar para a importância da valorização de bairros como a Mafalala, mostrando o seu grande contributo na criação da identidade nacional e na desconstrução de preconceitos sobre o bairro e as suas gentes. O roteiro associa-se igualmente a um esforço de desenvolvimento comunitário que prioriza três grupos alvos principais: as mulheres, os jovens e as crianças, desenvolvendo programas de geração de renda, promoção da literacia, formação técnico-profissional e saneamento do meio.

Ao participar deste projeto do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, a *IVERCA* cumpre cabalmente uma das suas premissas que é a da produção de documentação e a partilha do seu conhecimento para os homens e mulheres de hoje e, essencialmente, para os de amanhã.

Casa onde viveu Samora Machel, 2013.

MAFALALA: MEMÓRIAS E ESPAÇOS DE UM LUGAR

MAFALALA: MEMÓRIA DE UMA PAISAGEM SOCIOCULTURAL

Francisco Noa

Como conseguir o equilíbrio interior entre imagens distantes no tempo, difusas na forma, e uma realidade desconcertante, muitas vezes insustentável que o presente nos coloca? Julgo que esta é uma questão que tem a idade do tempo e que deve ser seguramente recorrente, oscilando entre a angústia e algum comprazimento, sobretudo quando em confronto com o que ficou para trás e que emerge de forma viva, poderosa e desafiante.

Tenho cá para mim que uma parte assinalável da literatura que conhecemos deve, voluntária ou involuntariamente, perseguir esse equilíbrio. Mesmo tendo em atenção as flutuações e acelerações descontroladas do nosso tempo que concorrem para desintegrar e diluir as nossas experiências anteriores. O passado, por qualquer sortilégio nem sempre de fácil interpretação e que só a memória lhe dá existência, surge-nos muitas vezes como lugar mais ou menos ordenado e fixado no tempo. O presente, pelo contrário, por representar o devir, o que acontece, é inapreensível, e, por isso mesmo, espaço de efémeras fruições, quando não de padecimento ou mesmo de desconcerto. Passei praticamente toda a minha infância na Mafalala, até ao momento em que ao perder o meu pai, aos nove anos, se esfumou também toda a inocência relativa a uma vivência que não mais se iria

repetir. Mafalala era o centro do mundo, pelo menos para nós os que lá vivíamos, e tudo existia em função desse centro à volta do qual tudo o resto parecia gravitar, fosse a cidade de cimento, da então Lourenço Marques, ou a fronteira de asfalto, na Av. Craveiro Lopes, que ora nos distanciava ora nos aproximava da Malhangalene, bairro urbano de colonos remediados, ou do bairro da Munhuana, através da Av. Caldas Xavier, ou dos conhecidos bairros Indígena, Chamanculo e Xipamanine, através da Avenida de Angola.

Antigo vizinho de Francisco Noa, 2014.

De modo algo perverso, numa exemplar percepção da relatividade das coisas, tudo à volta parecia acontecer e ganhar sentido em função daquele nosso círculo existencial. Não resisto, a propósito, partilhar esta passagem arrebatadora de um romance colonial tardio, *Ku Femba*, da autoria de João Salva-Rey:

Mafalala centro do mundo!

Começara por ser um bairro segregado, meia dúzia de palhotas de caniço amontoado na periferia da cidade dos brancos ou *xilunguine*, ali se juntando em comunidade, principalmente os oriundos do norte, só macuas, de cofió vermelho enfiado no cocuruto, e longos guarda-pós brancos por cima das calças, ótimos criados de servir, para isso desceram ao sul, praticantes da mesma língua e da mesma religião de Maomet.

Vieram e multiplicaram-se.

E Mafalala cresceu, dia a dia, de palhota em palhota.

Depois, chegou a novidade das construções de madeira e zinco, uma das primeiras a erguer-se, a do bar-dancing “Comoreano”, iniciativa de um emigrante ousado das ilhas vizinhas das Comores, ali chegado ninguém sabe porquê e, como bom maometano que se prezava, na Mafalala radicado. [...]

Nessa época, distante de quarenta anos, já muitos brancos do *xilunguine* mandavam às urtigas o preconceito segregatório do pudor saxónico, e uns por facécia, outros simplesmente desinibidos, dançavam com mulheres e beberriçavam com homens africanos, embora no proscrito e quase incógnito “Comoreano” dos recônditos da Mafalala.

(Salva-Rey, 1974: 182-83)

Bairro verdadeiramente paradoxal, a Mafalala emergia olímpicamente entre outras margens, isto é, dois prostíbulos, o das Lagoas a este, e Mathlothlomana a oeste. “História das Lagoas” é um dos mais celebrizados poemas de José Craveirinha, sobre a condição de vida de muitas mulheres africanas, negras e mulatas, da periferia lourençomarquina:

Vem não vem marinheiro
Coitado filho da Leta
Coitada mãe de sua mãe
Coitada janela acesa na barraca das Lagoas
Coitados nós todos filhos
De coitada Leta Conceição!

(Craveirinha, 1982: 75)

E o paradoxo residia no simples facto de a dignidade ensanduichada nas casas de madeira e zinco, habitadas pelas humildes famílias predominantemente de origem africana, conviver quotidiana e naturalmente com um dos opróbrios mais degradantes gerados pela colonização: a prostituição.

Entretanto, a norte, onde passa hoje a Avenida Joaquim Chissano, ficava um dos locais de peregrinação obrigatória e proibida da nossa irreverente e inconsciente criança, quase sempre castigada pela vara justiceira dos nossos pais: refiro-me à *bocaria*. Tratava-se simplesmente da maior lixeira da cidade, onde os despojos dos ocupantes da cidade colonial incendiavam a nossa imaginação. Dali saíam inúmeros brinquedos reinventados e reciclados pela nossa insuperável criatividade de engenharia suburbana.

Engenharia que não evitava os enormes estragos que as chuvas provocavam, desnudando aí toda a vulnerabilidade e precariedade em que vivíamos, mas que, mesmo assim, dificilmente destronavam o entusiasmo deslumbrado que animava as nossas vidas. Lugar de inundações cíclicas, neste aspeto particular, a Mafalala inspirou, entre outros, músicos como Fani Mpfumo, António William ou escritores como Aldino Muianga. Aliás, um dos exemplos mais conhecidos deste autor é a obra *Xitala Mati* (1987) que, em ronga, quer exatamente dizer *lugar das inundações*.

No meio das adversidades que a vida nos colocava, embora *in illo tempore* nós não as víssemos como tal ou na dimensão dramática como era encarada pelos mais velhos, o respeito pelo próximo e pelos costumes era erigido em quase todas as famílias como um valor supremo e inegociável. A esse elevado sentido de existência comunitária associava-se um profundo e intenso sentido de autossuperação, sempre com o estímulo incansável dos nossos pais, na palavra e no exemplo. Talvez isso explique, em grande medida, porque é que dali saíam algumas das figuras mais proeminentes de uma nação por vir: intelectuais, políticos, nacionalistas, desportistas, músicos, poetas, etc. Verdadeiro microcosmos da sociedade moçambicana, a Mafalala é seguramente um dos maiores estandartes da policromática multiculturalidade que caracteriza este país bordejado latitudinal, mas também significativamente pelo Oceano Índico. Cada um no seu mundo, abrindo-se em função das necessidades quotidianas, ali

viviam negros, mulatos, indianos, chineses e alguns brancos, estes últimos formando três grupos muito bem demarcados, pois eram maioritariamente comerciantes, ou cantineiros, como na época eram tratados.

Não resistimos, entretanto, em socorrer-nos do “Poema da Infância Distante”, de Noémia de Sousa, onde a presença do mar e a diversidade humana que este gerou são celebrados de forma épica:

Quando eu nasci na grande casa à beira-mar
era meio-dia e o sol brilhava sobre o Índico.
Gaivotas pairavam, brancas, doidas de azul.
Os barcos dos pescadores indianos não tinham regressado ainda.
Arrastando as redes pejadas. [...]
– Figuras inesquecíveis da minha infância arrapazada,
solta e feliz:
meninos negros e mulatos, brancos e indianos,
filhos da mainata, do padeiro,
do negro do bote, do carpinteiro...

(Sousa, 2001: 60-63)

Olhando, hoje, para o aviltante espetáculo da intolerância enraivecida, por esse mundo fora, ou então para os semblantes duros, crispados e desconfiados e para os muros reerguidos e as sementeiras de arame farpado com que a Europa, civilizada e culta, recebe os que fogem das suas indigências nacionais e locais, constato agora que a Mafalala, enquanto microcosmos de todo um território, era seguramente um lugar demasiado avançado no tempo.

Efeito da colonização e das migrações internas, mais do que qualquer outro bairro moçambicano, a Mafalala instituiu-se como um notável ensaio laboratorial de coabitação multiétnica, multicultural e plurirracial. Convenhamos, tudo isso de forma não programada e de certo modo contraditória, para não dizer surpreendente, dadas as características da colonização portuguesa em Moçambique, profundamente segregacionista e hierarquizadora.

Antes de nós próprios sabermos que fazíamos parte de uma constelação que ia sendo audaciosamente adjetivada de moçambicana, na quotidiana e quase espontânea aprendizagem da diferença, tomávamos consciência que, entre outros, éramos rongas, manhambanes, machanganas, chopes, matsuas, ou simplesmente xingondos. Estes eram assim designados dada a sua proveniência, ou do centro do país, (senas, ndaus, nyunguês ou machuabos), ou do norte (macuas, sobretudo).

E assim se foi construindo a nação cultural, performativa, como ensina Homi Bhabha (1990), isto é, aquela que alicerça, tal como em outros cantos do mundo, a nação política, ou o Estado-Nação em que, no nosso caso, Moçambique se transformou, depois da independência política, em 1975.

Uma das imagens mais poderosas que me fica desse tempo, e que vai deslizando entre o desvanecimento e a nitidez das figuras e dos movimentos, era a visibilidade da cultura. Aos domingos, sobretudo, apesar da perseguição policial, eram inúmeros os grupos culturais que desfilavam e deliciavam os nossos sentidos ainda em formação. Eram essas ocasiões únicas e privilegiadas em que entrávamos em contacto com parte significativa do nosso património cultural. Facto esse que, necessária e intuitivamente, mexia connosco, apesar da alienação cultural e linguística a que éramos submetidos, através dos processos assimilatórios, que passavam pela escolarização, pela censura e pela abdicação induzida e coerciva.

Um exemplo simples, mas instrutivo, desta alienação passava pela notória circunstância de, no ambiente familiar e não só, e por rígida imposição dos nossos pais, não nos ser permitido usar outra língua que não fosse o português. E por irreverência ou por algum apelo atávico, acabávamos por fazer a aprendizagem das línguas autóctones e de outras manifestações enraizadas no vasto e diversificado remanso cultural dos moçambicanos nas ruas estreitas, mas ao mesmo tempo gigantescas, da Mafalala.

Música de Tufo, 2013.

E essa aprendizagem acontecia durante o dia nas brincadeiras sem fim dos meninos do bairro. Ou nas noites mais frias quando nos juntávamos para, junto das fogueiras improvisadas dos pneus, partilharmos retalhos do anedotário popular, ou das histórias que muitos de nós adquiriríamos da convivência com familiares e pessoas próximas que, generosa e teimosamente, ignoravam a lei da rolha linguística imposta pela colonização.

Outro espaço privilegiado de educação cultural acontecia nessas longínquas e inesquecíveis tardes dominicais em que passavam e se exibiam, de forma alegre e audaciosa, grupos de ritmos e danças tradicionais como a xingombela, xiparatwana, xigubo, makwaela, timbila, etc.

Ou, então, quando por ocasião da celebração de algum ritual como era, por exemplo, a prática da circuncisão, entre a comunidade macua. Aí, os nossos companheiros das brincadeiras surgiam-nos, no meio de tambores e cantos festivos, completamente irreconhecíveis, transfigurados por poses solenes e ar grave, enfiados em roupas que era comum vermos nos adultos, como o fato e a gravata.

Tratava-se de macuas da Ilha de Moçambique que encontravam aí uma forma de preservar um legado cultural absolutamente desconcertante para os nossos olhares meridionais. Nesse ritual de passagem para a vida adulta, os cânticos e as danças, sobretudo o *tufo*, mantinham os nossos olhos arregalados por um deslumbramento que se manteria pela vida fora.

*Dançarinas
de Tufo, 2013.*

Hoje, à luz da História e do que vai acontecendo um pouco pelo mundo, bem como daqueles que se desenham como os grandes desafios das nossas sociedades, injustamente consideradas de periferia, a Mafalala impõe-se não necessariamente como um lugar, mas como uma apelativa realidade sociocultural, um incomensurável património privado e coletivo, dada toda a carga simbólica que o determinou, sedimentou e envolveu.

Não tanto como uma etnopaissagem global, presa de uma nova ordem e intensidade à larga escala baseada no deslocamento incessante de pessoas e grupos, como nos revela Arjun Appadurai (2004: 45), ou de comunidades “sem sentido de lugar”, mas seguramente como uma lição para o futuro e para o mundo na forma como, à revelia do sistema que a engendrou, nos educou não propriamente para a globalização, mas para o cosmopolitismo. Sendo hoje a competência intercultural uma das maiores ferramentas para a nossa sobrevivência e afirmação social, profissional, intelectual, a Mafalala é uma escola para além do tempo e do espaço.

*Francisco Noa
frente à sua
antiga casa,
2014.*

Se Benedict Anderson (2005) nos fala da nação como comunidade imaginada, dificilmente se pode negar o papel desempenhado pela memória para a consolidação dessa mesma nação. Invocar, aqui, a Mafalala é muito mais do que um gratuito exercício dessa memória, ou um arremedo nostálgico ao passado, ou mesmo de perseguição de uma pátria ou de um paraíso perdidos. Trata-se sim de uma

busca de sentido, através de um viés particular, para compreender os fundamentos de um imaginário, feito património coletivo perante a rápida e massiva transfiguração e homogeneização de um espaço vital, partilhado, mas fragmentado.

E esse património adquire hoje, à luz de todas essas movimentações migratórias de massas, em Moçambique, e no mundo em geral, um significado singular por instituir-se não como produto de uma influência determinada, mas sobretudo por ser um cruzamento de experiências de vida e de culturas múltiplas e variadas. Cruzamento que é, ao mesmo tempo, uma das maiores metáforas e uma das maiores utopias de um modo de existir em que a consciência das diferenças não implicou a anulação dessas mesmas diferenças, mas que concorreu para dinâmicas interculturais que, situadas num tempo histórico determinado, não deixam de repercutir no nosso tempo e no tempo por vir, naquilo que, por um lado, rebaixa e, por outro, eleva a condição humana.

Bibliografia

Anderson, Benedict (2005), *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do Nacionalismo*. Lisboa: Edições 70.

Appadurai, Arjun (2004), *Dimensões culturais da globalização: a modernidade sem peias*. Lisboa: Teorema.

Bhabha, Homi K. (ed.) (1990), *Nation and narration*. London/ New York: Routledge.

Craveirinha, José, (1982), *Karingana ua karingana*. Maputo: INLD.

Muianga, Aldino, (1987), *Xitala Mati*. Maputo: Associação dos Escritores Moçambicanos.

Salva-Rey, João, (1974), *Ku Femba*. Lourenço Marques: Minerva Central.

Sousa, Noémia de, (2001), *Sangue negro*. Maputo: Associação dos Escritores Moçambicanos.

NOÉMIA DE SOUSA E JOSÉ CRAVEIRINHA

NOS TRILHOS POÉTICOS

DA MAFALALA

Fátima Mendonça

No seu regresso a Maputo depois de ter recebido em Portugal o Prémio Camões em 1991, José Craveirinha teve a aguardá-lo uma grande manifestação na Mafalala, organizada por habitantes do bairro, que constituíram um comité de receção para uma grandiosa festa a que afluiu imenso público durante um dia inteiro. Alguns anos depois o poeta recordava esse momento:

[...] aquela surpresa, manifestação do bairro da Mafalala em peso para festejar o prémio que eu tinha recebido corresponde sabe a quê? É que o bairro se tinha tornado num país e aquela gente humilde que se manifestou de forma tão vibrante, tão sincera, tornou-se o povo de Moçambique todo [...]

Sem provavelmente ter disso consciência, José Craveirinha exprimia deste modo um aspeto central da sua poesia: o de ter tornado o bairro onde viveu o centro a partir do qual grande parte da sua poesia emerge. Oscilando entre ser um espaço matricial e subjetivo que encaminha muitos poemas para um efeito épico, ou o lugar a partir do qual a realidade histórica é interpelada, a Mafalala assume na sua poesia um sentido simbólico que ultrapassa não só a relação vivencial do poeta com esse espaço, como a própria realidade empírica de uma Mafalala que a História foi configurando em mito.

Num longo poema inédito², em resposta à oferta feita pelo Presidente Julius Nyerere ao Presidente Samora Machel de o voltar a acolher na Tanzânia, numa altura em que o governo sul-africano intensificava as ameaças a Moçambique, essa função é exposta com a veemência característica do discurso interpelativo de José Craveirinha, como o próprio explica em entrevista a Michel Laban: “No poema digo que o Samora, quando precisar de fugir, foge para dentro de Moçambique, não precisa de ir para a Tanzânia. Depois eu dizia: ‘Saiu da Mafalala?’

José Craveirinha e os colegas de julgamento, 1966.

Foge para a Mafalala outra vez!” (Laban, 1998: 126).

Esse aspecto de matriz identitária é intensificado pela insistência com que José Craveirinha assinala em elementos paratextuais, no final de cada poema, a Mafalala como o lugar a partir do qual endereça os vários tipos de discurso de que se serve para interpelar ou expor realidades empíricas. A essa referência espacial está muitas vezes associada a temporal, com a indicação da data. Deste modo, a relação entre texto e paratexto vai permitir um alargamento semântico do

signo Mafalala, que pode passar a ser lido como metáfora de um espaço e de um tempo concretos.

São exemplos os poemas “Olho por olho dente por dente” (Mafalala, 10/Junho/1955) (*Tempo*, 1980: 54-61); “O mijo da ternura” (Mafalala, 12/6/70) (*Magazine – Notícias da Beira*, 28/1/73: 5); “Elegia a um ex-trompetista velho ‘good boy’” (Mafalala-Moçambique, 1971) (*Notícias da Beira*); “Uma única raça de poema” (Mafalala, Setembro/ 70), (Inédito).

No poema “Olho por olho dente por dente”, essa relação é bastante explícita, acrescida de um outro elemento simbólico: a data assinalada é 10 de Junho, dia que, desde 1933, o Estado Novo de Salazar erigira como símbolo da portugalidade com a designação de ‘dia da raça’. No poema se institui um violento discurso manifestatário que rompe com essa simbologia e a substitui pela reivindicação de uma Pátria a construir. Escrito em 1955, este texto antecipava em quase uma década o início da luta armada desencadeada pela Frente de Libertação de Moçambique, em 1964, do mesmo modo que antecipava o próprio programa da Frelimo aquando da sua constituição em 1962. Só foi tornado público em 1980 e não tem sido dos poemas mais divulgados do poeta. Contudo, é, sem dúvida alguma, um dos textos que melhor representa a sua extraordinária capacidade premonitória e o lugar que a Mafalala ocupa como centro irradiador de reivindicação nacionalista de que foi arauto maior:

[...]

Eu vivo e revivo no chão raso deste simples poema
as belas-artes tropicais da formiga formigueira
eu provisoriamente camuflando os revólveres
na gramática dos seus próprios donos
porque os poetas aqui não podem
ser da raça dos homens mas sim
inofensivos invertebrados
oriundos de Moçambique.

Deste momento em diante não sei se vale a pena
manter os revólveres bem camuflados

na tradicional preguiça dos naturais
com cabeça só para carregar sacos
quando também escondemos certas manias
do genuíno Amor
Olho por olho
Eu ou tu
Tu ou eu
Beijo por beijo
Unha por unha
Milho por milho
Nós ou eles
Eles ou nós
Dente por dente
bala por bala
E... poetas cem por cento no exterior deste dilema
ou Pátria ou Nada!

Mafalala, 10/Junho/1955

(Craveirinha, 1980: 56-57)

É de notar que a marcação da Mafalala como espaço poético de identificação ultrapassa a simbologia da nação, em poemas como “No trilho de Ho Chi Min”, “Amor em pensamento” e “Página de um livro de autógrafos de um menino anónimo vietnamita”, escritos entre 1970 e 1972. A localização “Mafalala, Mafalala – Quang Tri e Mafalala-Hanoi”, ajuda a perceber a intenção poética subjacente à relação entre os dois espaços Mafalala/ Moçambique e Mafalala/ Vietname, ao mesmo tempo que possibilita uma leitura no sentido de exposição de uma subjetividade, que pode ser lida não só como uma tomada de posição em relação à guerra do Vietname, mas também como forma metafórica de futura resposta violenta, tal como é expressa no final do poema “No trilho de Ho Chi Min”. A analogia entre os dois espaços (“o Trilho de Ho Chin Min” e “aqui” [Mafalala]) é justificada pela força metafórica das imagens “iatagãs de fogo” e “ateiam” que numa relação de causa efeito reúnem numa força profética e divina comum os “desígnios de Buda” e os “xicuembos”:

Movem-se
no êxodo estes eleitos
do pó das crateras onde eram estradas
dos comboios de carros na festa da colheita
às vezes apenas meros vultos subjetivos após os Fantom
em truques de vietnamitas autênticos em adeuses
fumegando os destroços de sampanas flutuando
casas de bambu ardendo
acre perfume da borracha em lume
ou vendo os filhos partir irremediavelmente
dos escombros para as rezas
fúnebres dos monges
imolando-se.

E os iatagãs de fogo
emergindo no [carcás?]³ da noite alucinante
no Vietname ateiam os recônditos desígnios
de Budas lá no trilho de Ho Chi Min
e xicuembos aqui.

(Craveirinha, 1977: 61-63)

José Craveirinha.

Mas o lugar da Mafalala na poesia de José Craveirinha não se restringe a essa função paratextual. Significativamente torna-se parte do corpo poético, desdobrada em imagens constitutivas de um universo simbólico sempre tendente a um reconhecimento identitário, o que justifica o epíteto “meu velho novíssimo poeta da Mafalala-país inteiro”, que lhe foi atribuído por Luís Carlos Patraquim, na revista *Tempo*, em 1984.

Visto como um todo, este *corpus* poético constitui uma estrutura em que a Mafalala ora se apresenta como espaço onde opera um sujeito interpelador e interveniente, ora assume o papel de personagem, estabelecendo assim uma quase narrativa complexa em que ao mesmo elemento semântico Mafalala e ao seu referente são destinadas funções diferentes, multiplicando-se as respectivas representações. São bons exemplos desta variação das funções “Ode à Teresinha” (Craveirinha, 1982: 98), “Violas de lata” (Craveirinha, 1982: 101), “Quero ser tambor” (Craveirinha, 1982: 123-124) e “Ossos e pedras tintlholo” (Craveirinha, 1972: 116).

“Ode à Teresinha” é um poema que, com outros textos versando a mesma temática, institui uma representação do universo degradado da prostituição, através de personagens tipificadas, apresentadas individualmente como Albertina, Leta Conceição, Felismina, Mulata

Margarida ou Teresinha.⁴ Neste poema há uma insistência na descrição do espaço em que se move a personagem Teresinha “encartada de mulher da vida aos treze anos”, de que resulta uma forte oposição entre um espaço disfórico representado pelo Bar Luso, Rua Salazar, Rua Araújo, etc. (loais físicos da cidade onde se concentravam os bares, clientes e prostitutas) e um espaço utópico e puro representado pela Mafalala na injunção final “[...] vem comigo Teresinha, vem comigo e drogada ou desdrogada reabita a Mafalala!” (Craveirinha, 1982: 98).

Em contrapartida, a Mafalala passa a personagem em “Quero ser tambor” e “Violas de lata” através de um processo de personificação, de que resultam imagens como “silêncio amargo da Mafalala” ou “as súplicas da Mafalala”, agenciadas por um sujeito interveniente: “minha alma grita súplicas da Mafalala em mutovanas de avós” ou “[eu tambor] rebentando o segredo amargo da Mafalala” (Craveirinha, 1982: 123-124).

A um outro nível estas imagens podem agrupar-se em algumas categorias de significação que ajudam a perceber o modo como se processa retoricamente a identificação da Mafalala com a nação, numa progressão em que o sofrimento dá origem à ação violenta, proclamada em “Ossos e pedras do tintlholo” com a simbologia densa do “coldre da Mafalala”:

Mãe:

Invocar-te-ei algures

talvez também no exterior azul do permanganato

sobre os arrozais do Vietname ou

para ouvires as blasfêmias dos mastins de sarna

indolores aos desígnios da poesia outra vez

nas rajadas dos grãos sazonados de sucas

e contigo a sentir os quatro palmos de pátria

argilando-te os gritos

e as garras dos feiticeiros

mexendo os ossos e as pedras do tintlholo

no coldre da Mafalala.

(Craveirinha, 1972: 116)

De facto, estas imagens de sentidos ocultados, produzidas por uma sábia manipulação das linguagens, só se explicam inteiramente quando relacionadas com o contexto histórico que as produz, o que de resto é confirmado pelo autor:

A poesia para mim é uma coisa que nunca se confundiu com versos. Era para mim ferramenta de reivindicação, uma ferramenta em que eu me ocultava para me projectar depois, já como outra coisa, através da poesia. Os meus poemas têm sempre um alcance social, sociopolítico. Mesmo quando agarro numa flor é para dar a essa flor uma outra imagem. (Laban, 1998: 85)

Um outro aspeto que não posso deixar de salientar é a forma recorrente e por isso significativa como a questão afro-americana e a própria realidade norte-americana introduzem na poesia de José Craveirinha formas de diálogo surpreendentes com este microcosmos mafalaliano. O longo poema “Quando eu penso na América” e a sua posterior versão “Quando o José pensa na América”, com a epígrafe “Carta para a Doreen Martin”, são dois bons exemplos da interação entre estes dois universos no sentido de uma identificação de ordem racial, constituindo ao mesmo tempo um libelo acusatório do capitalismo norte-americano. Sob a forma de enumeração e interpelações, é representada a sociedade norte-americana,

Conjunto João Domingos.

dos “dólares e da violência” marcada pela “color line”, tal como muitos escritores africanos a perceberam nesses anos em que as ideias pan-africanas de Du Bois ganhavam adesão. Como *leit-motif*, os artistas afro-americanos Marian Anderson, Paul Robeson, Louis Armstrong, Lena Horne, o escritor Richard Wright ou o pugilista Joe Louis são contrapostos à simbologia da conhecida fotografia de Marilyn Monroe exposta num calendário:

Quando eu penso na América
não vejo os arranha-céus do bairro de Manhattan
não, não vejo os arranha-céus de Manhattan
quando penso na América.
Há um som de “spiritual”
uma velha voz de “spiritual” que chora no trompete de Armstrong
uma a uma canções geradas no tempo da escravidão
quando eu era apenas Sambo gemendo no porão.
Mesmo assim quando penso na América
esqueço
juro pelos espíritos dos meus antepassados Sambos, juro
a magia inconfundível do trompete de Armstrong
nas noites longínquas e familiares de Harlém.

Quando penso na América...
nem o calendário da branca Marilyn Monroe vale quinhenta
(quem é Marilyn Monroe, afinal?)
o que é ela ao pé da minha irmã Marian Anderson
ou de Paul Robeson, meu irmão também?
Ou mesmo negra Rosa, casadora [sic] da Munhuana?⁵
[...]

Quando o José pensa na América
[...].

Na Mafalala quando o José pensa bem na América
velhas lágrimas de “spiritual” salgam os encardidos
asfaltos de água do grande Mississipi com muitas recordações
e numa alegre avenida central da cidade de Chicago
uma farra de tiros desconsidera a camisa
de um cliente que ia comprar no supermercado
uma coca-cola para o seu lanche na fábrica
e a seguir ainda pretendem que o tal José
admire o modernismo da cidade de Chicago
quando de vez em quando ele põe-se
a pensar para que servem por exemplo
uma meia dúzia de Packards novos
para duzentos milhões de americanos
nas mil-uma auto-estradas da América.

E nas fábulas verídicas
de locais como Nova Orleães e Harlem
entra Louis Armstrong
sai Jesse Owens.
Entra Joe Louis
sai Marian Anderson.
Entra Duke Ellington
sai Lena Horne.
Entra Paul Robeson
e sai Richard Wright todos com suas quinhentas
mil famílias incluindo a família do José

E para terminar esta carta, Doreen
os membros da Ku-Klux-Klan podem zangar-se comigo
mas pouco mais ou menos já sabem quase tudo
o que o José pensa sozinho ali na Mafalala
quando o José pensa na loira Marylin Monroe
pobre milionária da América do Norte
a descontar os e as insónias dos outros
o ano inteiro
toda nua.

(Moreau, Mendonça, Laban, 2001: 22-25)

Num rápido exercício de comparatismo interno pode-se notar como, na passagem de uma versão à outra, o sujeito se aproxima de uma identificação autoral – de um sujeito de enunciação fictício passa a José autor empírico. Esta alteração na enunciação vai resultar numa referencialidade que introduz no poema uma característica de veracidade, que o faz oscilar entre ser um texto ficcionado e um documento. Se as referências à América carregam uma marca de historicidade em ambas as versões, porque aludem a personagens e situações com existência empírica – “[...] E nas fábulas verídicas/ de locais como Nova Orleães e Harlém/ entra Louis Armstrong/ sai Jesse Owens./ entra Joe Louis/ sai Marian Anderson [...]” – a diluição do sujeito de enunciação da primeira versão num eu ficcionado não

colocava Mafalala no mesmo nível de referencialidade. A opção de identificação do sujeito de enunciação com o autor José torna implícita a referencialidade e produz uma maior eficácia retórica que, aliada ao efeito das enumerações, interpelações e comparações, configura o texto em manifesto, o que de resto é uma das características de muita da poesia de José Craveirinha.

Em geral, nos poemas que tenho vindo a referir é visível uma outra característica: a sua deliberada impoeticidade, que, como bem assinala Gilberto Matusse, resulta da necessidade de desafiar o cânone que lhe serve de modelo e de “ser lido segundo um cânone novo” (Matusse, 2001: 61-64). Mas esta atitude tem ainda um outro alcance se considerarmos que, ao eleger um discurso antipoético para a sua poesia, José Craveirinha se integra no patamar modernista e que, por essa via, vai combinar, de forma audaciosa e singular, elementos estéticos oriundos dos diferentes modernismos.

Já alguns anos antes, nos finais dos anos 40, outra voz moçambicana fizera do espaço Munhuana-Mafalala o lugar privilegiado de uma enunciação poética cuja força e energia a tornariam um ícone da poesia africana. Tinha Noémia de Sousa vinte e poucos anos quando, da sua casa de madeira e zinco, ainda hoje existente no bairro da Mafalala, daria corpo a poemas que se tornaram símbolos nacionalistas africanos como “Deixa passar o meu povo”:

Noémia de Sousa, José Craveirinha e Dolores, década de 1950.

Noite morna de Moçambique
e sons longínquos de marimbas chegam até mim
– certos e constantes –
vindos não sei eu donde.
Em minha casa de madeira e zinco,
Abro o rádio e deixo-me embalar...
Mas vozes da América remexem-me a alma e os nervos.
E Robeson e Marian cantam para mim
spirituals negros de Harlém.
“Let my people go”
– oh deixa passar o meu povo,
deixa passar o meu povo! –
dizem.
E eu abro os olhos e já não posso dormir.
Dentro de mim, soam-me Anderson e Paul
e não são doces vozes de embalo.
“Let my people go”!
[...].

(Sousa, 2001: 57-59)

Com a autora marcada por alguns dos códigos discursivos da estética da Negritude, muitos dos poemas de Noémia de Sousa ultrapassam os códigos ideológicos, temáticos e estéticos característicos do Movimento – tal como se manifestaram quer na poesia da Renascença Negra, quer na poesia da Negritude de Paris –, aproximando-se de gestos literários próximos de outros movimentos modernos, nomeadamente do Neorrealismo.

Surgida com alguns anos de atraso, relativamente ao Movimento nas suas manifestações americanas ou parisienses, por razões históricas explicáveis, coube às gerações dos anos cinquenta de Angola e Moçambique desenvolver o que se pressentia na poesia do poeta santomense Francisco José Tenreiro: uma corrente estético-literária sintonizada com as tendências de rutura que orientaram os vários modernismos, tendo chegado, nalguns casos, a excedê-los.

Ultrapassando a representação essencialista da identidade negra, tão cara a Senghor, esta poesia acaba por integrar elementos ideológicos que lhe permitiram funcionar simultaneamente como Manifesto estético e Manifesto político.

No contexto moçambicano, a poesia de Noémia de Sousa é, deste ponto de vista, paradigmática, pois orienta-se para uma temática marcadamente nova onde recorrentemente emerge África desdobrada em vários símbolos (Mãe, Energia, Redenção), do mesmo modo que os ecos longínquos e distantes de Harlém nela perpassam, como acontece no poema “A Billie Holiday, cantora”:

[...] e então
tua voz minha irmã americana
veio do ar, do nada, nascida da própria escuridão
estranha, profunda, quente
vazada em escravidão [...]

(Sousa, 2001: 134-135)

Essa inovação temática desenvolve-se no sentido de uma insistente representação do território social suburbano, congregando o contratado, o estivador, o mineiro, a prostituta, interligados emblematicamente num universo imagístico sustentado pela imprecação violenta de um Eu que, sucessivas mutações metonímicas, conduzem à integração no coletivo.

É desta combinação de elementos que emerge, na poesia de Noémia de Sousa, o espaço periférico da cidade de cimento alargado à Munhuana, espaço envolvente do bairro da Mafalala que, com os fronteiriços Chamanculo e Xipamanine, institui a grande referência imaginária da subalternidade colonial. No poema “Zampungana”, dedicado aos que de noite exerciam a profissão mais baixa da escala social de recolher os dejetos humanos das latrinas dos bairros suburbanos, Noémia de Sousa escolhe a Munhuana e essa personagem marginalizada Zampungana como símbolo de uma humilhação particular que, pela expressividade poética, se torna geral:

[...]

E deixa deslizar, sombra ou xipócué,
pelos caminhos perdidos das Munhuanas...
Que só tu me vejas, só tu me sigas,
passo a passo, cúmplice e material,
enquanto cumprir meu destino irremediável de besta humana.
E eu sombra, e eu fantasma, e eu animal,
de latrina em latrina,
arrepinado até às raízes da alma,
vômitos de náusea recalçados
(e a revolta subindo em maré cheia, subindo)
carregarei à cabeça, enlouquecido,
as latas de excrementos, excrementos, excrementos!

[...]

Zampungana me chamam...
Mas também sou um homem, noite,
também tenho direito à vida aberta a todos se ofertando,
também sofro o peso da mesma escravidão,
também me revolto contra este destino que me deram,
também quero sentir cegar-me com seu forte clarão
essa luz maravilhosa que está nascendo para todos
essa luz radiosa e libertadora que nem sei donde vem
nem nunca vi,
mas que adivinho diferente de todas as outras!

(Sousa, 2001: 86-88)

Serão essas personagens que, no poema “Passe”, se agregam num único corpo, “os despojados”, poeticamente assumidos como sujeitos históricos movidos pela consciência da sua capacidade de rebeldia traduzida num discurso interpelador torrencial e emotivo:

[...]

Nós somos os filhos adotivos e os ilegítimos,
que vossos corações tímidos, desejosos de comprar o céu – ou a vida –,
vieram arrancar aos trilhos ladeados de micaias,

para depois nos lançarem, despidos das peles e das azagaias,
– ah, despojados dos diamantes do solo e do marfim,
despojados da nossa profunda consciência de homens –
nos tantos metros quadros dos bairros de zinco e caniço!

Nós somos sombras para os vossos olhos, somos fantasmas.
Mas, como estamos vivos, extraordinariamente vivos e despertos!
Com sonhos de melodia no fundo dos olhos abertos,
somos os muchopes de penas saudosas nos chapéus de lixo;
e zampunganas trágicos – xipócués vagos nas noites munhuanenses,
e mamparras coroados de esperança, e magaiças,
e macambúzios com seu shipalapala ecoando chamamentos...
No cais da cidade, somos os pachiças
e na Vida digna, somos aqueles que encontraram os lugares tomados,
somos os que não têm lugar na Vida, ah na Vida que se abre, luminosa,
com cada dia de pétala!

Nós somos aqueles que só na revolta encontram refúgio.
Que se deixam possuir, ébrios, pelo feitiço dos tambores,
nos batuques nocturnos da vingança,
somos aqueles que modelam sua dor de braços torcidos
no pau preto do Norte,
a dor deformadora que mais tarde despertará o desprezo e a incompreensão
nas prateleiras dos museus da civilização...
Somos os despojados, somos os despojados!

Aqueles a quem tudo foi roubado,
Pátria e dignidade, Mãe e riquezas e crenças, e Liberdade!
Até a voz da nossa Raça, da revolta dos nossos corpos tatuados,
nos foi roubada para embriaguez de vossos sentidos anémicos,
arrastando-se nos bailes frios iluminados a electricidade...
Despojados, ficámos nus e trémulos,
nus na abjecta escravidão dos séculos...
Mas com o calor da chama eterna das nossas fogueiras acesas,
crepitando, rubras, sobre os dias e as noites,
com vaga-lumes de protesto, de gritos, de esperança!
– Agora, que sabes quem somos,
não nos exijas mais a ignomínia do “passe” das vossas leis!

(Sousa, 2001: 41-43)

Estas características da poesia de Noémia de Sousa, a que muitas vezes se vem juntar um registo injuntivo, fazem dela uma escrita fixada na ação, em que o projeto de empenhamento é constantemente assumido. Para tal, contribui também a oposição insistente “*Eu-Nós* vs *Tu*, *Eu/ Nós* vs *Vós*”, onde o estatuto de ‘superioridade’ do “*Eu/ Nós*” se manifesta, sobrecarregado de uma emocionalidade que nos recorda (sempre) gestos literários do neorrealismo, concentrando, por isso, no texto uma força utópica que marca de maneira particular a sua poesia.

Noémia de Sousa.

É por esta via que os poemas de Noémia de Sousa introduzem na poesia moçambicana um discurso simultaneamente lírico (no sentido que lhe atribui Paul Valéry de “desenvolvimento de uma exclamação”) e épico, o que vai determinar o seu papel de vanguarda estética e justificar mais tarde a sua inclusão no discurso nacionalista africano moderno.

Na verdade, creio ser este aspeto que explica o facto de a poesia de Noémia de Sousa se ter insinuado como referência no campo literário, configurado pela relação poesia/ ação, instituída pela série ideológica. Com efeito, podemos verificar que Noémia de Sousa figura em praticamente todas as antologias de poesia africana de língua portuguesa, desde os anos cinquenta, ou em traduções, publicadas fora do espaço colonial, antes da independência de Moçambique, as quais, de forma direta ou indireta, projetavam elementos ideológicos da esfera dos nacionalismos africanos. Do mesmo modo, se percorrermos páginas/ cadernos, revistas literárias ou obras mais recentes, encontraremos esses fios de memória trazidos da sua poesia, a percorrer novos textos que convocam a memória desse espaço identitário e matricial do subúrbio onde cabem “Os meninos da Malanga”, de Calane da Silva, “A rua de Lindenburgo”, de Luís Carlos Patraquim ou “Os baldios da Munhuana”, de Nelson Saúte.

Poderá esta poesia servir de breve roteiro a quem, percorrendo hoje as ruas da Mafalala, leia estes textos extraindo de cada imagem, de cada alusão, de cada verso, pedaços de uma memória resgatada e mantida viva pela força das palavras.

Notas

- ¹ Entrevista com José Craveirinha em 1997 com vista à preparação do documentário em vídeo *José Craveirinha Poeta de Moçambique*, que realizei na Universidade de Poitiers com Michel Laban, em 2001.
- ² A partir dos anos oitenta trabalhei com o poeta José Craveirinha na organização e transcrição do seu acervo literário, com a colaboração do então meu assistente Nataniel Ngomane, trabalho que ficou incompleto com a morte do poeta em 2003.
- ³ Na versão publicada na revista *Colóquio Letras* aparece *careás*, tal como na transcrição que consta do meu registo. Embora ambos os vocábulos estejam registados no Dicionário Moraes, parece-me que o contexto exige *carcás* (bomba de arremesso), já que *careás* refere uma casta de pescadores de Ceilão. Penso tratar-se de uma leitura incorreta do dactilo-escrito devido ao estado do mesmo, o que provavelmente determinou a confusão entre e e c.
- ⁴ Ver Ribeiro, 1995.
- ⁵ *O Brado Africano*, ano XXXVIII, 1632, 06-07-1957: 5.

Bibliografia

- Craveirinha, José (1972), "Ossos e pedras do tintilho", *Caliban*, 3/4: 116.
- Craveirinha, José (1977), "No trilho de Ho Chi Min", *Colóquio/ Letras*, 39 (setembro): 61-63.
- Craveirinha, José (1980), "Olho por olho dente por dente", *Tempo*, 505 (junho): 56-57.
- Craveirinha, José (1982), *Karingana ua karingana*. (1.^a edição: 1974) Maputo: INLD.
- Laban, Michel (org.) (1998), *Moçambique: encontro com escritores*. 3 vols. Porto: Fundação Eng. António de Almeida.
- Matusse, Gilberto (2001), "O poeta impoeta da Mafalala", in Annick Moreau; Fátima Mendonça; Michel Laban (orgs.), *José Craveirinha, poeta de Moçambique*. Poitiers: OAVUP-Universidade de Poitiers.
- Moreau, Annick; Mendonça, Fátima; Laban, Michel (orgs.) (2001), *José Craveirinha, poeta de Moçambique*. Poitiers: OAVUP-Universidade de Poitiers.
- O Brado Africano*, ano XXXVIII, 1632, 06-07-1957.
- Ribeiro, Fátima (1995), *Uma abordagem do tema da prostituição na poesia de José Craveirinha*. Maputo: AMOLP.
- Sousa, Noémia de (2001), *Sangue negro*. Maputo: Associação dos Escritores Moçambicanos.

UMA PERSPETIVA HISTÓRICA DA MAFALALA

Rui Laranjeira

O presente texto oferece uma abordagem histórica ao bairro da Mafalala desde a sua formação até ao presente. Faz parte de uma pesquisa mais vasta sobre este bairro, que será publicada em livro, onde alguns assuntos aqui abordados serão discutidos com maior profundidade. A Mafalala é um dos bairros mais emblemáticos de Moçambique, ao qual ainda não se fez jus. Lembremos que importantes figuras do panorama político, social, cultural e desportivo de Moçambique viveram ou nasceram aqui.

Neste texto, além do recurso a bibliografia e fontes primárias, decidimos trabalhar também com vozes anónimas, através de entrevistas a habitantes do bairro que nos facultassem histórias vivas e coloridas da Mafalala, fugindo deste modo ao padrão habitual em que os famosos falam em nome da maioria. Julgamos que um trabalho desta natureza é importante para a criação de referências e de uma memória própria dos habitantes do bairro.

Antecedentes históricos

Antes de nos debruçarmos propriamente sobre a Mafalala, torna-se necessário fazer uma breve descrição histórica da evolução da então cidade de Lourenço Marques, da sua passagem de povoação a capital da colónia de Moçambique e das várias ocupações que sofreu por parte

Da Alagoa, sendo a última designação a que mais se popularizou devido à presença inglesa e de outros povos europeus que passaram a frequentá-la.

Outros navegadores e comerciantes europeus, de origem austríaca, francesa, holandesa e inglesa, passaram também a frequentar a baía.

Em 1721, numa altura em que a presença dos portugueses passara a ser irregular, os holandeses instalaram-se e construíram o Forte Lagoa, na Praia da Maxaquene, no atual campo do Desportivo, nas terras de Mpfumo. Cinco anos depois, o forte era conhecido como Lydzaamheid, que significava tolerância ou liberdade. Porém, a presença holandesa terminaria em 1730 devido à insalubridade e ao insucesso comercial (Lemos, 1987: 7).

Em 1777, chegavam os austríacos, que, através de negociações efetuadas com os reinos de Tembe, Matola e Mpfumo, conseguem estabelecer-se nas

zonas ribeirinhas destes reinos e criar feitorias. A sua presença terminou em 1781 com uma expedição militar portuguesa enviada de Goa no mesmo ano, com o propósito de repor a hegemonia portuguesa na baía (Lemos, 1987: 7). Após esta ação, o Governador-Geral interino de Moçambique, Vicente Caetano da Maia e Vasconcelos, decide-se pela instalação de uma feitoria, casa forte e presídio, para proteger o comércio português na região. Com esse propósito é nomeado, a 25 de novembro de 1781, o Capitão-Mor e Governador Joaquim de Araújo. Entretanto os ingleses, que se tinham fixado em Natal em 1843, começaram a demonstrar interesse pela baía, chegando a pôr em causa a legitimidade portuguesa na região. Esta pretensão seria frustrada pela sentença arbitral, proferida a 24 de julho de 1875, pelo Marechal

Detalhe do Mapa (holandês) com as feitorias na Baía de Lourenço Marques, 1726. Sobreposta a delimitação atual do Bairro da Mafalala.

francês Mac Mahon, então presidente da República Francesa, a favor dos portugueses, repondo a soberania de Portugal sobre a região (Lemos, 1987: 7).

Como resultado do interesse britânico pela baía, esta ficou conhecida internacionalmente como Delagoa Bay, a ponto de a mercadoria endereçada para Lourenço Marques ser feita com esta designação, o que levou até o Governador-Geral José Cabral (1926-1937) a tomar a drástica decisão de devolver à proveniência toda a mercadoria e correspondência enviada com o endereço Delagoa Bay (Lemos, 1987: 7).

Lourenço Marques: de povoado a cidade e capital da colónia de Moçambique

Ao longo do processo de ocupação da baía, o povoado, que inicialmente se limitava à praia da Maxaquene, evoluiu para povoação. Importa referir que Lourenço Marques ganhou importância a partir do século XIX como resultado do movimento migratório dos *boers* do Cabo – o *Great Trek* – para o Transvaal, que emigravam para evitar o domínio britânico. Para estes, a sua independência e o seu desenvolvimento económico só seriam possíveis com uma saída para o mar, e o porto de Lourenço Marques oferecia-se como a melhor opção. Com este propósito, iniciou-se em 1871 a construção da estrada de Lydenburg e, em 1886, a construção da linha férrea Lourenço Marques-Pretória, concluída em 1894 (Lima, 1971: 193-194). Outro aspeto a considerar foi a descoberta, em 1887, das jazidas de ouro de Johannesburg, o que incrementou, de forma considerável, o desenvolvimento de Lourenço Marques e contribuiu decisivamente para a construção da ferrovia (Liesegang, 1987: 20).

Como resultado deste empreendimento, o movimento de pessoas e mercadorias de Lourenço Marques para Pretória aumentou consideravelmente, contribuindo para o crescimento da povoação (Lemos, 1987: 11). Nesta sequência, antevendo a importância de Lourenço Marques como um entreposto comercial de referência, a povoação é elevada à categoria de vila a 9 de dezembro de 1876, e à de cidade por decreto real de 10 de novembro de 1887, com o seguinte teor:

Tomando em consideração o notável incremento que tem tido a villa de Lourenço Marques, capital d'districto do mesmo nome na provincia de Moçambique, em resultado dos melhoramentos materiaes ali ultimamente realizados, e attendendo, a excepcional importancia que toda aquella villa como o seu porto hão de adquirir com a próxima exploração do caminho de ferro que há de ligar, por uma communicacao facil e rapida, aquele districto com a republica do Transvaal, importancia que é ja hoje muito sensivel no augmento da navegação e do commercio, e na transformação rapida que se esta operando nas condições economicas e sociaes d'aquella povoação: hei de por bem decretar que a mencionada villa seja elevada a categoria de cidade, com a denominação de: cidade de Lourenço Marques. / O ministro e secretário d'estado dos negócios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. / Paço, em 10 de Novembro de 1887 =REI= Henrique de Macedo. (*apud* Lemos, 1987: 12)

A pouca população branca residente no perímetro da cidade sentia-se ameaçada pelos reinos africanos que efetuavam incursões armadas: os reinos de Mpfumo e Magaia. A área a que pertencia o extinto concelho de Lourenço Marques continuaria a ser chamada Mpfumo, que era o nome da principal chefatura da margem norte da baía e da dinastia que nela reinava aquando da chegada dos portugueses no início do século XVI. Essa chefatura tinha sido reduzida territorialmente à Zixaxa, e praticamente desapareceu em 1895 com a prisão e deportação para os Açores (juntamente com Ngungunhane) do seu último chefe, Nuamantibjane (Lemos, 1987: 10). Nuamantibjane tinha perdido as terras de Polana, Mahé e outras como Maxaquene, que tinham sido retiradas do seu domínio pelos portugueses. Este chefe nativo tivera como aliado Mahazul, chefe Magaia, tendo como rivais os chefes Matola e Moamba, que foram derrotados a 2 de fevereiro de 1895, na batalha de Marracuene. Com a derrota definitiva de Nuamantibjane pelos portugueses em 21 de outubro de 1895, em Magul, termina a revolta de Lourenço Marques, abrindo-se caminho para a queda do império de Gaza, cuja capital se situava em Manjacaze (Lemos, 1987: 11).

Os limites da cidade no último quartel do século XIX estendiam-se até ao quartel da polícia, atual quartel-general do exército, localizado na Avenida 24 de Julho. O quartel tinha sido construído entre 1887 e 1893 com o propósito de constituir a guarda avançada colonial da cidade e proteger a Estrada de Lydemburgo dos ataques das chefaturas africanas (Lima, 1966: 34-35).

Como resultado da ocupação militar de 1895, transferiu-se o centro político-administrativo da colónia da Ilha de Moçambique para Lourenço Marques. Esta medida foi tomada a 22 de novembro de 1898, pelo Governador-Geral, Baltazar Freire Cabral, que “determinava que a partir de 1 de Dezembro daquele ano, até novo aviso, a sede de governo e a sua secretaria-geral passava a ser em Lourenço Marques” (Lemos, 1987: 12). Em termos jurídicos, a transferência só viria a ser consumada quando foi decretada a reforma administrativa da colónia, a denominada *Reorganização Administrativa da Província de Moçambique*, datada de 23 de maio de 1907, que estabelece no seu artigo 1.º o seguinte: “A Província de Moçambique compreende todo o território Português na África Oriental. A sua capital é a cidade de Lourenço Marques” (Lemos, 1987: 12).

O surgimento da Mafalala

A Mafalala formou-se como resultado da ocupação portuguesa da região sul de Moçambique. Desenvolveu-se num território que era pertença da dinastia Mpfumo, da etnia ronga (Pereira, 1972: 4). A ocupação do espaço que deu origem à Mafalala obedeceu a dois momentos: um primeiro, em 1875, quando há um incêndio na povoação que quase a destruiu em virtude do material de construção das palhotas ser inflamável; e um segundo, quando se efetiva a derrota do estado de Gaza, em 1895, a que se seguiu a expropriação de terrenos e a expulsão da população autóctone dos seus territórios.

Em 1876, o então governador Augusto de Castilho emitiu um dispositivo legal que proibiu a construção de palhotas e casas com cobertura em capim dentro do perímetro da povoação. Considera-se que a tomada desta medida levou a que a população negra que habitava a povoação fosse obrigada a deslocar-se para as zonas altas, que compreendiam

as encostas da Maxaquene e Mahé, habitadas maioritariamente pela população nativa, vista como hostil pelos europeus, em virtude dos ataques que esta conduzia sobre a zona por eles habitada (*xilunguine*) (Lemos, 1988: 51-52).

A população negra que habitara a povoação antes do incêndio era de origem diversa, compreendendo gente da Ilha de Moçambique, população proveniente das ilhas do oceano Índico, nomeadamente Comores e Zanzibar, vulgarmente conhecidos como *mujojos*. Muitos tinham vindo de forma voluntária, à procura de melhores condições de vida, mas outros foram trazidos pelos seus patrões. Eram marinheiros, alfaiates, artesãos, mainatos, soldados, cozinheiros e escravos. Foi portanto este grupo que se viu obrigado a deslocar-se para a encosta logo após a implementação da medida do governador Castilho (Lemos, 1988: 49-50).

Planta de Lourenço Marques, em 1876. "a" e "b" indicam, respetivamente, as localizações de Mahé e Maxaquene.

William Joest, citado por Lemos (1988: 50), em relato da sua passagem por Lourenço Marques, por volta de 1884, afirma que os negros não eram tolerados à noite no interior da povoação e que habitavam as terras altas da Maxaquene e Mahé, chegando aos milhares. A ameaça constituída por estes grupos para a cidade colonial só viria a terminar

com a ocupação efetiva do território por Portugal em 1895, com a conquista do império de Gaza e a prisão de Ngungunhane. Outro fator decisivo para a expansão urbana da cidade, e o consequente desenvolvimento clandestino da Mafalala, foi a inauguração da linha férrea, em 1894, ligando Lourenço Marques ao Natal, o que trouxe para o local outros segmentos da população. Este acontecimento contribuiu também para a transferência definitiva da capital de Moçambique, em 1898, para Lourenço Marques.

A consequência imediata da chamada ocupação efetiva do território, para utilizar a linguagem colonial europeia de então, foi a expansão da cidade em dois sentidos, um em direção a Ponta Vermelha, também conhecida como a ponta alta de Mpfumo, e o outro em direção ao Alto Mahé. Assim, as populações africanas viram-se obrigadas a se deslocarem para o interior, neste caso para o interior da Munhuana. O nome Munhuana deve-se a uma lagoa salobra ali existente, pois *munhuana* provém do termo ronga *munho*, que significa sal. Por essa razão, a região era chamada *munhuana* pela população nativa, lugar salgado ou salubre (Lemos, 1988: 51). Para termos uma melhor ideia do que representava este espaço, importa referir que até 1894, de acordo com Zamparoni (1998: 253), a cidade possuía 31 casas com terraço, 27 de zinco, 50 casotas de telha e 4 de madeira.

The Mafalala Kafirs Dance, 1901.

A Munhuana estava dividida em duas áreas, sendo uma urbana e outra suburbana, a qual, posteriormente, daria origem à Mafalala. A zona urbana resultava da fixação de uma comunidade goesa na região, por volta de 1901, que aqui construiu as suas casas de madeira e zinco, tendo posteriormente criado a freguesia de Santa Ana. O limite destas duas áreas era a estrada da circunvalação, atual Marien N'Gouabi, que parte da Malhangalene, terminando no Alto Mahé. A zona para lá da urbanizada era pantanosa e propensa ao alagamento na época das chuvas. Foi aqui que parte da população que se havia retirado da povoação encontrou espaço para habitação, fazendo surgir a Mafalala. Esta designação terá sido registada pela primeira vez em 1901, através de álbum fotográfico publicado por Lazarus, em que este se referia a um grupo de dançarinos nos seguintes termos: *The Mafalala Kafirs Dance* (Lemos, 1988: 52).

O nome pelo qual o bairro ficou conhecido é de origem macua, um grupo étnico oriundo do norte de Moçambique, da Província de Nampula. Este grupo tornou-se dominante nesta região antes conhecida como *munhuana* de tal sorte que o bairro da Mafalala passou a ser conhecido como a terra dos macuas e é provável que a sua dança, Lifalala, tenha dado origem ao nome Mafalala. Por corruptela, os habitantes da região da etnia ronga, ao se deslocarem ou ao se referirem na sua língua ao

local onde se dançava *lifafala*, talvez dissessem *ya ka mafalala*, o que significa *vamos ao local onde se dança lifalala*¹.

Hoje a Mafalala é o bairro suburbano que se encontra mais próximo do centro da cidade e, por essa razão, tornou-se numa das áreas preferenciais para habitação por parte das pessoas de poucas posses. Segundo Mendes (1985: 339-341), esta zona apresentava o nível de densidade populacional mais alto da cidade com cerca de 150 a 250 hab./ha. E, nas imediações da Avenida Marien N’Gouabi (ex-Caldas Xavier), a densidade era mais alta ainda com aproximadamente 200 hab./ha., sendo a maior parte dos habitantes negros. Em relação ao tipo de construção, a autora identifica cinco tipos, nomeadamente: alvenaria, caniço e zinco, madeira e zinco, palhotas maticadas e palhotas. O maior número de habitações era de palhotas maticadas. As casas de alvenaria encontravam-se perto dos principais eixos industriais (Av. do Trabalho, Av. de Angola, R. do Xipamanine e Av. Craveiro Lopes), sendo ocupadas por habitantes com melhores posses e, portanto, melhores empregos (Mendes, 1985: 339-341).

Em 1950, no relatório da inspeção ordinária ao concelho de Lourenço Marques, era referido que os indígenas de Lourenço Marques eram principalmente marceneiros, pintores, barbeiros, lavadeiras, alfaiates, costureiros, sapateiros, engraxadores, negociantes nos mercados e vendedores ambulantes. Cerca de vinte anos depois, em relatório semelhante elaborado pelo inspetor Pereira (1972), não se verifica uma diferença significativa em relação às profissões da população negra, se considerarmos que grande parte das atividades exercidas era de natureza manual.

A população negra encontrava-se empregada nos Caminhos de Ferro, transportes e na câmara municipal. Outra parte trabalhava nas fábricas e oficinas, principalmente nas fábricas de descasque de castanha de cajú, que davam trabalho a centenas de mulheres (Pereira, 1972: 4). É importa ainda registar, segundo Pereira, que:

Para além dos negros habitavam este bairro brancos pobres. Este grupo era composto por operários, pequenos funcionários, empregados dos serviços municipalizados de viação, e em geral de pessoas de recursos mais fracos (Pereira, 1972: 11).

Os macuas que habitavam o bairro provinham de Nampula, dos distritos de Angoche, Mossuril, Nacala e da Ilha de Moçambique. Eram na sua maioria marinheiros e carpinteiros. De acordo com Abissínia Aly, na entrevista referida, os primeiros a chegar à Mafalala terão sido chefes desterrados das suas zonas de origem por se recusarem a pagar o imposto ou terem oferecido resistência durante o processo de ocupação efetiva. Mas a grande maioria vinha em processo migratório, procurando melhores condições de vida. Tinham duas mesquitas, a *Cadria* e a *Chadulia*, que eram locais de convivência social e de passagem de valores culturais no seio da comunidade.

Apesar desta predominância macua no início, o bairro sempre foi multiétnico e multicultural, tal a diversidade de grupos étnicos e de culturas, ainda que cada grupo possuísse os seus espaços próprios de socialização. Segundo alguns dos nossos entrevistados, a ocupação dos espaços obedecia ao poder económico dos seus habitantes, pois as áreas próximas das principais avenidas eram mais caras. Por isso, nessa zona era usual encontrar brancos ou mestiços, estando a maioria dos negros no interior do bairro. Apesar destes grupos terem espaços de socialização distintos, o relacionamento entre os grupos era amigável, havendo evidências de casamentos entre estes sem discriminação.

*Dançarinas
de marrabenta,
década de 1950*

Entre os habitantes do bairro, podemos destacar os comoreanos, grupo de indivíduos provenientes das ilhas Comores que aqui se estabeleceram à procura de melhores condições de vida. Na sua maioria eram empregados na área da restauração, hotéis, cafés e como eram também falantes de francês eram os preferidos pelos proprietários deste tipo de estabelecimentos. Pelo facto de serem homens solteiros, muitos constituíram famílias com mulheres locais, havendo os que se mantiveram em Lourenço Marques até à sua morte², enquanto outros regressavam ao seu país de origem³. Um dos locais mais conhecidos da zona suburbana, pertença deste grupo, é *Os Comoreanos* – cabaré da Mafalala – local que Laranjeira (2014: 35), citando Craveirinha (1969: 15-16), aponta como um espaço onde a marrabenta⁴ terá evoluído durante as décadas de 30/40. *Os Comoreanos* era o local em que este grupo se encontrava para confraternizar. Pertença da Associação Beneficente Comoreana⁵, existiu até ao início da década de 40. Era bastante popular na zona suburbana, recebendo também gente da zona urbana que procurava diversão. Era também frequentado por marinheiros de passagem, portugueses entre outros europeus e outras nacionalidades. Como indivíduos que professavam a religião islâmica, os comoreanos criaram os seus locais de culto, nomeadamente as mesquitas Camaria (*pedra*), vulgarmente conhecida como Iti Faque (*acordo*), e Baraza (*local de convívio*) (Lemos, 1988: 53).

Mesquita Baraza, 2013.

A maioria da população da Mafalala era negra: macuas, marongas⁶, machanganas⁷ e em menor número os bitongas⁸. A convivência entre estes grupos era livre de qualquer preconceito, apesar de professarem religiões diferentes e provirem de diferentes culturas (por exemplo, os macuas eram muçulmanos e originários do norte de Moçambique). Como afirma Freitas:

O indivíduo como ser social que é, sofre a influência do grupo em que se encontra integrado e a sua atitude é tanto mais pautada pelas formas de comportamento por este consideradas fundamentais, quanto mais com ele se encontra identificado. Por via de um conjunto de regras de conduta, costumes e maneiras de agir, os grupos exercem um controle social sobre os seus membros, controle que assegura a unidade grupal e garante relações ordenadas entre eles. (Freitas, 1965: 6)

É este controle social que os indivíduos destribalizados e urbanizados já não sofriam em virtude de se encontrarem distantes dos seus grupos sociais de origem. O abandono das suas terras de origem tinha razões diversas, que vão desde os motivos económicos e de procura de uma vida melhor à negação de pagamento do imposto da palhota, à tentativa de escapar ao *chibalo*, podendo também ter a ver com o *lobolo*⁹, que obrigava muitos homens a emigrar para conseguirem pagar o valor estipulado pela família da noiva.

A Mafalala na voz dos seus moradores

Um aspeto a destacar na coabitação dos moradores da Mafalala é o facto de os diferentes grupos étnicos conviverem entre si e respeitarem as práticas culturais de cada um sem conflitos e imposições de espécie alguma, como provam os vários casamentos mistos que se verificaram entre os seus habitantes, reveladores da tolerância e da harmonia existentes¹⁰. Sobre o processo de integração dos habitantes e hábitos quotidianos, temos o testemunho de **Issulay Bino Hagy**, 70 anos, morador da Mafalala, que nos diz:

Issulay Bino Hagy, 2016.

Meu pai era natural do arquipélago das Comores, Moroni, nascido em 1886, veio a Moçambique por volta de 1920. Morreu em 1955. Meu pai veio a Moçambique como aventureiro. De Moroni passou para Zanzibar, daí transitou para Moçambique num barco chamado *Caranja* que vinha das Ilhas. O meu pai veio a Moçambique à procura de melhores condições de vida, pois, a vida nas Comores era dura. Conhece a minha mãe e casa-se, donde nascem seis filhos. Eu sou um dos últimos. Nós tínhamos um estatuto especial como filhos de cidadão francês, pois até no 14 de Julho éramos convidados ao consulado Francês para celebrar o dia de França. E sempre que uma fragata francesa aportasse em Lourenço Marques éramos também convidados. (Issulay Bino Hagy, 2014)

Em relação à infância regista:

Tive uma infância normal, convivia entre família, jogávamos aos berlindes, aos paulitos, que chamávamos *já-já* e depois tínhamos o nosso futebol, não jogámos com Eusébio, mas jogávamos entre nós os mais novos. Jogávamos com a bexiga de boi a que chamávamos *Chihuhuto*. Esta bexiga de boi era vendida por senhores que transportavam tripas em burros, os quais vinham até à cantina do Nunes. E a bexiga era comprada ali. Depois de seca era uma bola autêntica. Nos dias de vento não era nada bom, pois a bola era leve e voava com facilidade. E por mais que a enchêssemos esta não se rebentava. Não sei se o Eusébio chegou a jogar com esta bola, pois era mais velho, como disse. Para além do futebol, jogávamos às castanhas com uma lata de leite condensado *Cruz Azul* que chamávamos *Xicotela*. A Mafalala era uma zona cheia de árvores de fruta como cajueiros, mangueiras e palmeiras. Com o tempo estas foram desaparecendo devido ao desenvolvimento. E, quando saíamos da escola, ficávamos a jogar futebol, era *dois muda e quatro ganha*. Chegávamos tarde a casa, porque para termos um vencedor era difícil. O vencedor tinha que marcar quatro golos, o mais velho só podia chutar do meio campo dele para a baliza. Se ultrapassasse o meio campo já não podia chutar a baliza, tinha que fazer um passe ao colega de equipa.

Também jogávamos ao *Din-Katlha* com uma bola maluca. Nós éramos muito disciplinados. Se saíssemos às 20h de casa para ir a uma festa de

Cantina do Mufundisse, 2013.

*Unce*¹¹ tínhamos que voltar às 24h e tinha que ser mesmo àquela hora. Aqui viviam portugueses, cabo-verdianos e santomenses. Os Netos, os que tinham este apelido, eram descendentes de cabo-verdianos, estavam naquela zona do *Mukumula*¹². Os santomenses desapareceram logo. Também havia brancos, a *munhuana* era o limite. Ali aonde está escrito largo da habitação; depois havia o largo João Albasini, aonde se encontrava uma grande comunidade de mestiços. Havia também chineses que tinham cantinas, caso do *King, Boutima*; estes chineses viviam nas lojas, marido e mulher. Todos estes foram-se embora. O único cantineiro que resistiu às mudanças foi o *Mufundisse*¹³, que terá instalado a sua cantina em 1932. Os que hoje ali se encontram devem ser os bisnetos. (Issulay Bino Hagy, 2014)

A partir deste depoimento podemos elaborar várias leituras sobre a forma de vida dos moradores da Mafalala, a maneira como circulavam e como eram as casas do bairro nos anos das suas infâncias.

Em relação à circulação da população indígena, ouçamos esta voz da Mafalala de novo:

Os nossos pais andavam na cidade até tarde por causa do cofiô. E também havia o passe. Depois das 21h havia polícia. Tinha que ver se tinha o imposto em dia. Mas a nossa malta normalmente não ia

Exemplar do tipo de casa de madeira e zinco com multiplas águas, 2013.

para longe. Tinha o *Cinema Império*, a cidade não nos interessava. Mas íamos quando havia a feira popular e o circo *Baswell* ali atrás do Avenida, no *Pendra & Sousa*. Para a malta bastava ir ao *Solar Familiar* no Alto-Mahé, à *Tijuca*, no largo João Albasini. O único sítio aonde a malta ia com alguma frequência era o *Piri-Piri*, era um sítio aonde não se sentia a segregação. (Issulay Bino Hagy, 2014)

Em relação às casas do bairro, os testemunhos são elucidativos:

As casas eram de madeira e zinco e quem tivesse posses construía uma de duas águas. Normalmente com um quarto e sala. Mais águas sinal de maior posse. (Issulay Bino Hagy, 2014)

Sobre os proprietários africanos diz-nos:

Existiam proprietários africanos de terrenos como o caso do Samora Correia¹⁴, que era duro com os inquilinos, segundo alguns, o nome *Mukumula* terá sido originado por este senhor pelo facto de ao fazer as cobranças dizer ao inquilino que não pudesse pagar a mensalidade o seguinte: “kumula a hindlo dza ku u famba”¹⁵. (Issulay Bino Hagy, 2014)

Nesta entrevista há ainda o interessante registo das mudanças que se verificaram no bairro, pois o nosso entrevistado foi viver para Moroni cerca de 20 anos. Quando regressou, diz-nos sobre as mudanças na Mafalala:

Quando regresso a Moçambique e volto para a minha Mafalala sofro um choque. Tudo tinha mudado, até a nossa casa entrava carro, agora não é possível, os amigos estão todos dispersos. Mas isto é o mal menor, o pior de tudo é a limpeza, agora praticamente não se faz limpeza. (Issulay Bino Hagy, 2014)

A partir do nosso entrevistado tem-se a percepção “viva e colorida” de como era a vida na Mafalala durante o período colonial assim como no pós-independência, apesar de este período não ser o foco dos excertos de entrevistas acima citadas.

Outro dos nossos entrevistados, **Sebastião Madeira**, diz-nos:

Nasci na Mafalala em 1953. Sou descendente dos *Ndau*¹⁶. O meu avô foi militar do Estado de Gaza, de *Mudungazi*, e participou no movimento migratório deste grupo de Manica para *Mandlakazi*¹⁷. O meu pai que é natural de Chibuto, vem para Lourenço Marques em 1926, e vem viver para a Mafalala em 1948. Para ganhar a vida teve que trabalhar como empregado doméstico. Como uma das melhores recordações do bairro tenho a solidariedade que existia entre nós na resolução dos problemas. (Sebastião Madeira, 2014)

Em vários depoimentos, é referida a importância do desporto como momento agregador das várias comunidades e da vida do bairro:

Naquela altura as duas melhores equipas da zona suburbana eram o *Barcelona* e os *Brasileiros* da Mafalala. Os jogos realizavam-se no Campo do Xipamanine. Nos *Brasileiros* estava Eusébio, Maló, Jeque, José da Broa e do lado do *Barcelona* eram os *Miglietis*. Estes dois bairros eram os principais da altura. Antes de se falar de unidade nacional, nós já tínhamos na Mafalala. Pois ali encontravam-se marongas, macuas, manhenbanas, alentejanos e mestiços. Vivíamos em perfeita harmonia. É difícil dizer que havia conflitos entre nós.

Eusébio da Silva Ferreira: última visita ao bairro, 2013.

Este espírito leva à criação do *Munhuanense Azar*, clube dos mafalalenses, por mulatos e negros. O *Munhuanense* surge da dissidência de alguns elementos que saem do *Clube João Albasini*. Seria muito importante tecer algumas considerações sobre a importância das associações e das associações desportivas na construção da unidade nacional que levou à luta e na percepção da diferença relativamente àquilo que era definido como Moçambique pelo regime colonial.

(Sebastião Madeira, 2014)

Nesta entrevista vale a pena ouvir também as opiniões tecidas relativamente ao ordenamento urbano no tempo colonial:

Os portugueses não permitiam que construíssemos casas de carácter definitivo, estas tinham que ser de caniço, madeira e zinco e maticada. Isto era assim porque aqueles terrenos tinham dono, o terreno aonde está a casa construída pelo meu pai, por exemplo, era da *Casa Coimbra*.

(Sebastião Madeira, 2014)

O estudo elaborado pelo Centro de Estudos de Desenvolvimento do Habitat da Universidade Eduardo Mondlane (CEDH-UEM), em 2006,

sobre assentamentos informais e o projeto de urbanização da zona suburbana fornece-nos vários dados sobre esta realidade. O estudo diz-nos que, nos primórdios dos anos 70 e no auge da guerra de libertação, as áreas suburbanas de Lourenço Marques albergavam 4/5 da população total da cidade, estimada em 600.000 habitantes. O subúrbio era então visto pelas autoridades como o viveiro onde floresciam os ideais da revolução e do ódio ao regime. Assim, e de forma a se ganharem as “mentes e corações” dos habitantes daquelas áreas, na linha da chamada “política da psico”, tornou-se urgente iniciar ações de melhoria do nível de vida dos habitantes. Vejamos a seguinte citação:

O estudo para a resolução dos problemas emergentes da ocupação indisciplinada de zonas suburbanas, originada pelo constante afluxo da população rural à cidade, tem vindo a merecer especial atenção por parte da administração. Nisto, e por determinação de S. Exa. o senhor Governador-Geral, em reunião efetuada a 25 de Julho de 1970, no GUHARLM, e estando presentes os Exmos. Senhores Secretários Provincial das Obras Públicas, Presidente da Câmara de Lourenço Marques e o Director do Gabinete de Urbanização e Habitação da Região de Lourenço Marques (GUHARLM), foi decidido iniciar-se o estudo de remodelação de uma zona de caniço, numa faixa compreendendo a então Craveiro Lopes, o aeroporto e a cidade de cimento. (CEDH-UEM, 2006: 15-16)

O resultado evidente da ação do GUHARLM na Mafalala foram as escolas. Neste caso, a Unidade 22 e 23 apresentam infraestruturas que refletem os objetivos da criação deste gabinete, nomeadamente pela construção de um campo de jogos e uma piscina, o que para a zona suburbana era impensável.

Continuando na análise da Mafalala a partir dos depoimentos dos seus habitantes, ouçamos **Roberto Machava**, que chegou à Mafalala ainda no período colonial e aqui viveu a independência, que malogradamente lhe trouxe o fim do negócio:

Eu cheguei a Maputo vindo de Gaza e comecei a trabalhar como empregado doméstico, mas depois criei o meu próprio negócio.

Criei uma lavanderia em casa aonde lavava e engomava a roupa das pessoas do bairro. Tinha quatro empregados. As pessoas que queriam ver a sua roupa bem passada e engomada procuravam por mim. Até tinha clientes brancos. Não tinha tempo para descansar. Com a independência o meu negócio desapareceu. Pois, quando se dá a independência os novos dirigentes começaram a dizer que não se podia praticar o negócio privado e reuniram todos aqueles que se dedicavam ao negócio de lavanderia num recinto na Machava, com uma gestão coletiva, acabei desistindo porque não estava a ver o resultado do meu trabalho. Desta maneira terminei com o negócio. (Roberto Machava, 2014)

Em relação à sua vida lamenta:

Olha a minha vida piorou muito nestes últimos anos. Naquele tempo eu tinha os meus negócios como disse. Tinha a lavanderia e tinha duas casas que alugava, mas com a independência isso tudo acabou e hoje sou um guarda noturno. E com o dinheiro que recebo não dá para fazer nada. As coisas pioraram bastante. (Roberto Machava, 2014)

Escola Primária Unidade 23, projeto de São Paixão/ GUHARLM, 2013.

Cássimo David (Shehe), 2016.

Um outro habitante *Shehe*¹⁸, **Cássimo David**, associa a vida do bairro à ação cultural de afirmação das várias comunidades aí existentes, com as suas diferentes etnias, línguas e religiões:

Nasci em 1957, em Maputo, e sempre vivi na Mafalala. Meu pai era natural de Inhambane e vivia no bairro de *Minkadjuíne*¹⁹ e a minha mãe era daqui. Devido ao casamento, a minha mãe converteu-se ao Islamismo. Tive uma infância normal como as outras crianças. Enquanto crescia joguei muito futebol, dancei *tufo*, *nzope*, *marrabenta*, etc. Já na fase adulta fiz parte do grupo *Unce* da Mafalala que até hoje existe. Tocávamos em festas, casamentos, até em festas de membros do partido. O grupo abrilhantava as festas na zona suburbana. Pela banda passaram várias pessoas, nomeadamente: Abdul Razak, Coca-Cola²⁰ (Issufo), Abdala Mubarak, falecido Ibrahim, Muhamad Hagi, falecido Daúde, Kadir, Abdul Raúfo, meu irmão, velho Issufo (*Two batata*)²¹, que era o nosso maestro, era ele que nos fazia as letras. E, entre as senhoras, destaco: Maimuna, Camaria, Laila, Albertina, Fatiminha, Aziza e muitos outros. Esta banda fez furor.

A banda foi fundada um pouco antes da independência e as letras eram na sua maioria de Juma Mukhatsika, esse grande poeta da língua ronga. Ele escreveu letras e canções lindíssimas inspiradas no dia a dia. Comparando o *unce* à *marrabenta* diria que esta era para todos, enquanto que o *unce* era específico, era de origem árabe, não era para todos. Mas ficou popular porque misturamos com *marrabenta*, *n'fena*. O *unce* original não era mexido, nós é que revolucionámos, misturámos com *rumba*, *marrabenta*, etc. Não tínhamos fim de semana livre, quem se casasse requeria a nossa presença. Nos dias nacionais tocávamos no círculo. Considero o Juma Mukhatsika um dos maiores poetas da língua ronga, pois ele compôs músicas de *unce* de grande valor. A maior parte das músicas deste género musical tocadas e cantadas até hoje são da sua autoria.

(Cássimo David, 2014)

Ritual do Maulide na Ilha de Moçambique.

Mussa Ibrahim fala de uma outra dança do bairro, o *Maulide*:

O *Maulide* foi uma dança praticada pelos muçulmanos aqui na Mafalala que era dançada mediante a observância de certas regras. Eu comecei a dançar quando tinha cerca de sete anos, por volta de 1968, e nós tínhamos que tomar uma poção anestésica no dia anterior à atuação e estávamos proibidos de comer marisco. Então quando em plena atuação podíamos espetar no corpo objetos, facas, estiletes e não sofriamos nenhum ferimento e não deixava marcas. Esta prática continuou até 1977, quando o Shehe Abibo, que era da *Cadria*, morre. Ele era o principal impulsor desta atividade cultural. Portanto, após a sua morte nunca mais se praticou. Pelo seu exotismo esta dança atraía multidões, mas terminou. (Mussa Ibrahim, 2013)

É de registar que práticas culturais de influência árabe como o *unce* não eram encorajadas pelo estado português. Silva (2009: 1) afirma que o Islão, até à década de 1950, era visto como uma ameaça para o projeto de construção da nação portuguesa, pois a Constituição Portuguesa de 1933 reforçara o catolicismo como a religião oficial do estado português. Salazar considerava que a Igreja Católica era fundamental na formação da alma e do carácter português (Silva, 2009: 3).

Como consequência, é assinada uma série de acordos com a Igreja Católica, nomeadamente a Concordata de 1940 e o Acordo Missionário do mesmo ano, onde é definida a base legal e regulamentar de atuação da igreja, assim como o seu papel educador, civilizador e *portugalizador* dos indígenas. Com esta medida pretendia-se eliminar a ação do Islão, que durante o período republicano se tinha desenvolvido e causava, junto das autoridades, o temor de falhanço neste processo de construção da nação (Silva, 2009: 3).

A mudança radical de atitude ocorre apenas nas décadas de 1960 e 70, em virtude da emergência dos movimentos independentistas em África. Assim, Portugal vê-se obrigado a adotar uma política de aproximação e integração através da produção de um discurso de diálogo ecuménico, que se intensifica a partir do início da luta armada de libertação nacional liderada pela FRELIMO (Silva, 2009: 6). Julgamos, portanto, que neste contexto se encontram os fatores que estiveram por detrás da menor divulgação e popularização do *unçe*, dado tratar-se de uma prática cultural muçulmana e, portanto, vigiada durante muito tempo, em oposição à *marrabenta*, que, exibindo valores culturais africanos e ocidentais, se tornou popular.

Dançarinas de marrabenta, década de 1950.

Retomando a entrevista anterior, muitos são os dados revelados que apontam para a importância das práticas desportivas na construção da identidade do bairro e da tolerância, bem como na formação de uma consciência política.

Como desportista joguei futebol nos juniores do Benfica de Nampula, aonde, em 1969, sagramo-nos campeões sem termos ganho um único jogo em campo, devido à falsificação de idades pelas equipas

do Sporting e Ferroviário ao longo do campeonato. No ano seguinte voltámos a ganhar o campeonato provincial, hoje nacional, em jogo jogado. Julgo que fui um jogador talentoso, pois cheguei a ter uma proposta para jogar no Benfica de Portugal, mas o meu pai recusou-se a aceitar a proposta, porque julgava que como muçulmano que era podia ficar influenciado pelo modo de vida ocidental, também fiz parte da seleção da Mafalala de forma regular. De notar que havia jogadores de grande nível, mas era sempre um dos primeiros a ser escolhido e isso enchia-me de orgulho. Com esta seleção fomos ganhar o campeonato no *Xipamanine*.

As pessoas do bairro eram unidas apesar de provirem de diferentes províncias do país. Até os *mabandidos*²², quando passassem pelo nosso bairro, tinham mais cuidado porque estávamos de tal modo organizados que se fizessem algum mal a um morador da Mafalala tinham uma resposta à altura. As pessoas viviam em harmonia. Mesmo em termos religiosos a tolerância era mantida, é o meu caso. Tenho família pelo lado da minha mãe que é católica, as minhas tias e, do lado do meu pai, muçulmanos, portanto, os casamentos ajudaram a manter o bom relacionamento e a tolerância entre pessoas e famílias de diferentes credos religiosos.

Outro momento que serviu para mostrar a solidariedade existente entre os habitantes do bairro foi o 7 de setembro de 1974. Eu entrei para a tropa em março de 1974 e saí em 1975. Quando começa a agitação em resultado da confirmação da independência nacional peço uma dispensa no quartel para vir para casa e ajudar na defesa do bairro. O quartel-general foi em casa dos Calianos. Fizemos questão de proteger as lojas. Nós que estávamos na tropa usámos as armas e munições para proteger o bairro. A proteção que fizemos às lojas ajudou bastante quando começou a haver falta de mantimentos, pois os habitantes de outros bairros não tinham tido a mesma preocupação, tinham saqueado as lojas.

Existe uma ideia de que só é nacionalista quem foi à Tanzânia, isso não é verdade. Tivemos aqui nacionalistas de primeira hora como o Issufo Museraji, Yussuf Aboobakar. Políticos que arrastaram e abriram a cabeça de muita gente. Há também o Nuno Caliano, Sr. Pais, outros nacionalistas de primeira hora que não lutavam só pela independência de Moçambique, mas pela região. São estas figuras que precisam

de ser lembradas porque fizeram algo pelo país, com as limitações impostas pelo sistema colonial, procuraram veicular a necessidade de independência e liberdade de Moçambique e de outros povos africanos. (Mussa Ibrahim, 2013)

Também **Issufo Aly**, nascido na Mafalala, nos confirma, de outro modo, as ideias expostas pelo último entrevistado:

O meu pai era natural da Ilha de Moçambique, veio trabalhar como marceneiro no Paulino Santos Gil²³. Primeiro veio o seu irmão que trabalhou lá e chamou o meu pai. O meu pai trabalhou muitos anos no Santos Gil. Eles faziam as rodas das carroças. O Paulino Santos Gil localizava-se na atual Escola Secundária Estrela Vermelha (Joaquim de Araújo). Ali era a lixeira. Ali aonde está o atual Dumba Nengue do Estrela Vermelha não havia nada, só existia um canhueiro e a gente jogava futebol ali. Aquele espaço estendia-se até à Marien N'Gouabi (Caldas Xavier). A esquadra não existia. Isto tudo era mato, até havia caça de perdizes e patos, aqui na zona do *Shoprite*, nas famosas lagoas. E nós é que apanhávamos os animais abatidos pelos portugueses. A Malhangalene ainda não existia, tinha algumas casas. Isto era mato cerrado. Se você saísse para lá sozinho era capaz de voltar de medo, dado o mato que havia. Isto por volta de 1942, tinha os meus 7 ou 8 anos.

Nasci na Mafalala em 1935 e, durante a minha fase de crescimento pratiquei desporto, sobretudo futebol. Regra geral, o pessoal da Mafalala era do *Munhuanense Azar* ou do *João Albasini*. O pessoal que vivia na zona do *Gato Preto*²⁴ até aos *Calianos* e subindo até a Avenida de Angola é que era do *Munhuanense*. Os que viviam entre o *Rodrigues* e o *Mufundisse* era malta do *João Albasini*, mas estavam sempre juntos sem problemas. A rivalidade era só no campo. Havia também adeptos do *Mahafil Isslamo* e do *Atlético Maometano*. Nestes campeonatos jogava-se futebol a sério. Um jogo entre o *Beira Mar* e *Atlético Maometano* ou *Munhuanense Azar* e *São José* era bem disputado e arrastava multidões como já não se vê agora nos jogos do *Moçambola*²⁵. (Issufo Aly, 2014)

Barricada na entrada da Rua de Goa, Setembro de 1974.

É importante frisar que as equipas africanas estavam filiadas à Associação de Futebol Africana (AFA), constituindo deste modo a 2.ª divisão. A 1.ª divisão estava reservada às equipas portuguesas que se encontravam filiadas à Associação de Futebol de Lourenço Marques (AFLM). Esta situação resultava das políticas segregacionistas impostas pelo estado colonial português. Como afirma Domingos (2009: 90), a AFLM, fundada em 1922, juntava clubes fundados por colonos, onde os jogadores negros e mestiços eram poucos. A AFA, por seu turno, foi fundada em 1924 e até 1959 organizou campeonatos com equipas dos subúrbios da cidade. Estes campeonatos eram compostos por equipas como o Beira-Mar, o Mahafil Isslamo, o Munhuanense Azar, o João Albasini, o Vitória Gazense, o Zambeziano, o Inhambanense, o Atlético Mahometano, o Vasco da Gama, o São José, o Nova Aliança e o Sport Nacional Africano.

Os dirigentes destes clubes eram na sua maioria assimilados, enquanto os jogadores eram indígenas. Esta fase corresponde ao período em

Equipa da Associação Desportiva e Recreativa do Bairro da Mafalala, 2015.

que o estado colonial português punha em prática as suas políticas segregacionistas. Mas já no final da década de 1950 começa a haver alterações na política colonial, em virtude das pressões internacionais sofridas pelo regime em relação à descolonização (Domingos, 2009: 90). Em 1952, dois clubes, o Vasco da Gama e o Atlético de Lourenço Marques, são integrados na AFLM e, de acordo com Domingos (2009), esta medida tinha em vista conquistar as elites mestiças que se encontravam à frente daquelas agremiações, que anteriormente tinham feito parte da AFA.

A AFA é abolida em 1959 e os seus clubes integrados no campeonato da 3.ª divisão da AFLM. A medida tinha como propósito o fim formal da discriminação racial no desporto, mas ainda sim, durante algum tempo, o vencedor deste campeonato não ascendia à divisão seguinte. Ainda no prosseguimento desta medida, os clubes africanos tiveram que eliminar dos seus estatutos as palavras discriminatórias, embora estas tivessem surgido em reação à discriminação racial. Foi apenas com a abolição do indigenato, em 1961, que a circulação de jogadores negros pelos clubes de Lourenço Marques fundados por colonos se tornou mais comum. Este fenómeno foi acompanhado pela maior abertura destes clubes a associados negros (Domingos, 2009: 98).

Nesta linha, em 1960, é instituída a medalha de mérito desportivo pelo Ministro da Educação Pinto Leite, como forma de nacionalizar e politizar as vitórias desportivas, úteis sobretudo quando projetavam o nome de Portugal. No contexto colonial, as participações de jogadores de origem africana como Coluna, Eusébio, Hilário e Vicente serviram para apoiar a teoria lusotropicalista de Gilberto Freyre, que considerava a colonização portuguesa única pelo seu suposto carácter miscigenador (Domingos, 2009: 96).

Porém, a realidade do sistema colonial era diferente, como nos mostra o depoimento de Issufo Aly, falando-nos da cobrança do imposto e do poder político e repressivo colonial:

O imposto era pago anualmente e era obrigatório. O valor a pagar era 50 escudos. Ferraz de Freitas, *malalanhana*²⁶ era o administrador do concelho de Lourenço Marques e era muito temido. Era mau! Quem não pagasse o imposto ou cometesse alguma infração arriscava-se a apanhar com a “menina dos cinco olhos” (*palmatória*). Foi ele que

criou as associações profissionais e os bailes que ali aconteciam. A Mafalala era uma zona com areia solta, mas com o aumento populacional a água deixou de ter os seus caminhos e passou a haver inundações. Não era assim como é hoje. Com a independência começou a chegar mais gente ao bairro. Mas o pior momento, que contribuiu para a desordem atual, foi a guerra dos 16 anos. Com a guerra, os chefes de quarteirão e os chefes dos grupos dinamizadores venderam espaços para os deslocados, para os que fugiam da guerra. De modo que o bairro hoje apresenta este aspeto desordenado. (Issufo Aly, 2014)

Voltando ao tempo colonial, o nosso entrevistado fala-nos da distribuição territorial, dos grupos e da vivência cultural do bairro nos espaços de diversão, nos meios de socialização, dos valores morais veiculados e dos aspetos políticos associados:

Os macuas começavam no Rodrigues, até aqui na zona do Abdul Remane. Ao longo deste espaço havia também os *mujojos*. Havia também a zona do *Gato Preto* onde viviam os mulatos.

Os mestiços iam à Associação Africana e nós os negros íamos ao Centro Associativo dos Negros. O Centro enchia, parecia pequeno de tão cheio. Íamos ver o maestro Samuel Dabula e a Orquestra Djambo, íamos – a população negra – ao cinema *Império*, localizado na Avenida de Angola, por ser mais barato. Quem quisesse ou gostasse de filmes indianos tinha o *Varieté* na baixa. Os cinemas *Gil Vicente* e *Scala* estavam reservados aos brancos e assimilados, quem não fizesse parte deste grupo não entrava. Houve degradação dos valores morais. Naquele tempo havia regra, disciplina e autoridade, agora nada. Os jovens não te respeitam!

[Na época] começámos a ser vigiados pela polícia devido aos movimentos independentistas nos países africanos. Os portugueses diziam que nós seríamos os futuros presidentes. Tive que fugir de Chibuto para Magude, porque a PIDE vigiava-nos. Eu tinha para aí 27 ou 28 anos, isto por volta de 1962/63. Mas eu não tinha nada a ver com a política. E fujo destes sítios para Lourenço Marques. (Issufo Aly, 2014)

*Dançarina de Tufo,
com trajes de influência macua, 2013.*

Carlos Bruheim, (sobrinho de Noémia de Sousa), 2016.

Por seu turno, **Carlos Bruheim**, outro habitante da Mafalala, revela-nos a teia de relações familiares que aí se traçavam a partir da sua família, o que nos permite ver o mosaico que é a Mafalala como um pequeno quadro da multiculturalidade moçambicana. Diz-nos:

Nasci a 10 de novembro de 1943 na Mafalala. Sou descendente de Alemães. O meu bisavô foi oficial do exército alemão que pediu asilo ao governo português e atribuiu-lhe um sítio na Catembe. Chega fugido da Primeira Guerra Mundial. Uma vez estabelecido na Catembe teve filhos – com duas irmãs, que faziam parte da família real Tembe – um deles o meu avô. Segundo a história, o meu avô vem para Lourenço Marques devido a questões de proximidade, dado que queria que os seus filhos continuassem a estudar. Assim, a Mafalala surge como um dos locais com condições para que os filhos continuassem com os estudos. A sua chegada à Mafalala verifica-se por volta de 1907. O meu avô era despachante oficial com escritório na Rua da Gávea, hoje Rua da Catembe. Portanto, os filhos do meu avô eram: Ernesto e Carlos Bruheim, meus tios, e meu pai Francisco Bruheim. Do lado materno tenho a minha bisavó natural da Catembe, e os meus bisavô e avô goeses, naturais da antiga Índia portuguesa, de Damão.

Noémia de Sousa (ao centro, em baixo) com a sua família.

Estes eram comerciantes, estabeleceram-se na Mafalala e nunca mais saíram. A minha avó Clara Bruheim é a mãe da Noémia de Sousa, Nunes Abranches de Sousa e Ilda Bruheim, que é a mãe dos Albasinis: Biatriz Albasini, Ivo Garrido, Sérgio Albasini e João Luís Albasini. Passaram a ser Albasini porque a minha tia-avó casou-se com um Albasini. A Noémia de Sousa é minha prima devido a estas ligações familiares. Ela vem viver para a Mafalala entre 1938/9 e só sai em 1949 por motivos políticos. Ela, em pleno julgamento, engoliu a lista que tinha os nomes dos amigos que partilhavam os mesmos ideais que ela. (Carlos Bruheim, 2013)

Neste depoimento, e para complexificar o mosaico familiar apresentado, são importantes as declarações do entrevistado relativamente à discriminação racial, em vários registos:

Lembro-me de um episódio que aconteceu no casamento do meu primo Augusto Nogueira Sousa, que era considerado branco pela sua aparência e que ocupava a posição de Secretário Provincial do Governo Português em Lourenço Marques. Ele casou-se e convidou os tios e avós que viviam no subúrbio. O copo de água realizou-se na Casa das Beiras, atual Instituto Nacional do Audiovisual e Cinema (INAC), mas à entrada encontravam-se porteiros brancos e um dos meus tios, o Lino Albano de Castro, era negro, quando chega a sua vez de entrar não lhe deixam por questões raciais. A sua sorte foi o facto de alguém próximo ter presenciado esta situação e informado ao meu primo que imediatamente se deslocou à entrada e fê-lo entrar contra os protestos do porteiro, que alegava que a festa era só para brancos e que ele não devia entrar. Este é um dos vários episódios que vivi e presenciei. Outro tinha a ver com a postura camarária nos transportes públicos, aonde os negros tinham que viajar em pé ou sentados na zona traseira do machimbombo. (Carlos Bruheim, 2013)

Sobre os cantineiros diz-nos:

Eram na sua maioria considerados brancos de terceira. Estes ajudavam-nos bastante, porque podíamos levantar os produtos a crédito. Tínhamos uma caderneta aonde anotávamos tudo o que levávamos e acontecia com frequência no final do mês termos um valor que excedia o que

*Cantina
Mercearia Olhanense
nos subúrbios de
Lourenço Marques,
década de 1960.*

podíamos pagar, mas o cantineiro não se importava. Continuava a dar-nos crédito e passava o valor da dívida para o mês seguinte. À fome a gente não morria, como acontece hoje em dia. Se você não tem dinheiro você está mal. (Carlos Bruheim, 2013)

Quanto às casas e aos habitantes diz-nos:

Não se deixavam construir casas de alvenaria. As casas de duas águas eram de pessoas poderosas. O aluguer era 50 escudos por mês, nas casas de duas águas a renda era 250 a 300 escudos mensais, mas estas não tinham casa de banho interior. Usavam os baldes que eram recolhidos à noite pelos funcionários da salubridade do município. Havia na Mafalala uma miscelânea de raças e etnias. Pois tínhamos chineses, indianos, na sua maioria comerciantes, macuas, gregos, estes na sua maioria padeiros. Era o caso das famílias Papucides, Eskiakis, Esculudes e Adrianopoulos. A convivência era sã e sem problemas de qualquer espécie. (Carlos Bruheim, 2013)

Mas um dos aspetos seguramente mais relevantes no seu testemunho são as recordações de infância e a carreira desportiva. Recorda:

Tive uma infância normal como qualquer criança dos subúrbios. Recordo-me das almoçadas de caril de amendoim de carne em casa da minha avó, que acontecia de forma religiosa, todas as segundas-feiras.

Éramos muitos irmãos e primos. Comíamos pela mesma travessa disputando as carnes. Era divertido. Lembro-me também dos bolinhos de coco com arroz, feitos pela Dona Manesha – senhora negra, da Ilha de Moçambique – mulher do chefe da esquadra, que estava situada ali no *Mukumula*, aonde hoje é a Unidade 23. Estes bolinhos, *Mukhatsi*, custavam 1\$50 escudos e gostávamos de tomá-los bem quentinhos com chá ao meio da tarde. Uma coisa interessante em relação ao chefe da esquadra é que vivia no mesmo recinto com a família e os presos ficavam na parte de trás da casa. Isso para mim era estranho porque havia aquela ideia dominante de que os presos tinham que estar fechados, mas ali a gente via-os livres, a varrer o pátio e a conversar. A minha infância foi permeada por muita atividade física, quer dizer éramos muito ativos. Pratiquei atletismo, mas por pouco tempo. Pois acabei por jogar futebol. Mas antes de falar da minha carreira gostaria de contar um episódio interessante. O meu pai e os meus tios também jogaram futebol. Jogaram pelo *Munhuanense Azar* como avançados e, pelo facto a linha avançada deste clube ficou conhecida como a dos Catembes. Pois o meu pai Francisco Bruheim era o extremo-direito, Ernesto Bruheim – pai da Flora Bruheim e sogro do Eusébio – avançado centro e Carlos Bruheim, extremo-esquerdo. Eram naturais da Catembe, portanto eram os Catembe.

Em relação à minha carreira desportiva, como estava a dizer, saí do atletismo pela mão de um senhor que achou que eu tinha maiores possibilidades de brilhar no futebol, apesar de ter sido campeão de salto à vara, aos 15 anos de idade pelo Ferroviário de Lourenço Marques. Assim, entrei para a equipa de futebol do Ferroviário, aonde fiz toda a minha carreira desportiva, até 1974. Não joguei em Portugal devido aos empresários e dirigentes desportivos que queriam lucrar com a minha saída. Pois, em 1969, em Coimbra, fui disputar a taça de Portugal pelo Ferroviário e tive vários convites. Do Benfica, Penafiel e Académica, mas estas propostas todas foram por água abaixo devido aos motivos já mencionados. Destaquei-me como guarda-redes, apesar do meu 1,69m, era considerado o homem elástico. Mesmo não tendo atingido uma carreira internacional de relevo, fui uma presença regular nas seleções nacionais de Moçambique. Cheguei a jogar com Eusébio como adversário, nos Juniores e Seniores. (Carlos Bruheim, 2013)

Yussuf Aboobakar, natural da Mafalala, procura a origem do bairro. Nas suas palavras:

Era chamada Mafalala a zona que se estendia da Marien N’Gouabi (ex-Caldas Xavier) até à mesquita Cadria (*Mussiquitsi*) dos Macuas e *Matlhohlomana*²⁷. A partir destes locais até ao atual bairro Magude aonde era a antiga lixeira e sucata Ramos chamávamos *munhuana* e dizíamos que íamos às lagoas. Surge o nome de bairro Magude neste local porque, durante a guerra entre a Frelimo e a Renamo, grande parte da população proveniente desta região acabou por se instalar neste local. E, assim, a população da Mafalala, com o humor e sentido de oportunidade característico, passou a chamar àquele local bairro Magude. (Yussuf Aboobakar, 2012)

E a partir de um grupo específico – os comoreanos – recorda a vida cultural noturna das várias comunidades do bairro:

Na Associação Beneficente Comoreana havia bailes todas as 4.^{as} feiras, sábados e domingos, isto por volta dos anos 40 e tal. E já nessa altura havia meninas livres. Os comoreanos não dançavam porque era proibido para um muçulmano pegar a mulher de outro homem e por isso dançar para eles é *haramo* (proibido). Eles alugavam as suas instalações a terceiros e, neste caso, o Atlético Mahometano é que estava ali e organizava bailes. O Daíco tocava ali. Ele era um bom guitarrista. Para além dele tocava o Chico Albasini, o Mudapana e Manuel Levi, que mais tarde converteu-se ao islamismo. Este local era tão famoso que até vinham indivíduos brancos. Vinham marinheiros de várias nacionalidades à procura de diversão e mulheres negras. (Yussuf Aboobakar, 2012)

Estes contactos e vivências culturais foram fundamentais para a formação da sua consciência política no quadro do regime colonial. Como lutador pela libertação relembra a sua ação política e a importância do bairro nesta luta:

Fiquei preso na Machava como preso político em 1961 por fazer parte do primeiro grupo de nacionalistas moçambicanos que começou a pensar na independência política de Moçambique. Fomos alvos do primeiro

Guerra Manuel, 2016.

juízo militar da história de Moçambique, realizado no Tribunal Militar de Lourenço Marques, em 1962, no atual Quartel-general, de que fazia parte o Nuno Caliano, eu, Abdul Carimo e Ibrahim Manguço, Guerra Manuel, Abissinia Aly, Abdul Carimo. Em nossa defesa veio um grupo de advogados portugueses que se consideravam da oposição portuguesa, nomeadamente Dr. Felipe Ferreira, Santa-Rita, Almeida Santos, Antero Sobral, Adrião Rodrigues, Raposo Pereira e Pereira Leite. Devido à ação destes advogados fomos absolvidos, porque estes provaram que não havia matéria para a nossa prisão. Este grupo, após o 25 de Abril, passou a chamar-se Democratas de Moçambique. (Yussuf Aboobakar, 2012)

Nesta linha, um outro entrevistado, **Guerra Manuel**²⁸, revela em relação ao movimento político que começa a emergir em Moçambique na década de 60:

A tomada de consciência política por parte dos moçambicanos ao longo da década de 60 foi um processo natural, pois esta década foi marcada pela independência de vários países africanos e parecendo que não isto acabou por nos influenciar. Acompanhávamos atentamente as notícias do mundo e de África em particular. A negritude, o pan-africanismo, a independência do Gana e Kwame Nkrumah, a Revolta dos Mau-Mau no Quênia e Patrice Lumumba exerceram uma grande influência sobre nós. Começámos a perceber que era possível tomarmos conta do nosso destino, estarmos livres e independentes. E assim entrou o bichinho da luta pela independência. Tínhamos encontros na casa do Caliano, do Nuno Caliano. À noite, em casa dele, discutíamos as notícias que nos chegavam sobre os movimentos independentistas em África. Os encontros eram na Mafalala ou Chamanculo em casa de um outro elemento que também fazia parte do grupo. Fomos ao juízo, em 1962, o nosso foi o segundo depois do Virgílio de Lemos, poeta, que tinha chamado à bandeira portuguesa capulana e, por isso, foi levado a juízo. Então o nosso foi logo a seguir a este, em 1962. Fomos os primeiros a ser julgados por um Tribunal Militar. Este realizou-se no Quartel-general, ali na Av. 24 de Julho. Fomos todos absolvidos, mas também tivemos uma equipa de defesa de luxo. Eu, Abissínia Aly, Hachimo Mussagy fomos defendidos pelo Pereira Leite. Éramos acusados de conspirar contra o regime colonial português. Mas fomos absolvidos por falta de provas. (Guerra Manuel, 2013)

Também este entrevistado sublinha a importância do desporto:

Vivi na Mafalala, como disse, e joguei a nível do bairro. Nunca me federei, mas tive oportunidade de ver Eusébio jogar. O *Magagaga*, como era carinhosamente chamado pelos amigos do bairro, já aqui na Mafalala via-se que era um craque, equipa em que ele estivesse a vitória era garantida. Eusébio passava o dia a jogar futebol, podia realizar dois a três jogos por dia sem problema nenhum, é por isso que ele revelou aquele poder atlético e *felinidade* que lhe valeu o título de pantera negra. Eu fazia parte da CUF da Mafalala, equipa por nós criada, no bairro que punha como condição para jogar o pagamento regular de quotas, e Eusébio, como não o fazia, não jogava. E isso custou-nos caro, porque ele chateado com a nossa atitude oferecia-se para jogar a todas as equipas que jogassem contra nós. Ainda sobre Eusébio, lembro-me de ter ouvido alguém aqui no bairro a compará-lo ao Seminário – jogador de origem peruana e famoso do Sporting – nestes termos: que o Seminário era um Eusébio melhor treinado. Surpreendentemente, alguns anos mais tarde, Eusébio tornar-se-ia num dos melhores jogadores do mundo. (Guerra Manuel, 2013)

Um outro elemento abordado da vida do bairro e das suas discriminações é a prostituição:

A prostituição era praticada no bairro, no *mathlohlomana*, e nas lagoas em frente ao Mica. Para ali, iam pessoas de diversas raças, e as mulheres que ali se prostituíam não eram naturais de Maputo. Eram de outras províncias, nomeadamente Gaza e Inhambane, mas a maior parte era de Gaza. A razão provável para este êxodo por parte delas pode estar relacionada com a violência doméstica e pelo facto de se ter pago o *lobolo*. Estas preferiam emigrar para não desonrarem a família, visto que esta já não podia devolver o valor pago. E assim a emigração para Maputo era a melhor saída e uma vez chegadas aqui, não tendo escolarização e nenhum tipo de formação, a solução era a prostituição para garantirem o seu sustento. Só podiam ser pessoas de fora de Maputo a dedicarem-se a esta atividade, porque as naturais de forma nenhuma se atreviam a tal. Os mecanismos de controlo social existentes não permitiam que estas o fizessem. Uma atitude do género era a desonra para a família. (Guerra Manuel, 2013)

A situação da prostituição era tão grave que, logo após a independência, o presidente Samora Machel, também ele um habitante do bairro da Mafalala, a certa altura da sua vida, decide, numa das primeiras medidas tomadas, fechar o bar Vasco da Gama, localizado na Avenida de Angola, transformando-o na sede do partido Frelimo, da cidade de Maputo. O Vasco da Gama tinha sido um dos principais centros de prostituição na zona suburbana. O projeto revolucionário de criação do homem novo colidia com estas práticas, vistas como fruto de uma sociedade burguesa decadente.

Um elemento muito importante na urbanização do bairro era o tipo de construção que se fazia, normalmente ligada a artistas habitantes e aos materiais utilizados no sul do país que divergiam dos do norte. **Abissinia Aly**, nascido na Mafalala, em 1937, testemunha essas adaptações. Afirma que seu pai veio deportado de Mossuril por não aceitar pagar o imposto.

Os macuas eram na sua maioria tripulantes que chegavam a Lourenço Marques e acabavam por aqui se estabelecer, pois constituíam família e acabavam por ficar. Para além de tripulantes, muitos tornavam-se carpinteiros e grande parte das casas de madeira e zinco da Mafalala foram por eles construídas. Havendo até carpinteiros que eram bastante solicitados pela qualidade do seu trabalho. É o caso dos carpinteiros: Nhassope, Ngadide Nhabibo e Abdala Janeiro. Estes senhores construíram grande parte das casas de madeira e zinco da Mafalala. Quanto às casas de alvenaria estas começaram a ser construídas nos anos 40. (Abissinia Aly, 2014)

A propósito da introdução das casas de madeira e zinco em Lourenço Marques, Laranjeira (2012: 7) afirma que o zinco terá sido introduzido em finais do século XIX, resultado do Tratado de 1853, que abriu os portos de Moçambique ao comércio mundial. Segundo o autor, o zinco seria de origem alemã e inglesa e a madeira do báltico. As casas começaram por ser habitações simples um pouco elevadas do solo, com uma sala e dois quartos e uma sala de jantar e, num bloco separado, a cozinha, a dispensa e a retrete. Outro fator que poderá ter contribuído para a expansão deste material foi a proibição do uso de capim nos telhados a partir de 1876, após o incêndio que atingiu a povoação (Laranjeira, 2012: 7).

Finalmente, também muito importante no bairro eram as autoridades gentílicas. Como nos diz o nosso entrevistado:

As pessoas dizem que o Sumalgy é régulo da Mafalala, mas na verdade ele é um simples induna. Alguém de confiança que passa a responder por esta área devido à sua idoneidade. O régulo, se é que podemos chamá-lo assim, estava localizado na *munhuana*. Era o régulo Luís, este não descendia da autoridade tradicional que controlava esta região. Os chefes tradicionais desta região são os Mpfumos. Pois estes controlavam a região que compreende a Maxaquene, Malhangalene, Munhuana e Mafalala. O régulo Luís, assim como o Sumalgy, foi uma criação do estado colonial. O régulo Luís, em termos hereditários, devia ter herdado o regulado dos Zuculas que controlavam o Xipamanine e Chamanculo. Como pode ter reparado, o Sumalgy nem era natural de Maputo, mas sim macua de Nampula. Mas devido à sua conduta acabou por ser aceite por todos. Isso contribuiu para reforçar a imagem de que a Mafalala era terra dos macuas. (Abissinia Aly, 2014)

Para terminar este rápido registo de vozes da Mafalala, os depoimentos sobre o 7 de Setembro confirmam o bairro como um dos locais onde a consciência política dos seus moradores era forte.

Quando aquele grupo de colonos portugueses inconformados com a irreversibilidade da independência dos moçambicanos tomou o Rádio Clube, aqui na Mafalala, a casa dos Calianos tornou-se o centro da estratégia para desalojá-los da rádio. E assim reuniu-se um grupo de pessoas vindas do Chamanculo, da Mafalala e tropas portuguesas, que se dirigiram para a rádio e desalojaram os colonos. Foi interessante ver o movimento de solidariedade que se estabeleceu entre a população e este grupo. As pessoas davam aquilo que tinham aos que se encontravam reunidos nos Calianos. Era um termo com chá, biscoitos ou pastéis, iam lá deixar, portanto, houve um movimento de solidariedade espontâneo. Não se obedeceu à ordem de alguém. (Sebastião Madeira, 2014)

Teresa Caliano, 2016.

Teresa Caliano²⁹ – *mãe coragem* – por seu turno diz-nos o seguinte:

A minha casa tornou-se o centro do movimento de defesa do bairro da Mafalala e daqui partiu o grupo que foi libertar a *Rádio Clube* das mãos dos colonos portugueses que a tinham ocupado. Estes não aceitavam o facto de a independência dos moçambicanos estar próxima. Devido à ação que o nosso grupo teve, a minha casa ficou conhecida como a base *Galo* e eu como *mãe coragem*. Foram dias inesquecíveis. Foram quatro dias de intensa atividade, que felizmente terminaram bem, a nosso favor. Quem comandou o assalto à rádio foi o Aurélio Le Bon, que tinha sido comando e por isso a pessoa indicada para levar a cabo esta missão. E combinámos que quando ele tivesse a situação sob controle a senha seria, “Galo, Galo, amanheceu”, assim ficámos a saber que a missão tinha sido bem sucedida. Foi devido ao nosso trabalho aqui na base *Galo* que a Mafalala não sofreu os atos de vandalismo que houve nos outros bairros. Dois factos interessantes a relatar é o facto de um dos jovens, o Isaías Tembe, que foi integrado na vigilância e proteção do bairro, ter sido capturado pelos portugueses do FICO e dos Dragões da Morte. Uma vez capturado foi levado à rádio, mas os nossos miúdos tinham sido instruídos para dizer que faziam parte da 25.^a quinta brigada da FRELIMO e que esta cercava a cidade e esperava ordens superiores para proceder ao ataque final. Dito e feito, o Isaías assim procedeu e quando disse isso aos seus captores estes trataram de devolvê-lo à Mafalala e pediram-lhe para informar aos seus superiores que não havia necessidade de se fazer o ataque. Outro facto interessante que ilustra a seriedade com que a vigilância do bairro era feita naqueles dias foi retenção dos generais Chipande e Gruveta, que tinham vindo ao bairro para visitar o irmão do falecido presidente Samora, o Josefate Machel, também falecido. Eles foram travados nas barricadas porque não conheciam a senha. (Teresa Caliano, 2015)

Estas são as histórias da Mafalala através das vozes dos seus habitantes que nos recordam acontecimentos que, de forma intermitente, vão desde os anos 30 até à independência. São vozes que nos ajudam, de uma maneira única, a conhecer o bairro que este livro pretende apresentar.

Considerações finais

Os testemunhos reunidos de alguns moradores da Mafalala no trabalho de investigação que realizámos, no âmbito do projeto de elaboração da história oral do bairro, contam-nos diferentes histórias e percursos. Fica claro que nem todos têm a mesma versão dos acontecimentos, mas experiências de vida diferentes. Os depoimentos são de vozes anónimas, o que constitui uma vantagem e uma novidade, pois esta é uma abordagem pouco habitual em relação à Mafalala, tão ligada e sempre associada a figuras famosas, que naturalmente se assumem como os dignos porta-vozes e representantes do bairro. Ao abordarmos a Mafalala a partir de vozes anónimas questionámos a leitura do bairro apenas através das suas figuras famosas. Fizemos esta história do bairro não tanto a partir das biografias dos poetas, intelectuais e políticos que aqui habitaram e que nos fazem, ainda hoje, ver o bairro como um dos berços da independência, mas analisando o significado cultural e político que a mistura social na Mafalala proporcionou através de outras vozes. Como vimos, as diferentes origens geográficas e étnicas dos habitantes do bairro e os trabalhos que estes desenvolveram na cidade – que ia das fábricas aos Caminhos de Ferro, passando por lojas e casas de colonos aos homens do porto e às prostitutas – levaram a que aqui se formassem progressivamente pequenos grupos culturais e desportivos, onde começaram a germinar reflexões sobre a situação política e, especificamente, sobre a situação de subalternidade dos habitantes da Mafalala em todo o processo colonial em que estavam envolvidos.

- ¹ Informação dada por Abssinia Aly, Humberto Benfica.
- ² É o caso do velho Muravira que morreu com cerca de 90 anos. Chegou por acidente a Moçambique, após o naufrágio do barco em que viajava por volta dos anos 50, tendo aportado na baía de Porto Amélia, hoje Pemba. As autoridades portuguesas transferiram-no para Maputo para tratar das diligências diplomáticas. Voltou ao seu país de origem e regressou pouco depois para trabalhar e viver, segundo informação do próprio.
- ³ Issulay Bino Hagy, descendente de comoreano.
- ⁴ Marrabenta é um dos principais ritmos urbanos moçambicanos da região sul. Para mais informação ver Laranjeira (2014).
- ⁵ Ver Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo da Administração Civil, Agremiações Recreativas e Culturais, caixa n.º12.
- ⁶ Marongas é a designação usada para os naturais da Província de Maputo.
- ⁷ Machangana é a designação usada para os naturais da Província de Gaza.
- ⁸ Bitongas é a designação usada para os naturais da Província de Inhambane e falantes de guitonga.
- ⁹ O *lobolo* é o equivalente ao dote, em que o jovem nubente desembolsa o valor estipulado pela família da noiva para desposá-la. Esta prática verifica-se na região sul de Moçambique, região essencialmente patriarcal.
- ¹⁰ Informação dada por Abissinia Aly.
- ¹¹ Unce, música urbana de origem árabe.
- ¹² *Mukumula*, de acordo com alguns dos nossos entrevistados, era a zona onde vivia um senhor proprietário de terrenos que, devido à sua dureza na cobrança aos inquilinos, ficou assim conhecido por exigir que estes desfizessem a casa, caso não reunissem a quantia necessária para pagar a mensalidade.
- ¹³ *Mufundisse*, na língua ronga significa *professor*.
- ¹⁴ De acordo com um dos netos, Samora Correia terá obtido os terrenos na Mafalala como oferta de um general português de quem terá sido ajudante de campo durante o processo de ocupação efetiva, em 1895.
- ¹⁵ “Desfaz a tua casa; retira a tua casa daqui e desaparece”.
- ¹⁶ Grupo étnico proveniente da região centro de Moçambique.
- ¹⁷ Segundo Sebastião Madeira *Mandlakazi* é uma palavra de origem Zulu que significa *mãos de mulher*.
- ¹⁸ Líder espiritual muçulmano que orienta as orações na mesquita.
- ¹⁹ Minkadjuíne é um bairro suburbano, vizinho da Mafalala, situado ao longo da Avenida de Angola. Na língua ronga a população passou a chamar *Minkadjuíne* ao bairro, que quer dizer zona de cajueiros.

- ²⁰ Assim chamado por ter nascido no ano em que a *Coca-Cola* foi introduzida em Moçambique, segundo Cássimo David.
- ²¹ Chamado *Two batata* porque, quando era jogador de futebol, por jogo não marcava menos do que dois golos.
- ²² Designação local para malfeitores.
- ²³ Paulino Santos Gil detinha o monopólio da limpeza e salubridade na antiga Lourenço Marques. Chegou a Moçambique em 1903, vindo de Portugal. Foi um empresário colonial que se destacou na área do comércio, indústria, agricultura e transporte marítimo. Protagonizou grandes empreitadas públicas, como o paredão da Avenida Marginal de Maputo, o edifício do Conselho Municipal, o edifício onde se localiza o Café Continental e Estádio Paulino Santos Gil, hoje Desportivo do Maputo (*Jornal Almourol*, Jan/Fev, 1998).
- ²⁴ *Gato Preto* é o nome de uma das cantinas da Mafalala.
- ²⁵ *Moçambola* é a principal prova futebolística moçambicana.
- ²⁶ O *magricelas* na língua ronga.
- ²⁷ *Mathlolhomana* é o nome atribuído ao antigo proprietário de um dos *compounds* situado na Mafalala onde se desenvolveu a prostituição. O proprietário era um indivíduo branco, antigo guarda-fiscal. O nome *matlhotlhomana* na língua ronga é atribuído à galinha que ataca para proteger as suas crias. A este ato chama-se *ku-tlhotlhoma*; ao lugar onde ocorrem ataques do género chama-se *ka-matlhotlhomana*.
- ²⁸ Guerra Manuel foi jornalista do *Diário de Lourenço Marques*, *O Brado Africano*, *A Tribuna* durante a década de 60 e, após a independência, colaborou no *Jornal Notícias*, *Domingo* e *Savana*.
- ²⁹ Esposa do falecido Nuno Caliano, nacionalista de primeira hora. A sua casa, neste caso, a base *Galo*, foi base do movimento, que procedeu à proteção do bairro.

Bibliografia

- Cabaço, José Luís (2009), *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora UNESP.
- Centro de Estudos de Desenvolvimento do Habitat da Universidade Eduardo Mondlane (CEDH-UEM) (2006), *Moçambique: Melhoramento dos Assentamentos Informais* (vol.1); *Análise da Situação e Proposta de Estratégias de Intervenção* (vol.2). Maputo: Direção Nacional de Planificação e de Ordenamento Territorial.
- Craveirinha, José (1969), "O Folclore Moçambicano e as suas tendências", *O Cooperador de Moçambique* IV (7).
- Domingos, Nuno (2009), "As Políticas Desportivas do Estado Colonial em Moçambique", *Lusotopie* XVI (2): 83-104.
- Freitas, Romeu Ivens Ferraz de (1965), *Conquista da Adesão das Populações*. Lourenço Marques: Serviços de Centralização e Coordenação de Informações.
- Laranjeira, Rui Augusto (2014), *A Marrabenta: Sua Evolução e Estilização, 1950-2002*. Maputo: Minerva Central.
- Laranjeira, Rui Augusto (2012), "Mafalala: quem te conhece não te esquece jamais", *Canico*, n.º1.
- Lemos, Manuel Jorge Correia de (1987), "Maputo, deste lado da baía: considerações sobre a toponímia da cidade", *Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, n.º2 (especial): 5-18.
- Lemos, Manuel Jorge Correia de (1988), "Reviver a Ilha, na Mafalala", *Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, n.º4 (especial): 49-58.
- Liesegang, Gerhard (1987), "Lourenço Marques Antes de 1895", *Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, n.º2 (especial): 19-75.
- Lima, Alfredo Pereira de (1966), *Edifícios históricos de Lourenço Marques*. Lourenço Marques: Livraria Académica.
- Lima, Alfredo Pereira de (1971), *História dos caminhos de ferro de Moçambique*. Lourenço Marques: Administração dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes.
- Mendes, Maria Clara Teles (1985), *Maputo antes da independência: geografia de uma cidade colonial*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Moreira, José (1997), *Os assimilados, João Albasini e as Eleições, 1900-1922*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.

- Pereira, J.G.T. (1972), *Relatório da inspecção ordinária ao 2.º Bairro do Conselho de Lourenço Marques*. Lourenço Marques.
- Rocha, Aurélio A. N. (2006), *Associativismo e Nativismo em Moçambique: Contribuição para o Estudo das Origens do Nacionalismo Moçambicano (1900-1940)*. Maputo: Promédia.
- Silva, Cristiane Nascimento da (2009), "A Nação Portuguesa e os muçulmanos de Moçambique", *XXV Simpósio Nacional de História da ANPUH* (Fortaleza): 1-8.
- Thomaz, Fernanda do Nascimento (2009), "Projetos em disputa num projeto de Estado: relações políticas no sul de Moçambique (1907-1922)", *XXV Simpósio Nacional de História da ANPUH* (Fortaleza): 1-12.
- Zamparoni, Valdemir Donizette (1998), *Entre Narros & Mulungos. Colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques c. 1890- c.1940* (Dissertação de Doutoramento). São Paulo: Universidade de São Paulo.

Entrevistas

- Abissinia Aly, 11 de junho de 2014
- Carlos Bruheim, 15 de março de 2013
- Cássimo David, 10 de junho de 2014
- Guerra Manuel, 20 de setembro de 2013
- Issufo Aly, 10 de julho de 2014
- Issulay Bino Hagy, 09 de julho de 2014
- Mussa Daúde Ibrahimo, 20 de junho de 2013
- Roberto Machava, 10 de junho de 2014
- Sebastião Madeira, 12 de dezembro de 2014
- Teresa Caliano, 25 de setembro de 2015
- Yussuf Bin Aboobakar, 15 de julho de 2012

O URBANISMO DA MAFALALA: ORIGEM, EVOLUÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

Nuno Simão Gonçalves

Este texto descreve a evolução urbana do Bairro da Mafalala. Apesar das semelhanças com outros bairros situados do lado exterior da circunvalação da cidade de Maputo, o Bairro da Mafalala tem características que o distinguem dos demais. Essas particularidades são mais evidentes no tecido social, onde a heterogeneidade das origens dos seus habitantes gerou uma urbanidade que se destaca na capital de Moçambique.

A historiografia urbana da cidade tem incidido sobre a zona projetada pelos e para os europeus, conhecida no tempo colonial, primeiro como *cidade dos brancos* (*xilunguine* em ronga), depois como *cidade de cimento*. Em seu redor foi crescendo outra cidade, outrora denominada *caniço*¹, onde a população autóctone e outros grupos desfavorecidos da hierarquia colonial, viveram segregados até à independência, em 1975. As origens da Mafalala são bem mais ancestrais e abrangentes que os limites impostos pelos europeus no final do século XIX. Também a riqueza sociocultural e urbanística do bairro extrapola as fronteiras demarcadas pelas quatro avenidas que definem o seu perímetro.

Detalhe com a inscrição ao território Mapfumo do *Plan De La Baie De Lourenco Marques*, 1873. Sobreposta a mancha atual do Bairro da Mafalala.

O património condensado neste espaço encerra em si uma parte relevante da história de Moçambique. A subtileza com que se evidencia a riqueza cultural deste bairro está presente em cada detalhe urbano das ruas sinuosas que o caracterizam, onde facilmente nos perdemos na diversidade de influências culturais que as construíram.

O impacto da *xilunguine* nas comunidades africanas

Com a instalação da capitalidade de Moçambique em Lourenço Marques, na transição entre os séculos XIX e XX, começaram a surgir as primeiras zonas suburbanas, onde se foram aglomerando os povos de origem africana. Não só os naturais dos territórios envolventes da baía, os *tsongas*², predominantemente das chefaturas Mpfumu, como os provenientes de Moçambique. Mas o magnetismo da cidade nem sempre correspondeu às expectativas desses povos, tendo contribuído para a sua desagregação social e desenraizamento do meio rural e tradicional de onde provinham. Por outro lado, a *xilunguine* reforçou a imagem do poder colonial, em particular para os povos a sul do rio Save, amenizando as convicções destes de expulsarem os invasores e embrenhando-os, cada vez mais, na trama do sistema colonial, algo comum em outras cidades coloniais africanas (Njoh, 2007: 1-3). Desta forma, os africanos foram sendo compelidos para uma economia liberal de matriz europeia e, neste caso, urbana, através de legislação tributária e coerciva, como o Imposto de Palhota, forçando-os, caso não pudessem pagar em dinheiro, ao trabalho assalariado, de matriz escravagista, para assim poderem habitar ou cultivar as terras que antes lhes pertenciam.

Face ao crescimento exponencial das cidades, alguns agregados familiares africanos adaptaram-se melhor a esta nova economia e prosperaram com ela, em especial os que produziam e vendiam produtos agrícolas para os florescentes mercados urbanos. O mesmo não se aplicava às famílias que tinham um homem emigrado durante meses ou anos nas minas ou plantações sul-africanas. O fluxo migratório masculino sobrecarregava as mulheres com encargos redobrados na logística familiar até ao regresso dos parceiros que, caso não morressem nas duras condições de trabalho a que eram expostos, voltavam frequentemente doentes. Estas e outras adversidades da vida citadina, como a escassez de terra para agricultura de subsistência e o difícil e caro acesso à água e à habitação, complicavam a fixação e adaptação dos africanos que se foram acumulando nos arrabaldes citadinos.

O surgimento, crescimento e impacto social dos subúrbios da

África colonial foram, em certos aspetos, idênticos a outras cidades a nível global. Caracterizam-se por se localizar em zonas insalubres de génese espontânea, na sua maioria informais ou mesmo ilegais na forma de ocupação, tendo geralmente nomenclaturas e/ou conotações pejorativas³. Na Europa, em geral, e no Reino Unido, em particular, a Revolução Industrial catalisou estes fenómenos (sub)urbanos por causa do grande êxodo populacional do meio rural para cidades sedentas de mão de obra. No entanto, as cidades não estavam preparadas para albergar essa multidão que, num período relativamente curto, se foi aglomerando em condições insalubres e de difícil acesso a bens essenciais, como água potável e alimentos (Voth, 2004: 284).

Contudo, o caso europeu difere das cidades coloniais por, às assimetrias sociais e económicas, se juntarem as assimetrias raciais. É neste sentido que, por exemplo, o início das *favelas* do Rio de Janeiro se aproxima mais dos assentamentos espontâneos dos subúrbios das cidades africanas, uma vez que um dos fatores determinantes foi a abolição da escravatura, o que impulsionou os *libertos* brasileiros a ocupar, de forma espontânea, os terrenos baldios das periferias. Todavia, em África a segregação racial e a discriminação cultural das populações foi mais incisiva e violenta (Cabaço, 2007: 198). Através de complexas barreiras sociais, económicas e legislativas o regime colonial circunscreveu aos subúrbios os africanos, ancestrais detentores dos territórios que lhes foram usurpados pelo colonialismo.

Slums de Glasgow, 1868.

As origens da segregação urbana

As medidas segregacionistas para com as comunidades africanas, em particular, e não europeias, em geral, seguiam não só a narrativa colonial da missão civilizadora como também incorporavam o discurso higienista desenvolvido ao longo do século XIX nos países do Norte. Em meados desse século, o esvaziamento de Paris segundo os planos do Barão de Haussmann, para criar um centro mais arejado e luminoso para a burguesia emergente, expulsou para as periferias as classes mais desfavorecidas que aí viviam. Salvaguardando as devidas proporções, veja-se o paralelo nas palavras de Augusto de Castilho sobre as causas e consequências de um incêndio que atingiu a *xilunguine* de Lourenço Marques, em 1875: “as palhotas que eram mais densamente numerosas e mesmo muito mais infectas do que os preceitos da boa hygiene o permitiam, foram para sempre banidas do recinto das muralhas” (Castilho, 1880: 8). Nessa época, também em Portugal a resolução das irregularidades urbanas e habitacionais focavam problemas sanitários, tendo inclusive sido legislada a possibilidade de expropriar e destruir casas de bairros insalubres como, por exemplo,

as *ilhas* do Porto (Gros, 1982: 10-11). Adaptar estes procedimentos urbanísticos às cidades dos territórios ocupados em África foi uma prática comum do colonialismo europeu.

A exploração mineira do Transvaal e o consequente desenvolvimento industrial levaram ao aumento dos fluxos migratórios de e para Lourenço Marques, expondo os seus habitantes a epidemias. As más condições de salubridade a que a mão de obra africana estava sujeita, tanto no trabalho como nas residências, eram campo fértil para a propagação de doenças, muitas delas pouco comuns ou mesmo inexistentes antes da ocupação europeia. O *sanitation syndrome* vai ser preponderante para as políticas urbanas coloniais na região, principalmente nas cidades mineiras do *hinterland* colonial britânico. Por osmose as cidades fornecedoras de mão de obra e serviços às anteriores, como Lourenço Marques, seguiram as mesmas diretrizes higienistas de cariz segregacionista, apesar de aí não serem aplicadas com tanto rigor. Para o efeito foram esboçados vários argumentos legais, como testemunham as intenções do relatório sobre o “problema da habitação indígena”, elaborado em 1909 pelo Serviço de Saúde de Lourenço Marques⁴:

A acumulação em que vivem pretos, índios e chineses, em casas que são verdadeiros antros, com os hábitos de imundície que os caracterizam, constitui um dos mais poderosos elementos de insalubridade urbana e é um perigo permanente sob o ponto de vista do alastramento de qualquer epidemia. [...] Aqueles que ficam agora sem casa, procurarão em breve [...] instalar-se nos terrenos suburbanos, disseminando sem ordem e sem critério as suas moradias, de modo a cingirem a cidade de focos de infeção, dificilmente policiáveis. Seria de uma grande conveniência para a higiene de Lourenço Marques que nos subúrbios da cidade fosse escolhido um local conveniente para o estabelecimento de uma povoação para indígenas e outra para asiáticos. Nessas povoações, que deveriam obedecer a um plano previamente estudado, permitir-se-ia a construção de palhotas ou de casas rudimentares de madeira e zinco, sendo proibidas as edificações de alvenaria. Esta proibição teria por fim poder-se destruir facilmente a povoação, ou parte dela, rapidamente sem grandes prejuízos quando disso houvesse uma imperiosa necessidade⁵. [...] Aos indígenas, a proibição de habitarem dentro da cidade estender-se-ia a todos, com exceção dos que, pelas suas condições sociais e modo de vida, merecessem tratamento especial, e dos serventes que vivessem na casa dos seus patrões. (*Lourenço Marques Guardian*, 1909)

O relatório demonstra as intenções da administração colonial de isolar os povos não-europeus nos subúrbios através de argumentos higienistas, propondo a construção de bairros específicos para não-europeus separados do resto da cidade, à semelhança das *native locations*⁶ sul-africanas. A intenção já estava patente no *Projeto de Ampliação da Cidade*, elaborado em 1887 pelo Major António José de Araújo, mas foi sendo adiada até à construção dos bairros para indígenas do Xipamanine e da Munhuana. A estruturação urbana da cidade, como a conhecemos hoje, ficaria completa logo em 1903, quando foi traçada a circunvalação⁷. À exceção de alguns serventes domésticos que eram alojados em dependências nos quintais das casas ou lojas dos patrões, os restantes africanos foram compelidos a estabelecerem-se nos terrenos baldios exteriores à circunvalação. Estas medidas legais preocupavam-se mais com o controlo dos movimentos destas pessoas do que com a regulação

e combate à insalubridade local. A ausência de investimento em infraestruturas viárias e sanitárias nos subúrbios refletia “o carácter tradicionalmente especulativo da burguesia portuguesa” da época que, em termos urbanos e à semelhança do que acontecia no reino, estava pouco interessada “em investir em trabalhos de infraestrutura e equipamentos demorados e custosos” (Gros, 1982: 11-12). Por outro lado, na *xilunguine* a administração colonial era mais zelosa de forma a assegurar uma salubridade próxima dos standards europeus, com o intuito de atrair e manter os colonos na cidade. Apesar da iniquidade de critérios do município na infraestruturização dentro e fora dos “marcos da cidade”⁸, a tributação predial era igual em ambos os lados (Nyeleti, 1912: 1), o que se manteve praticamente até à independência.

A propriedade do solo e a especulação imobiliária

Com o desenvolvimento da urbe o valor do solo aumentou no âmbito de uma intensificação da especulação imobiliária. A administração colonial portuguesa tentou controlar o processo desde meados do século XIX, mas o *deixa-andar* dominante e a condescendência e incapacidade das autoridades perante o fenómeno, goraram os resultados esperados. Aproveitando o pouco rigor legal e institucional, os especuladores imobiliários foram adquirindo grandes áreas de terrenos suburbanos às chefaturas Mpfumu. Os investidores eram maioritariamente estrangeiros atentos ao progresso da cidade, causado essencialmente pelo crescimento económico das colónias anglo-boers vizinhas e da ligação ferroviária que a unia a estes territórios.

Algumas destas transações imobiliárias entre os Mpfumu e os estrangeiros tiveram origem em redes comerciais de tempos mais recuados, sendo comum a união de facto ou matrimonial como forma de selar os negócios fundiários, o que tornava mais difícil o já parco controlo das autoridades coloniais. Numa tentativa de regularizar a situação, a administração colonial ordenou a execução de um levantamento cadastral⁹ dos terrenos da cidade e arredores, não só para controlar a especulação imobiliária estrangeira como também para preparar a derradeira ocupação do território Mpfumu.

A ocupação efetiva do território Mpfumu

O missionário suíço Henri-Alexandre Junod, que privou com os Mpfumu nessa época, levantou a questão: “Que deviendra la race noire, la légitime propriétaire de ces territoires convoités, annexés et bientôt occupés par les Blancs?”¹⁰ (Junod, 1898: 10). A resposta iria surgir, em 1909, com a aprovação do *Regime provisório para a concessão de terrenos do Estado na província de Moçambique*, que ditou a perda dos direitos de posse de terra da maioria dos povos nativos da colónia a favor dos colonos europeus. O decreto¹¹, de 9 de julho de 1909, classificou povoações “de carácter europeu” e nacionalizou a propriedade fundiária não reconhecida pela legislação portuguesa, o que excluía praticamente todos os povos autóctones do direito à posse das suas próprias terras e o não reconhecimento dos seus povoados preexistentes. Desta forma, à maioria dos indígenas passou a ser permitida apenas a ocupação de reservas criadas exclusivamente para eles, mas sobre as quais não tinham direito de propriedade. Esta lei fazia parte da trama legal atrás referida que, à semelhança do que vinha a ser praticado em outras colónias europeias em África (Njoh, 2007: 73-78), servia a fórmula essencial para proletarizar coercivamente os africanos. Por um lado, obrigava-os a pagar impostos, por outro restringia-lhes o acesso à propriedade fundiária, compelindo-os desta forma para o trabalho assalariado cada vez mais abundante nas zonas urbanizadas. Depois da implementação deste instrumento legal grande parte dos nativos, como os Mpfumu, passaram de legítimos e ancestrais proprietários a clandestinos sujeitos às imposições legais dos colonizadores. A partir daqui, caso quisessem continuar a viver ou a explorar as suas terras, tinham de pagar renda a terra-tenentes, maioritariamente não-africanos.

O início da estrutura urbana dos subúrbios

Em termos geográficos o decreto de 9 de julho de 1909 iria estratificar a cidade através de três arcos concêntricos num ponto situado junto da Praça 7 de Março, atual 25 de Junho. O arco central, já visível em alguma cartografia do início do século XX, viria a circunscrever a

xilunguine com um raio de 2km. À semelhança das políticas urbanas que vinham sendo aplicadas nas duas principais cidades da metrópole, Lisboa e Porto, a “linha de circunvalação”¹² tinha como função essencial evitar o “descaminho de direitos da Fazenda Nacional”¹³. Na capital de Moçambique a circunvalação, além de funcionar como linha de fiscalização tributária da cidade, teve também uma intenção defensiva em relação a possíveis novas rebeliões indígenas. Por outro lado, esta linha pretendia estruturar a malha urbana ortogonal projetada no Plano Araújo¹⁴ através de um arco que ligasse o Palácio do Governador, na Ponta Vermelha a este, à Estação Ferroviária a oeste na frente ribeirinha. Foi definida uma zona de expansão da cidade que, na realidade, funcionava como separação¹⁵ em relação aos subúrbios, com um quilómetro para o exterior do arco, ou seja, num raio de 3km a partir do centro original. É interessante observar que o mesmo raio, desta vez com o centro da Praça do Comércio, foi utilizado para definir a circunvalação de Lisboa, em 1885, o que denota a semelhança de critérios urbanos utilizados na metrópole e na colónia. Só que aí o fator colonial enfatizou a fronteira entre o centro, europeu, e o subúrbio, africano. Esta estratificação radial e racial do espaço urbano também esteve presente no planeamento de cidades como Kimberley ou Johannesburg, apesar daí não se ter materializado de forma tão vincada na estrutura urbana. De qualquer forma, tanto nos exemplos sul-africanos como na capital de Moçambique, o recurso à radialidade no desenho urbano foi utilizado para controlar os movimentos dos indígenas, segregando-os a uma distância suficientemente segura da zona central, predominantemente europeia, mas não demasiado longe dos postos de trabalho onde eram necessários (Frescura, 2000: 5-6).

Planta da cidade de Lisboa e seus arredores, c.1885. Sobreposta a circunvalação com um raio de 3 Km com centro na Praça do Comércio.

Planeamento urbano radial na África do Sul no final do século XIX.

À esq.^a detalhe da planta de Kimberley do mapa *Briton or Boer*, 1900. À dir.^a detalhe do *Plan of Johannesburg and suburbs*, 1897.

No caso de Lourenço Marques a zona de expansão, ou de tampão, só viria a ser respeitada nos dois bairros para indígenas projetados e construídos pelo município: o do Xipamanine, construído entre 1918 e 1921, e o da Munhuana, entre 1938 e 1942. Estes bairros foram implantados no limite exterior do arco dos 3 km: a noroeste, nas zonas do Chamanculo, Xipamanine e Zixaxa; a norte, na Munhuana e Malhangalene, a que pertencia a Mafalala. Esta última zona acabou por não ser respeitada devido aos assentamentos espontâneos de povos africanos que aí se foram adensando, pelo facto da expansão da *xilunguine* não ter seguido essa direção. O desenvolvimento urbano da *cidade branca* acompanhou os flancos costeiros mais ventilados a este, pelo eixo Polana-Sommerschield, e, a sul, no prolongamento da Avenida 24 de Julho, na atual zona da Malanga. A proximidade com o Porto, Caminho de Ferro de Lourenço Marques [PCFLM] e a Estrada de Lydenburg gerou um corredor de desenvolvimento em direção ao *hinterland* sul-africano, no final do século XIX.

Nessa época, a relação com as Terras do Estado (antigas Terras da Coroa), a norte, era pouco relevante para o desenvolvimento económico da cidade, ao contrário do que acontecia com o Transvaal, o seu motor de crescimento. Isto fez com que as zonas do Chamanculo, Zixaxa, Munhuana e Malhangalene tivessem um desenvolvimento mais lento, tornando os seus terrenos e respetivos proprietários expectantes em

Planta da Cidade de Lourenço Marques e parte dos subúrbios, 1940. Além dos arcos de 2 e 3 Km: "a" indica o perímetro atual do Bairro da Mafalala, "b" a área do Bairro da Munhuana e "c" a área do Bairro de Xipamanine.

relação ao desenvolvimento e expansão da cidade naquela direção. Foi nestes terrenos que grande parte das populações indígenas se concentraram de forma espontânea, precária e, muitas vezes, ilegal.

Detalhe da *Planta da Cidade de Lourenço Marques e subúrbio* por E. de Moctezuma, 1907-1912. Além dos arcos de 2 e 3 Km: “a” indica o perímetro atual do Bairro da Mafalala, “b” a área do Bairro da Munhuana, “c” a área do Bairro de Xipamanine, “d” o ponto de gênese do Bairro da Mafalala, “e” a Zona de expansão segundo o Decreto de 09/07/1909, “f” a antiga estrada para as Terras do Estado (atual Rua de Goa), “g” a antiga estrada de Xixara (atual Rua dos Irmãos Roby) e “h” a antiga estrada de Lydenburg.

Em termos urbanos os fatores descritos interagiram com o traçado urbano e o parcelário que caracteriza os subúrbios da cidade, em particular, o território onde se veio a definir a Mafalala. A irregularidade ou informalidade do tecido suburbano teve parte da sua origem no cadastro fundiário do início do século XX, que foi cartografado pelos serviços de agrimensura na *Planta da Cidade de Lourenço Marques e Subúrbios em 1912*, onde já é visível a diferença entre a malha urbana interior e exterior à circunvalação.

Detalhe da *Planta da Cidade de Lourenço Marques e subúrbio* por E. de Moctezuma, 1907-1912. "a" indica o perímetro atual do Bairro da Mafalala, "f" a antiga estrada para as Terras do Estado (atual Rua de Goa), "g" a antiga estrada de Xixara (atual Rua dos Irmãos Roby), "i" caminho que deu origem à atual Rua de Timor e "j" caminho que originou a atual Rua da Guiné.

Formalmente a diferença residia, e ainda reside, no pragmatismo da malha ortogonal proposta pelo Plano Araújo, em contraste com a malha urbana, mais orgânica, que surge do lado exterior da radial. Conforme se observa num título de concessão de um terreno na Mafalala, datado de 1911, os perímetros das parcelas¹⁶ extra circunvalação vão definir a malha suburbana. Comparando o perímetro da parcela 187 e respetivas confinantes com a evolução da malha urbana na mesma zona, verifica-se que os perímetros se mantêm praticamente inalterados até ao presente. Este elemento confirma um dos princípios básicos do urbanismo apurado pelos estudos de morfologia urbana, o da *lei da persistência do plano*.

Evolução de um conjunto de parcelas ao longo de um século.

1911

1956

1966

1973

1979

2015

Este fenómeno urbano explica-se, em parte, pela forma como a maioria das parcelas dos subúrbios, localizados entre os arcos dos dois e três quilómetros, foram sendo ocupadas. Conforme já mencionado, enquanto os seus proprietários aguardavam, expectantes, a expansão da *xilunguine* para depois revenderem a preços especulativos, as populações africanas foram ocupando espontânea e provisoriamente cada parcela, condensando-se dentro dos respetivos perímetros segundo lógicas urbanas próprias, à margem da administração colonial, que mantinha uma atitude de *deixa-andar*, condescendente perante a informalidade fundiária e auto reguladora dos subúrbios (Mitchell, 1975: xii-xiii). Essa atitude contrastava com o rigor legislativo que se tentava impor na cidade formal, onde os órgãos municipais estavam mais atentos e ativos na aplicação e fiscalização dos instrumentos legais, tentando assegurar que o crescimento urbano se mantivesse confinado à malha ortogonal traçada pelo Plano Araújo.

A dualidade de critérios no tratamento da *xilunguine* e do *caniço* vai acentuar a dicotomia urbana vincada pela circunvalação, apesar de, em ambos os lados dessa fronteira, o desenho do tecido urbano ser definido pelos perímetros das parcelas preexistentes. Todavia, a disparidade geométrica destes perímetros, a forma como a sua ocupação se processou e foi, ou não, regulada, e as discrepâncias socioeconómicas dos seus ocupantes, marcaram a diferença formal entre os dois espaços.

A geometria irregular do traçado suburbano da capital moçambicana resultou não só dos perímetros parcelares, mas também dos percursos de *pé posto*, definidos pelo quotidiano dos seus habitantes, e pelos interstícios entre as construções fragmentárias, e sem plano, que iam preenchendo cada parcela. Estes processos espontâneos, comuns em outros espaços suburbanos, como as *favelas* brasileiras (Jacques, 2001), resultaram no labiríntico sistema de ruas e vielas que caracterizam o espaço urbano de bairros como a Mafalala.

A proximidade laboral e a segmentação dos subúrbios

O trabalho foi uma “forma estruturadora das relações quotidianas entre o colonialismo português e as populações colonizadas” (Jerónimo e Domingos, 2015: 139) e, neste sentido, a geografia laboral da cidade era um fator determinante na fixação das comunidades africanas nos subúrbios. Este fator foi contribuindo para a caracterização urbana, cultural, social e política de cada um dos bairros, em que as rendas eram mais elevadas nas zonas próximas dos limites da circunvalação, remetendo aos espaços mais recônditos as populações com menor capacidade económica.

O fenómeno não é tão visível na distribuição dos tsongas da baía, em particular os das chefaturas Mpfumu, pois eram os habitantes naturais daquele território, sendo a sua presença transversal a todos os subúrbios. Mesmo depois do esbulho colonial das suas terras, uma minoria ainda preservou pequenas parcelas (Penvenne, 1993: 102-107). Alguns foram, inclusivamente, escolhidos pela administração colonial para regedores de zonas suburbanas. Já os habitantes de outras proveniências que migraram para os subúrbios da capital, em busca de trabalho e melhores condições de vida, tiveram tendência a se fixar e concentrar em zonas específicas de acordo com os seus locais de trabalho (Rita-Ferreira, 1968: 244). Os bairros Chamanculo e Xipamanine, por exemplo, devido à proximidade ao PCFLM e à estrada para Lydenburg, acolheram comunidades fornecedoras de mão de obra para os transportes pesados do porto e via-férrea bem como, para a mineração do Transvaal. Este operariado tendia para uma relação mais distante e, muitas vezes, conflituosa com as entidades empregadoras devido ao facto de trabalharem em massas laborais de maior dimensão, geradoras de um proletariado mais associativo, politizado e, consequentemente, reivindicativo (Penvenne, 1993: 66). Os povos do sul do rio Save foram os que mais emigraram para as minas do Transvaal, sendo o seu percurso normalmente via Lourenço Marques onde, enquanto estavam em trânsito, se concentravam, na sua maioria, junto dos acampamentos ou, como eram conhecidos na altura, dos *compounds*¹⁷ de empregadores de mão de obra como a Witwatersrand Native Labour Association [WNLA]. Por questões logísticas, esses *compounds* localizavam-se nas imediações do PCFLM, ou seja, nos bairros acima referidos.

A agregação étnica nos subúrbios era semelhante à organização laboral das minas sul-africanas, onde os mineiros eram aquartelados nos compartimentos dos *compounds* segundo a sua etnia (Harries, 1989: 102). Este facto corrobora a forte influência das cidades *anglo-boers* na urbanidade da capital de Moçambique, em especial a importância do trabalho na localização dos habitantes suburbanos e seus quotidianos.

Detalhe de foto aérea com o *Compound*, 1956.

No caso da população que se fixou na zona da Mafalala, que aqui nos ocupa, a relação geográfica e laboral com a *xilunguine* era mais diversificada. Apesar de haver quem trabalhasse nas minas sul-africanas e nos PCFLM, a proximidade com zonas comerciais, como o Alto Maé, residenciais e turísticas, como Sommerschield e Polana, atraiu para esta zona dos subúrbios comunidades ligadas ao setor terciário (Mendes, 1985: 445). As atividades laborais mais significativas eram: a prestação de serviços aos comerciantes, como empregados de lojas e cantinas, às residências, hotelaria e restauração, com serviços domésticos diversificados, como cozinheiros, *mainatos*, *criados*, *moleques*, *muanas*, entre outras designações utilizadas na época. Estes misteres tinham a particularidade de proporcionar uma maior interação com a sociedade colonial da *xilunguine*. Na prestação de serviços domésticos a relação com a entidade patronal, apesar de não menos violenta e assimétrica, proporcionava uma maior proximidade às culturas não-africanas da cidade. Mesmo sendo praticamente invisíveis para os patrões, os empregados domésticos aprendiam mais sobre a cultura do colonizador do que este sobre a do colonizado (Cabaço, 2007: 185-191). Alguns chegavam a ter uma posição de relativa confiança perante os empregadores, proporcionando-lhes certas vantagens informais como, por exemplo, alguma proteção caso fossem apanhados pela “polícia do trabalho, a vadiarem sem documentos” (Penvenne, 1993: 58 e 163), ou até permissões especiais para circularem pelas ruas da *xilunguine* fora das horas do “recolher obrigatório para indígenas” (Cabaço, 2007: 187-188) e assim se livrarem do *chibalo*.

Planta da Cidade de Lourenço Marques e parte dos subúrbios, 1940. Além dos arcos de 2 e 3 Km e da indicação dos principais fluxos casa-trabalho das diferentes zonas suburbanas: "a" indica o perímetro atual do Bairro da Mafalala, "b" Porto e Caminho de Ferro de Lourenço Marques [PCFLM] e "c" as principais zonas de comércio e serviços.

Este facto dava aos domésticos uma maior mobilidade pela *xilunguine* e pelo quotidiano dos seus habitantes não-africanos, proporcionando-lhes uma posição relativamente privilegiada na hierarquia social. Não obstante ser um trabalho mal remunerado, tinha uma vertente iniciática para alguns migrantes locais que procuravam a cidade. O serviço doméstico era uma oportunidade de se ambientarem à *xilunguine*, aprenderem e melhorarem a língua do colonizador, "adquirirem uma educação e experiência mais negociáveis", para depois poderem procurar outros trabalhos melhores (Penvenne, 1993: 173). Algo semelhante acontecia com os que prestavam serviços no turismo e restauração. Mesmo tendo uma relação mais distante com os patrões do que tinham os empregados domésticos, não deixavam de conviver de perto com a cultura das classes dominantes. Cozinheiros, empregados de mesa, jardineiros, músicos, entre outros, eram alguns dos serviços prestados por muitos mafalalenses, tendo inclusivamente existido a norte do bairro, na zona alagadiça da lixeira conhecida por *bucaria*, uma Associação dos Criados e Mainatos (Sopa, 2014: 53-54). Do ponto de vista das ocupações laborais dos habitantes da Mafalala é importante realçar a sua relação com os comerciantes do Alto Maé,

na sua maioria chineses e indianos ou *baneanes*, sendo estes últimos predominantemente muçulmanos, mas também hindus e católicos goeses (Sopa, 2014: 35). Este fenómeno vai fomentar a fixação no bairro de comunidades islamizadas provenientes da costa swahili e ilhas do Índico, nomeadamente da Ilha de Moçambique, dando ao bairro um espectro cultural mais amplo em relação aos restantes subúrbios, constituídos essencialmente por povos do sul do rio Save. A variedade de proveniência geográfica, de atividades laborais e de diversidade cultural dos habitantes da Mafalala gerou redes e inter-relações socioculturais que fomentaram o aparecimento de comunidades culturalmente heterogéneas. A relação destas populações com a *xilunguine* terá também contribuído para que surgissem no bairro distintas expressões culturais que se foram transformando em consciência política da condição colonial.

O espaço urbano da Mafalala

A descrição do bairro

O Bairro da Mafalala localiza-se dois quilómetros a norte do centro Maputo em pleno planalto onde se implantou a cidade alta a partir do primeiro quartel do século XX. Foi nessa época que começou a ganhar forma a atual configuração urbana do bairro, com o arco da circunvalação, atual Avenida Marien N’Gouabi, assumido como limite sul. Em meados do mesmo século, o restante perímetro foi delimitado nas laterais do sentido sul-norte, pela Avenida de Angola, a oeste, que confina com a Munhuana e atual Minkadjuine, e pela Avenida Acordos de Lusaka (antiga Craveiro Lopes), a este, que confronta com a Malhangalene. O limite norte definiu-se já no início do século XXI com a construção definitiva da Avenida Joaquim Chissano.

Em termos viários, o bairro tem dez entradas principais, sendo três a sul, quatro a oeste e três a este. As vias mais importantes e antigas são as ruas da Guiné e de Goa, que ligam, no sentido sul-norte, às avenidas Marien N’Gouabi e a de Angola. A norte desta última, as ruas de Angola e da Lixeira (antiga *bucaria*) ligam, no sentido oeste-este, com a Avenida Acordos de Lusaka,

Rede viária da Mafalala.

onde também intercetam as ruas de Timor, a Eusébio da Silva Ferreira e a Ivete Amós. Estas vias desmultiplicam-se internamente através de uma sinuosa e complexa rede acessos que penetram por entre o casario. Esta hierarquia viária faz lembrar o sistema circulatório de um corpo, que começa pelas principais *artérias*, como a Rua da Guiné, por exemplo, e se vai embrenhando para dentro do bairro até se transformar em estreitas vielas, como se fossem finos *capilares*¹⁸ a *alimentar* os locais mais recônditos da Mafalala.

Largo junto à antiga casa de Samora Machel.

A compressão espacial sentida em muitos desses *capilares* viários que, não raras vezes, se reduzem à largura mínima de um transeunte, é descomprimida em pequenos largos, normalmente adornados por frondosas árvores onde os habitantes se costumam reunir. A uma escala superior existem vários alargamentos onde os mafalalenses se concentram em maior número. Destes largos destacam-se: os que se localizam próximos dos templos muçulmanos e cristãos; o *Campinho Xicampanine*, na interceção das ruas de Goa e Eusébio da Silva Ferreira, esta última em homenagem a um dos futebolistas mais famosos; e o Mercado da Mafalala, entre as ruas da Guiné e de Goa, onde a maioria dos habitantes locais se abastece de bens essenciais. Para além deste mercado existem algumas cantinas que ainda se mantêm abertas, sendo de destacar uma na Rua de Goa, fundada em 1932.

Jogo de Futebol no Campinho Xipamanine, 2013.

Eusébio da Silva Ferreira.

Pormenor do revestimento de uma habitação, 2013.

Hoje em dia, ao percorrer a Mafalala o visitante depara-se com a precariedade e degradação em que se encontra a maioria do espaço urbano e habitacional. Mas, com um olhar mais atento, vai-se apercebendo da existência de uma enorme riqueza sociocultural a cada virar de esquina. À medida que se penetra nas estreitas e labirínticas vielas, definidas pelos perímetros parcelares já descritos, e nos largos que as pontuam, vai-se sentindo o espírito do local formado por mais de um século de história e encontros de culturas. A diversidade sociocultural daí resultante encontra-se materializada em muitos pormenores que distinguem a Mafalala de outros espaços (sub)urbanos da cidade.

Pintura de publicidade numa fachada, 2013.

No bairro coexistem e, em muitos casos, fundem-se comunidades de origem essencialmente africana, mas também asiática e europeia, com culturas diversas, que se miscigenam sem perderem uma identidade própria, num espaço intercultural em constante mutação e recriação. É este mosaico sociocultural que impregna os sentidos de quem visita aquele espaço urbano.

Neste espaço é visível uma enorme diversidade de detalhes construtivos de diferentes proveniências e influências. Desde as habitações em caniço, passando pelas de madeira

e zinco, até às convencionais em alvenaria, ou mesmo outras que fundem estes três tipos com outros materiais mais recentes. Estas materialidades construtivas fundem-se numa rica paleta de cores, padrões e texturas, fazendo lembrar as *capulanas* tão presentes no bairro. Não menos interessantes, em termos visuais, são os anúncios pintados à mão que decoram paramentos e intensificam o espectro cromático e gráfico das ruas, a que se juntam os aromas e sabores de uma variada gastronomia. A experiência sensorial intensifica-se com o burburinho contínuo, ora do pregão dos comerciantes de rua que vendem desde deliciosas iguarias (*samoosas*, *badjias*, maçarocas assadas ou *mathapas*) às novidades da moda nas *calamidades*¹⁹; ora do contemporâneo ritmo do *pandza* (fusão de marrabenta, ragga e hip hop), das danças tradicionais, (como o *tufo* da Ilha de Moçambique), e ainda de outros estilos musicais criados, tocados e dançados em tempos idos (como é o caso da *marrabenta* de Fanny Mpfumu).

Mas percorrer a Mafalala não se reduz a uma mera experiência sensorial. As ruas e casas estão imbuídas de histórias, em particular da história dos moçambicanos, da história da Luta de Libertação e de alguns dos seus protagonistas. O bairro foi palco da resistência (sub)urbana ao colonialismo, no tempo em que se sonhava com o dia em que a liberdade reinasse naquelas ruas, naquele bairro,

Uma das entradas do bairro, Setembro de 1974.

naquela cidade, naquele país. O sonho viria a materializar-se quando ecoou pelo bairro a senha “o galo amanheceu”, que despoletou a derradeira revolução dos habitantes suburbanos contra as hostes reacionárias que pretendiam reverter o processo de independência de Moçambique.

Os fatores de agregação

À semelhança dos outros subúrbios, também os habitantes da Mafalala estiveram sujeitos a um sistema informal de pagamento de rendas aos proprietários dos terrenos onde se queriam fixar. Tendo como base estratégias de sobrevivência e solidariedade social comuns a outros tipos de migrações em África, estes povos agruparam-se predominantemente por entidade patronal, profissão, locador, local de origem, relações familiares, religião, cantina, entre outros fatores que se mantiveram até ao final do século XX (Silva, 2000).

Normalmente eram os homens que vinham primeiro para a cidade em busca de melhores condições de vida. Se não conhecessem ninguém tentavam arranjar emprego e fixar-se numa habitação precária o mais próximo possível do trabalho, pagando uma renda ao locador

do terreno que, em alguns casos, era do próprio patrão. Quando as condições estabilizavam chamavam os familiares ou conterrâneos para se juntarem a eles (Rita-Ferreira, 1968: 244). Os recém-chegados tendiam a aglomerar-se dentro do perímetro da parcela do mesmo locador, a quem também começavam a pagar renda, muitas vezes de forma indireta, isto é, pagavam aos residentes mais antigos que, por sua vez, iam pagar ao locador. Desta forma, cada parcela suburbana funcionava como uma célula de acolhimento cujo núcleo se ia preenchendo predominantemente com uma comunidade de determinada origem, muitas vezes por ligações familiares a clãs ou religiosas.

Este último fator também foi preponderante na agregação populacional nos subúrbios. O vínculo a determinada religião ou variante da mesma, gerava polos de atração e agregação entre as populações migrantes. Neste aspeto, a presença das igrejas protestantes, nos territórios circundantes da baía, foi muito forte desde o último quartel do século XIX, influenciada pelas colónias *anglo-boers* do *hinterland*. Tinham, em geral, uma postura mais inclusiva e de proximidade para com os povos do sul do rio Save, o que fomentou a confiança de muitos deles e a desconfiança da administração portuguesa dominada pela igreja

Detalhe da capulana de uma dançarina de tufo, 2013.

católica (Dores, 2014: 138-183). O raio de influência destas missões/igrejas protestantes alargava-se a outros espaços suburbanos.

Na Mafalala, a predominância de povos swahilis, em especial da costa oriental de África e ilhas adjacentes²⁰, e a proximidade com os *mouros*²¹ do Alto Maé, fazia com que a religião islâmica tivesse uma maior influência e presença local, o que, em termos socioculturais, diferenciava a Mafalala dos restantes subúrbios. Mas a aceitação destas culturas de matriz swahili, no panorama sociocultural dos subúrbios da cidade na viragem do século, nem sempre foi bem aceite²², como se aponta em vários artigos d'O *Africano* da época, que tecem duras críticas à comunidade macua, em particular, ao ruído e estranheza de certos rituais²³.

Na capital de Moçambique a resistência inicial à cultura macua vinha de diversos quadrantes. Da parte dos colonizados, pelo choque cultural com os povos do sul do rio Save. Do lado dos colonizadores, pela hegemonia cristã (católica e protestante) e pelo discurso económico protecionista anti-indiano, em particular anti-muçulmano, que predominava nas hostes nacionalistas do colonialismo europeu da África Oriental.

Este fator veio reforçar a coesão das comunidades africanas islamizadas da Mafalala que, para protegerem e preservarem a sua cultura, tiveram uma forte vertente associativa. Utilizando as redes das zonas de origem onde se associavam em confrarias ou irmandades "de carácter reservado

EDICAO (Barulho infernal...)

Chamamos a atenção do sr. administrador do Concelho para o barulho que, durante a noite e aos domingos durante a tarde inteira, se faz n'uma casa da Munhuaua.

Diz-se que *aquillo* é uma resa musulmana, para propaganda da religião Mahometana.

O certo é que na tal casa, um cubiculo sem ar, e sem luz, juntam-se dezenas de macuas machos, femeas e creanças, a berrarem desalmadamente «ha, ha, ha, ha», isto durante horas, com as janelas e portas fechadas.

Quando abrem uma porta sahem por ella uns diabos a destillar suor, creanças quasi asfixiadas, correndo

n'um tumulto aos barris d'agua, onde bebem, soffregos: uma feita golada d'agua *cristalina*!

— Aquillo não é religião, não é nada é um pretexto para a vidinha ociosa... com mulherio á mixtura; e é ainda a tal coisa de desviar o indigena da civilização portugueza, incutindo-lhe no animo o odio aos christãos...

Qualquer dos nomes que lhe queiram dar, porem, o certo e positivo é que não deve continuar porque é um barulho d'ensurdecer.

Contamos com as providencias da administração para nos livrar de tal calamidade.

O Africano, 22.05.1909.

e absoluta predominância masculina” e dedicadas não só às práticas religiosas como também a “associações mutualistas” que conferiam à comunidade uma identidade própria (Rita-Ferreira, 1968: 457). Refira-se que na Mafalala existiam quatro confrarias, três da ordem *Shadhuliyya*²⁴ e uma da *Qadiriyya*²⁵ (Carvalho, 1988: 61-65; Lemos, 1988: 52-53). Além da componente religiosa, a vertente mutualista de proteção social da comunidade pertencente a cada confraria, pesava na escolha do local de fixação dos migrantes conterrâneos ou confrades islâmicos que se estabeleciam no bairro, sendo um importante fator de agregação.

Algo semelhante acontecia na relação das comunidades suburbanas com as cantinas. Este tipo de entreposto comercial foi uma das vertentes do capitalismo colonial que mais interferiu no quotidiano

Chegada de novos membros à Mesquita Baraza, 2013.

Canteen Scene Potter's Inn, Grahamstown (África do Sul), 1850. Pintura de Frederick Timpson l'Ons.

dos colonizados, não só no meio rural, mas também, e com maior incidência, nos tecidos suburbanos. A degradação da vida rural da maioria dos africanos e a sua consequente urbanização, tornou-os mais dependentes desta forma de comércio. O rápido desenvolvimento económico no final do século XX gerou um proletariado africano, que, apesar dos magros salários, rapidamente se embrenhou no consumismo capitalista da economia colonial. Os povos de origem indiana, em particular os ligados ao sistema colonial britânico, foram dos primeiros a explorar o filão comercial das cantinas, em continuidade com a sua tradição secular de entrepostos comerciais no *hinterland* da costa oriental africana. Com o arranque da economia colonial do século XIX, as cantinas vão preencher informalmente o hiato no sistema de fornecimento de bens aos povos nativos. Começaram por se estabelecer junto das minas e povoações rurais de onde provinha a mão de obra africana para o Transvaal, aliciando-a com uma miríade de produtos que ia desde os mais essenciais, como os alimentos, até aos mais supérfluos e nefastos, como o álcool e a prostituição (Harries, 1994: 101-105).

Mais uma vez a influência das colónias *anglo-boers* do *hinterland* vai refletir-se no quotidiano da capital de Moçambique, onde o mote do negócio das cantinas seguiu o das congéneres sul-africanas. No auge do já mencionado discurso higienista do início do século XX, as autoridades coloniais portuguesas proibiram definitivamente a existência de cantinas intra circunvalação, em especial no Alto Maé, cerceando, ainda mais, os movimentos dos africanos para as zonas suburbanas (Sopa, 2014: 44-46).

*Cantina dos subúrbios
de Lourenço Marques,
1962. Desenho de
Augusto Naftal.*

Com o tempo as cantinas foram acumulando mais valências. Num habitat densamente povoado e degradado, onde faltava quase tudo, desde os bens alimentares às infraestruturas básicas, como água potável e saneamento, as cantinas tornaram-se, cada vez mais, imprescindíveis à sobrevivência dos habitantes suburbanos, como os da Mafalala. Conscientes desta dependência, os cantineiros tornaram-se atores preponderantes na hierarquia colonial suburbana, mantendo uma relação ambígua e assimétrica com a clientela africana.

Cantina Mercaria Lourinhã nos subúrbios de Lourenço Marques, década de 1960.

Esta, devido à precariedade laboral e económica a que estava exposta, era impelida a recorrer ao crédito informal que os cantineiros lhe facultavam. Na linha do que já foi mencionado, um dos rituais iniciáticos dos migrantes africanos recém-chegados aos subúrbios era ir ao cantineiro, onde os seus familiares ou conterrâneos já eram clientes/ credores. Aí abriam conta no *livro* com o aval dos familiares, ficando assim evidente a importância das cantinas na vida da população, a ponto de determinarem a fixação destes migrantes em parcelas nas suas imediações.

Até à independência, as cantinas foram um tema recorrente na literatura moçambicana, sendo normalmente descritas como espaços assimétricos de violência social²⁶, mas foram também locais de fusão intercultural onde se difundiam, entre outros, novos estilos musicais como a marrabenta (Laranjeira, 2014; Sopa, 2014).

Além destes fatores de fixação e agregação das comunidades africanas nos subúrbios houve outros como a proximidade dos poucos fontenários existentes, cuja escassez favoreceu uma lucrativa venda de água potável por parte de alguns cantineiros (Câmara Municipal de Lourenço Marques, 1953: 51; Pereira, 1971: 34).

Do que já foi referido sobre a estrutura urbana da Mafalala, há a reter a forma como os seus habitantes se organizaram, empiricamente, em espaços que não foram preparados para os receber. Reagindo às condicionantes acima descritas, em especial às coloniais, foram construindo uma outra cidade, com dinâmicas próprias e geradoras de novas relações de onde provém parte das características socioculturais moçambicanas.

Foto aérea com a Avenida Craveiro Lopes
(atual Acordos de Lusaka) em construção, 1956.

Foto aérea com as inundações do Ciclone Claude na zona da lixeira (bucaria) e no bairro da Munhuana, 1966.

1979.

A arquitetura

A diversidade sociocultural da Mafalala refletiu-se na heterogeneidade das habitações que desenharam o seu espaço urbano, determinado por diferentes métodos e materiais construtivos que caracterizaram a arquitetura local. À semelhança do que acontecia noutros subúrbios, os habitantes da Mafalala eram permeáveis e inclusivos à aplicação de novas técnicas e materiais na construção das suas habitações. Estas influências arquitetónicas provinham de diferentes quadrantes culturais da sociedade colonial da época, resultando em exemplares arquitetónicos híbridos, muitas vezes heteróclitos, que foram pontuando o bairro.

Devido à precariedade já descrita, na fase de fixação e adaptação ao ambiente (sub)urbano, muitos dos métodos e materiais construtivos eram utilizados de forma a assegurar um abrigo básico e provisório para o indivíduo e, se fosse o caso, outras pessoas próximas (família, amigos, conterrâneos, etc.). Em geral, o refúgio inicial não era planificado, mas sim edificado consoante as condicionantes económicas e locais o que enfatizou o carácter fragmentado, quase aleatório, do tecido edificado dos subúrbios²⁷, que contrastava com a planificada e ortogonal *xilunguine*. Cada novo habitante suburbano construía provisoriamente como e onde podia, segundo as técnicas construtivas das zonas de proveniência, recorrendo muitas vezes à ajuda da *muti*²⁸, ou à comunidade mais próxima, normalmente da mesma zona de origem. Conforme as necessidades

Execução da cobertura cônica da casa tradicional cilíndrica dos Mpfumu.

e as condições económicas iam melhorando a habitação, tanto na qualidade dos materiais como na ampliação do espaço.

Os métodos e materiais construtivos

O pau a pique

Este método construtivo é um dos mais ancestrais e comuns na cultura bantu da África subsaariana. As principais razões da sua ampla difusão são: a facilidade em angariar os materiais, a forma de os transformar num abrigo e as boas performances contra as condições climáticas locais, caracterizadas pelo calor e chuva intensa. Salvo raras exceções, como as construções em pedra do Grande Zimbabwe, o material predominante era de origem vegetal, podendo os paramentos ser rebocados (*maticados*) com solos argilosos. Se os métodos e materiais construtivos são semelhantes, já as formas podem ser diversas, predominando as habitações de planta circular e cobertura cónica ou semiesférica, comum entre os povos a sul do rio Save, e as de planta poligonal e cobertura de duas ou quatro águas, difundidas pelas comunidades swahílis a norte do mesmo rio (Carrilho; Lage; Bruschi, 2005: 5-7).

O primeiro modelo foi o mais utilizado nos territórios circundantes da baía até ao século XX, em particular pelos tsongas. Tradicionalmente os seus aglomerados populacionais restringiam-se à família alargada, onde as habitações eram organizadas em redor do recinto do gado (*kraal*). Em termos técnicos, o *lwango*²⁹ era o elemento mais complexo e exigente de executar, sendo construído junto de zonas de fácil acesso à matéria-prima. Aí se montava a estrutura num cone invertido com 45 graus de inclinação, previamente escavado no solo, que funcionava como molde de diâmetro e profundidade variável conforme o pretendido. Depois de montada, a estrutura de madeira era transportada para o local onde iria ser edificada a habitação. Só mais tarde é que o paramento cilíndrico passou a ser construído em *caniço* estruturado com madeira. Esta última era então aplicada e vedada com o recurso a folhas secas de determinadas plantas, conhecidas localmente por *luhlwa* (Junod, 1912: 87-95).

Detalhe do Mapa (holandês) com as feitorias na Baía de Lourenço Marques, 1726. "a" indica a feitoria holandesa, "b" a atual Baixa de Maputo; "c" a área do Maxaquene, "d" a Ponta Vermelha, "e" a Polana, "f" o Alto do Mahé, "g" Katembe, "h" a fortaleza projetada, "i" Kraal com casas de planta cilíndrica dos nativos, "j" área agrícola projetada.

Ampliação da imagem da página anterior.

Devido à complexidade de execução a estrutura da cobertura era muitas vezes reutilizada, quando os proprietários pretendiam mudar para outro local.

No mapa holandês que representa a baía no primeiro quartel do século XVIII, é bem visível o predomínio do modelo cilíndrico na povoação Mpfumu no planalto onde, mais tarde, se viria a implantar a cidade alta e os subúrbios³⁰. No início do século XIX, os *pioneiros*

Detalhe de Mapa (holandês) com representação das casas cilíndricas da população nativa, 1721.

portugueses que se estabeleceram em redor do presídio ainda usaram este modelo para as suas habitações, algo que se manteve até ao final da década de [18]60. Mas com o passar do tempo este método construtivo foi sofrendo algumas alterações formais e materiais, introduzidas pelos estrangeiros que iam chegando cada vez em maior número. Eram não só europeus, como também indianos católicos (*goeses*), *baneanes* hindus e muçulmanos do Guzarate, estes últimos com fortes ligações à Ilha de Moçambique onde eram considerados exímios construtores de habitações bem-adaptadas aos climas tropicais. (Lima, 1968: 12, 16, 20, 29). Aí, já há muito que as casas dos povos locais eram projetadas com base poligonal e coberturas de duas ou quatro águas, cuja influência é frequentemente referida como proveniente da cultura construtiva islâmica do mar Árábico,

tanto dos povos do Médio Oriente, como dos da costa malabar indiana (Carrilho, 2005: 30-35).

Com a mudança da capital da Ilha de Moçambique para Lourenço Marques, a habitação swahili difundiu-se pelos subúrbios da cidade, em particular pela comunidade macua que vivia nas terras altas do régulo “Maié ou Mahea”, mais tarde conhecidas por Alto

Detalhe do postal *Souvenir de Lourenço Marques*:
The Native Location, com habitação de planta retangular, 1900.

[do] Maé (Noronha, 1895: 59). Os materiais utilizados pelo modelo poligonal eram idênticos aos do circular, divergindo no método construtivo da estrutura da cobertura e na organização do espaço interior. A geometria do modelo swahili veio a demonstrar-se mais versátil no meio (sub)urbano, tanto para possíveis ampliações a partir do mesmo volume, tão importantes para as famílias alargadas que viviam nos exíguos espaços suburbanos, como pela facilidade em se adaptar a outros materiais construtivos. Contrariamente, nas casas de planta cilíndrica era mais difícil executar os paramentos em alvenaria ou a cobertura cônica em chapa de zinco, o que as tornava menos adaptáveis às mudanças e exigências habitacionais das populações suburbanas.

A madeira e o zinco

A relação geográfica da capital moçambicana com as colónias *anglo-boers* do *hinterland* foi preponderante para a disseminação dos edifícios pré-fabricados em chapas metálicas onduladas nos métodos construtivos locais. A introdução e disseminação deste material resulta, essencialmente, do desenvolvimento do *corrugated iron*, na Europa, especificamente na Inglaterra, desde o início do século XIX. A indústria inglesa foi mais eficaz não só no processo produtivo como também na comercialização/ disseminação do produto. Este fenómeno está intimamente relacionado com a expansão colonial europeia da época. No caso inglês, os catálogos de *kits* pré-fabricados de madeira e zinco propagaram-se rapidamente pelas possessões sob sua influência direta ou indireta. Facilmente quantificados, transportados, armazenados, montados, desmontados e reutilizados, os *kits* foram fundamentais para a implantação das colónias britânicas (Warr, 2001: 1-2), em particular as que mais apostavam nas explorações mineiras e nas linhas férreas, como era o caso da África Austral.

Casa pré-fabricada, catálogo da Francis Morton & Co., Ltd., Iron Merchants (Liverpool), 1873.

Nas primeiras, que começaram a proliferar no Transvaal no último quartel do século XX, a incerteza quanto à qualidade e quantidade do minério fazia com que, não raras vezes, os *compounds* onde se alojavam as grandes massas laborais indígenas tivessem de ser desmontados e montados em outros locais de exploração, o que fazia dos *kits* de madeira e zinco peças fundamentais nessa logística. De forma semelhante a implementação da rede férrea iria necessitar destes *kits* para os estaleiros temporários ao longo dos trajetos, além de também serem amplamente utilizados em novas estações e povoados.

O facto destas colónias do *hinterland* dependerem do PCFLM para importar e exportar os seus produtos, fez com que aí se comesçassem a estabelecer muitas empresas de transitários e materiais de construção *anglo-boers*, possibilitando o comércio de chapas de ferro zincado e dos *kits* pré-fabricados (Lima, 1968: 36).

Desta forma, este material e método construtivo rapidamente se propagou pela capital de Moçambique, principalmente a partir da postura municipal de “aformoseamento geral das edificações e das

Casa de madeira e zinco, 2013.

Casal europeu no exterior de uma casa de madeira e zinco em Lourenço Marques, início do século XX.

ruas [...] da povoação circunscrita pela muralha de defesa”, aprovada por Augusto de Castilho em 1877, no rescaldo dos incêndios urbanos. A postura impôs que as coberturas das “casas [...] cobertas de palha [seriam] substituídas por outras de ferro zincado, ou telha no prazo improrrogável de três meses” (Lima, 1968: 36-39), o que marcou o início da hegemonia do ferro zincado na arquitetura local. Este predomínio foi transversal a todas as classes socioeconômicas da época, refletindo-se não só na *xilunguine* como também nos seus arrabaldes, fazendo-se sentir primeiro nos *compounds* e depois pelos restantes subúrbios, como a Mafalala, onde ainda hoje existem exemplares originais de alguns *kits* publicitados em catálogos ingleses do século XX. Apesar do isolamento térmico do calor tropical ser bastante inferior aos modelos de pau a pique com cobertura vegetal, a chapa metálica acabou por dominar o mercado construtivo, em particular na execução das coberturas de uma ou várias águas.

A alvenaria de adobe, cimento e betão

Até ao final do século XIX a construção de alvenaria em adobe foi pouco significativa no panorama arquitetónico da *xilunguine* e ainda menos nos subúrbios.

Na mesma época identificaram-se nos arredores da baía zonas de recolha de matérias-primas para fazer construções e paramentos, de razoável qualidade, em alvenaria de pedra com recurso à cal e ao cimento. Mais uma vez, seria a influência britânica do *hinterland*, através das obras da via-férrea, a fomentar a implementação destas tecnologias construtivas na capital. Com estas introduziu-se, ainda numa fase muito experimental, os primeiros elementos em betão armado com recurso aos materiais da própria linha, como os carris metálicos e brita, que se misturavam com o cimento e a areia.

Casal europeu no exterior de uma casa de alvenaria com telha cerâmica tipo francês em Lourenço Marques, início do século XX.

O arranque do século foi uma época de avanços e ensaios nas tecnologias construtivas na cidade, sendo muitos os exemplos de edifícios onde se fundiram vários métodos e materiais. Este fenómeno verteu-se nos subúrbios traduzindo-se, especificamente no caso da Mafalala, numa intensificação da diversidade plástica da paisagem urbana.

A Implantação da República, em 1910, e a ideia de progresso a ela inerente, contribuíram para a ascensão do cimento e da cal em detrimento dos métodos construtivos descritos anteriormente. Tal como a madeira e zinco tinha sido utilizada como argumento civilizacional para denegrir, substituir e segregar as construções tradicionais bantus, o cimento e a cal produziram o mesmo efeito sobre as construções em madeira e zinco. Em 1910, o médico responsável pelos Serviços de Saúde, movido pelo *sanitation syndrome* da época, insurgiu-se contra as construções de madeira e zinco com argumentos higienistas, afirmando que já era tempo de a capital “perder o seu aspeto mesquinho de ‘cidade de lata’”³¹, algo que se materializou dois anos depois, com uma postura municipal a proibir as licenças para esse tipo de construções dentro dos limites da *xilunguine*.

Depois de um curto período onde o fulgor progressista republicano quis contrariar a especulação britânica do cimento *Portland*, recorrendo à cal dos territórios a sul da baía, este acabaria por prevalecer. No final da Primeira Guerra Mundial o licenciamento e construção na Matola recorreria à fábrica de capital e tecnologia inglesa, Mozambique Portland Cement. No Estado Novo, a retórica colonialista agudizar-se-ia e a fábrica seria nacionalizada, sendo posteriormente entregue à Empresa de Cimentos de Leiria, em 1944 (Lima, 1968: 65-69). Estava assim consumado o domínio hegemónico do cimento nos sistemas construtivos da *xilunguine* que, a partir desta época, começou a ser conhecida como *cidade de cimento*. Esta reforçou a sua imagem de um espaço urbano e arquitetónico civilizado, em contraponto com o *caniço*, ou subúrbio, o que agudizou ainda mais a sua conotação primitiva aos olhos e nos discursos dos colonizadores.

A materialidade como identidade

Uma semântica segregacionista, ligada aos métodos e materiais construtivos, foi-se incorporando na retórica e na hierarquia colonial, determinando o cimento e o betão como o nível mais elevado da civilização e o pau a pique, ou *caniço*, o mais baixo. Num estádio intermédio permaneceriam as construções de madeira e zinco, de conforto térmico muito inferior ao do *caniço*, mas que representava para os povos africanos urbanizados um estatuto mais elevado. Para as elites que emergiam dos subúrbios, no primeiro quartel do século XX, “substituir a palhota primitiva pela barraca de zinco [era] uma das manifestações de civilização”³² (*O Africano*, 1915).

Este fascínio está relacionado e foi potenciando pela proximidade com as colónias *anglo-boers* para onde se dirigiam grandes fluxos migratórios dos mineiros³³ rumo ao Transvaal. Os principais objetivos desses emigrantes era não só ganhar prestígio dentro da comunidade de proveniência, como também dinheiro para assegurar um bom *lobolo* (dote) para o casamento. Parte do imaginário de progresso que traziam das cidades mineiras do *hinterland* eram as casas de madeira e zinco que por lá proliferavam. Regressar das minas e construir uma habitação deste género, se possível nos subúrbios da capital, significava uma promoção social dentro da comunidade onde estavam inseridos. A ascensão do cimento e, mais tarde, do betão armado, no segundo quartel do século XX, vai coincidir com o endurecimento do regime colonial para com os povos não-europeus, especialmente os africanos. Ao mesmo tempo começam a ganhar força os movimentos nacionalistas que provinham essencialmente das elites assimiladas, descontentes com o entrave à sua ascensão social na hierarquia colonial (Moreira, 1997). No contexto suburbano as habitações de madeira e zinco passariam, assim, a assumir uma conotação de resistência perante o poder colonial que o *cimento*, vulgo colonizador, exercia sobre o *caniço*, vulgo colonizado. Ainda hoje são visíveis na Mafalala as antigas casas de madeira e zinco de alguns protagonistas da libertação moçambicana, como Samora Machel, Joaquim Chissano, Noémia de Sousa, José Craveirinha, entre outros, sendo muitas delas preservadas como memória dos tempos de resistência ao colonialismo.

Casa onde viveu Joaquim Chissano, 2013.

A fechar

O espaço urbano da Mafalala é demasiado rico para se poder resumir em tão poucas palavras. Para conhecê-lo é preciso experienciá-lo, embrenhar-se nas suas ruas e ruelas, disfrutar da amabilidade dos seus habitantes, travar conhecimento com alguns. Escutar as histórias, não só dos mais velhos e sábios, profundos conhecedores da história do bairro de outros tempos, como as dos mais jovens e promissores, com todos os sonhos, anseios e novas perspetivas para o presente e futuro da Mafalala.

Para que a herança do bairro não se perca no tempo, é fundamental dar voz às diferentes gerações que nele coabitam. Passadas quatro décadas de independência em Moçambique, as memórias dos que, na Mafalala, lutaram pela liberdade, têm-se desvanecido, lentamente. É imperativo preservar estas memórias, reavivá-las no seio do bairro e dos seus habitantes, e reconhecer a sua importância na história do país. Elas são parte do espaço urbano da Mafalala.

A pressão imobiliária, resultante do crescimento económico da capital e do próprio país, tem vindo a ameaçar o património material e imaterial do bairro, através de acelerados processos de descaracterização, transformação e gentrificação. As autoridades locais, municipais e governamentais não têm conseguido controlar estes processos, devido à escassez de recursos humanos, técnicos e financeiros. Para tentar inverter esta tendência são necessárias iniciativas que fomentem e aprofundem o conhecimento do bairro e o dotem de melhores infraestruturas e equipamentos para os que nele habitam. Assim a Mafalala poderá continuar para os seus habitantes originários e tornar-se um espaço histórico visitável para nacionais e estrangeiros. Daqui emana a história de uma consciência sociocultural diversa e nacional que não será apenas uma herança, mas um projeto futuro para as novas gerações moçambicanas.

Notas

- ¹ Designação colonial dos subúrbios de algumas cidades moçambicanas, como Lourenço Marques e Beira, onde predominavam construções com este tipo de material vegetal. Na capital era recolhido, na sua maioria, das zonas alagadiças do Infulene.
- ² Povo predominante a sul do rio Save, com várias ramificações, entre as quais, os Chopes, de Zavala, ou os Tongas, de Inhambane.
- ³ Os termos mais comuns são: *township* (África do Sul), *umjondolo* (Zulu, Durban), *mussekes* (Angola), *caniço* (Moçambique), *mabanda* (Kiswahili, Tanzânia), *bairro da lata* (Portugal), *favelas* (Brasil), *villa miséria* (Argentina), *slum* (Inglaterra), *bidonvilles* (França).
- ⁴ Publicado no periódico *Lourenço Marques Guardian*, 14 de junho de 1909. Agradeço a António Sopa esta referência.
- ⁵ Esta proibição iria manter-se até ao início da década de 1960, sendo uma das causas da precariedade habitacional nos subúrbios. *Native locations* ver Frescura (2001: 68)
- ⁶ No urbanismo colonial britânico, as *locations* eram zonas urbanas específicas onde as autoridades coloniais confinavam os grupos somáticos não-europeus. As mais comuns eram as *native locations*, equivalente aos *bairros indígenas* do colonialismo português, as *coloured locations*, para os mestiços, as *coolie locations*, para asiáticos (indianos e chineses) (Frescura, 2001: 68).
- ⁷ Conhecida por Avenida Caldas Xavier até à independência, hoje Avenida Marien N’Gouabi.
- ⁸ Uma das formas como se designava os limites da *xilunguine* no início do século XX (Nyeleti, 1912: 1).
- ⁹ “O que será da raça negra, a legítima proprietária dos territórios cobiçados, anexados e em breve ocupados pelos brancos”.
- ¹⁰ Decreto de 23 de março de 1895.
- ¹¹ Aprovado em 9 de julho de 1909, adaptado para Moçambique a partir do *Regime para a concessão de terrenos no Ultramar*, decreto de 9 de maio de 1901.
- ¹² Forma como se designava a circunvalação na metrópole desde meados do século XIX. A mesma grafia foi usada para designar a circunvalação na *Planta da Cidade de Lourenço Marques e Subúrbios*, impressa em 1912, onde se registou, a mando da Câmara Municipal, os dados topográficos recolhidos pela Agrimensura entre 1907 e 1908.
- ¹³ No caso de Lisboa, a primeira linha de circunvalação foi construída de 1845 a 1850 para facilitar a fiscalização e cobrança de impostos sobre mercadorias entradas em Lisboa vindas por terra.
- ¹⁴ “Projeto de Ampliação da Cidade”, elaborado em 1887 pelo Major António José de Araújo. Seria aprovado oficialmente cinco anos mais tarde, devido às negociações com os proprietários dos terrenos onde a malha ortogonal foi projetada e implantada (Liesegang, 1987: 40).
- ¹⁵ Estas zonas eram conhecidas no urbanismo francês por *cordon sanitaire*. De forma semelhante, a versão colonial britânica, *buffer zone*, servia para separar as *native locations* dos outros grupos, principalmente dos europeus.

- ¹⁶ Segundo as *Posturas Municipais em vigor na Cidade de Maputo*, compiladas pelo MICOA em 1998, “a divisão dos terrenos da cidade [é em] talhões numerados e estes em parcelas, estendendo-se por talhão o terreno circundado por ruas e avenidas, e por parcelas as partes em que estes talhões se dividem”.
- ¹⁷ Segundo Frescura (2001: 68), o termo provém do malaio *kampong*, que significa recinto, estaleiro. Eram espaços habitacionais confinados e insalubres onde as empresas de mineração sul-africanas alojavam os mineiros africanos (Moroney, 1978). O modelo foi adaptado para Lourenço Marques pelos engajadores de mão de obra, como a WNLA, que aí mantinham os seus trabalhadores, alguns em trânsito para as minas do Transvaal e outros para o *chibalo* da capital (Penvenne, 1993: 158).
- ¹⁸ Paola Berenstein Jacques (2001) ilustra este fenómeno de uma forma semelhante para o caso das favelas do Rio de Janeiro, remetendo para um sistema de *rizoma*, que se vai enraizando, penetrando e moldando no espaço suburbano.
- ¹⁹ Também conhecida em Maputo por *xicalamidades*, é um comércio informal de vestuário usado doado por países estrangeiros para ajudar as vítimas de calamidades naturais.
- ²⁰ Em particular as ilhas de Moçambique, Comores, Zanzibar e Madagascar (Alpers, 2001).
- ²¹ Termo colonial pejorativo para designar os povos de religião muçulmana em Moçambique.
- ²² Esta resistência é evidente em vários artigos publicados no periódico *O Africano* no primeiro quartel do século XX, onde as críticas à cultura swahili (designada na altura por macua) eram recorrentes.
- ²³ O ritual religioso mais comum era o Rifa'iyya Dhikr, celebrado por alguns swahilis moçambicanos por altura do Maulide e que tinha ligações a congéneres de Zanzibar e Comores, sendo uma das influências da dança do tufo (Bonate, 2007: 66-72). Segundo um dos artigos d'O *Africano* (1909-05-22), este ritual Dikhiri (Dhikr) fazia um “barulho infernal [...] que, numa casa da Munhuana, dezenas de macuas cantavam ‘ha, ha, ha, ha’ durante horas”. É possível que a corruptela ‘ha, ha, ha, ha’ remeta para parte do refrão hipnótico do Dhikr que refere repetidamente “Allah, Allah, ...”, sendo provável o seu contributo fonético para o nome da Mafalala.
- ²⁴ Instalou-se na Ilha de Moçambique, em 1897, por um Xêhê das Comores (Carvalho, 1988: 61). Na Mafalala, das três confrarias desta ordem, duas estavam ligadas à Ilha de Moçambique, a *Chadulia* e a *Itifaque* (ou *Camaria*, criada em na Ilha em 1936), e a outra às Comores, a *Baraza* (Bonate, 2007: 206).
- ²⁵ Ou *Cadiria*, instalou-se na Ilha de Moçambique, em 1904, por um Xêhê de Zanzibar (Carvalho, 1988: 63).
- ²⁶ Foi a partir de muitas cantinas dos subúrbios de Lourenço Marques, em especial das dos europeus, que se geraram alguns focos de violência dos conturbados meses de setembro e outubro de 1974.
- ²⁷ Algo semelhante aconteceu noutros assentamentos espontâneos em ambientes urbanos como, por exemplo, nas favelas brasileiras (Jacques, 2001).
- ²⁸ Termo ronga para designar povoação, normalmente pertencente a um clã ou família alargada que

se entreajuda, muitas vezes na edificação das habitações (Waterhouse, 2001: 129). É interessante verificar que no ambiente das favelas brasileiras existe a expressão *mutirão* com um significado semelhante à entreajuda comunitária (Piccolo, 2009: 94; Houaiss, 2015: 2718).

- ²⁹ Termo ronga para designar a cobertura cônica das suas habitações. Estes e os restantes termos desta língua foram retirados dos *Diccionarios shironga-portuguez e portuguez-shironga, precedidos de uns breves elementos de grammatica do dialeto shironga, falado pelos indigenas de Lourenço Marques*, de Ernesto Torre do Valle, editado pela Imprensa Nacional, em 1906.
- ³⁰ De salientar o pormenor no desenho da casa de planta retangular que se encontra à beira da encosta, entre a feitoria holandesa e a povoação Mpumvu, o que denota já alguma contaminação desse modelo.
- ³¹ Excerto de um artigo no periódico *Lourenço Marques Guardian*, 23 de junho de 1910, publicado por Lima (1968: 64-65).
- ³² Excerto de um artigo no periódico *O Africano*, 15 de maio de 1915, sobre o pagamento do imposto predial nos subúrbios.
- ³³ Apelidados de *mampara magaiza* ou *mambarha gayiza* e, mais tarde, de *madjonidjoni* (Mungoi, 2010: 211-215).

Bibliografia

Alpers, Edward A. (2001), "A Complex Relationship: Mozambique and the Comoro Islands in the 19th and 20th Centuries", *Cahiers D'études Africaines*, 41 (161): 73-96.

Bonate, Liazzat J. K. (2007), *Traditions and Transitions: Islam and Chiefship in Northern Mozambique, Ca. 1850-1974* (PhD). Cape Town: University of Cape Town.

Cabaço, José Luis, (2007), *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação* (Dissertação de Doutoramento). São Paulo: Universidade de São Paulo. Câmara Municipal de Lourenço Marques (org.) (1953), *Anais da Câmara Municipal de Lourenço Marques: 1951*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique.

Carrilho, Júlio (2005), *Ibo, a Casa e o Tempo*. Maputo: FAPF.

Carrilho, Júlio; Lage, Luís; Bruschi, Sandro (2005), *Era uma vez uma palhota: história da casa moçambicana*. Maputo: FAPF.

Carvalho, Álvaro Pinto (1988), "Notas para a história das confrarias islâmicas na Ilha de Moçambique", *Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, n.º4 (especial): 59-66.

- Castilho, Augusto de (1880), *O districto de Lourenço Marques, no presente e no futuro*. Lisboa: Sociedade de Geographia de Lisboa.
- Dores, Hugo Gonçalves (2014), *Uma missão para o império: política missionária e o "novo imperialismo" (1885-1926)* (Dissertação de Doutoramento). Lisboa: UI/ ISCTE-IUL/ UCP/ UE.
- Frescura, Franco (2000), "Deconstructing the Apartheid City", 26, *HSRC*, Pretoria.
- Frescura, Franco (2001), "The Spatial Geography of Urban Apartheid", in Abebe Zegeye; Robert Kriger (orgs.), *Culture in the New South Africa* (vol.2). Roggebaai: Kwela Books: 65-90.
- Gros, Marielle Christine (1982), *O alojamento social sob o fascismo*. Porto: Afrontamento.
- Harries, Patrick (1989), "Exclusion, Classification and Internal Colonialism: The Emergence of Ethnicity Among the Tsonga-Speakers of South Africa", in Leroy Vail, *The Creation of Tribalism in Southern Africa*. Los Angeles: University of California Press: 77-117.
- Harries, Patrick (1994), *Work, Culture, and Identity: Migrant Laborers in Mozambique and South Africa, C.1860-1910*. Johannesburg: Witwatersrand Univ. Press.
- Houaiss, António (2015), *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (Vol. 5). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Jacques, Paola Berenstein (2001), "Estética das favelas (arquitextos 013.08)", *Vitruvius*. Consultado a 15-05-2016, em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.013/883>.
- Jerónimo, Miguel Bandeira; Domingos, Nuno (2015), "Do indígena ao imigrante", in Nuno Domingos; Bruno Monteiro (orgs.), *Este país não existe*. Porto: Deriva: 135-142.
- Junod, Henri Alexandre (1898), *Les Ba-ronga: étude ethnographique sur les indigènes de la baie de Delagoa. Moeurs*. Neuchâtel: Attinger.
- Junod, Henri Alexandre (1912), *The Life of a South African Tribe. The Psychic Life* (Vol. 2). Neuchâtel: Attinger.
- Laranjeira, Rui (2014), *A Marrabenta: Sua Evolução e Estilização, 1950-2002*. Maputo: Minerva Central.
- Lemos, Manuel Jorge Correia de (1988), "Reviver a Ilha, na Mafalala", *Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, n.º 4 (especial): 49-58.
- Lima, Alfredo Pereira de (1968), *Casas que fizeram Lourenço Marques*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

Mendes, Maria Clara Teles (1985), *Maputo antes da independência: geografia de uma cidade colonial*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.

Mitchell, Hilary Flegg (1975), *Aspects of Urbanisation and Age Structure in Lourenço Marques (Maputo)*. Lusaka: NECZAM (University of Zambia, Institute for African Studies).

Moreira, José (1997), *Os Assimilados, João Albasini e as Eleições, 1900-1922*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.

Moroney, Sean (1978), "The development of the compound as a mechanism of worker control 1900-1912". Consultado a 15-05-2016, em <http://wiredspace.wits.ac.za/handle/10539/8009>.

Mungoi, Dulce Maria Domingos Chale João (2010), *Identidades viajeiras: família e transnacionalismo no contexto da experiência migratória de moçambicanos para as minas da terra do Rand, África do Sul* (Dissertação de Doutoramento). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Njoh, Ambe. 2007. *Planning Power: Town Planning and Social Control in Colonial Africa*. London: Routledge.

Noronha, Eduardo de (1895), *O districto de Lourenço Marques e a África do Sul*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Nyeleti, Franco Martins (1912), "Matriz Predial", *O Africano*, Abril 5.

Penvenne, Jeanne Marie (1993), *Trabalhadores de Lourenço Marques: 1870-1974: antologia de artigos*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.

Pereira, Guilherme da Silva (1971), "Bairro da COOP. Peregrinação semanal. Caniço, agua a mais, agua a menos", *Revista Tempo*, Junho 20.

Piccolo, Fernanda Delvalhas (2009) "Memórias, histórias e representações sociais do bairro de Vila Isabel e de uma de suas favelas (RJ, Brasil)", *Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, 13 (1): 77-102.

Rita-Ferreira, António (1968), "Os africanos de Lourenço Marques", *Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique*, (1967/68), 9: 95-491.

Silva, Teresa Cruz e (2000), "Identidades étnicas como fenómenos agregadores num espaço social urbano: os casos de Mafalala e Chinhambanine", in Carlos Serra (org.) *Racismo, etnicidade e poder: um estudo em cinco cidades de Moçambique*. Maputo: Livraria

Universitária da Universidade Eduardo Mondlane: 195-208.

Sopa, António (2014), *A alegria é uma coisa rara: subsídios para a história da música popular urbana em Lourenço Marques (1920-1975)*. Maputo: Marimbique, Conteúdos e Publicações.

Voth, Hans-Joachim (2004), "Living standards and the urban environment", in Roderick Floud et al. (orgs.), *The Cambridge Economic History of Modern Britain*. Cambridge: Cambridge University Press: 268-94.

Warr, Anne (2001), "Making corrugations: a cultural journey", *From Point to Pathway: the Heritage of Routes & Journeys*. Consultado a 15-05-2016, em <http://www.aicomos.com/wp-content/uploads/Making-corrugations-a-cultural-journey.pdf>.

Waterhouse, Rachel (2001), *Gender Dimensions of Land Policy in Contemporary Mozambique: A Case Study of Ndixe Village, Marracuene District, Southern Mozambique* (PhD). Cape Town: University of Cape Town.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Margarida Calafate Ribeiro é investigadora-coordenadora no Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, docente e coordenadora, com Walter Rossa, do programa de doutoramento, Patrimónios de Influência Portuguesa e, com Roberto Vecchi, da Cátedra Eduardo Lourenço, Camões/ Universidade de Bolonha. Em 2015 ganhou uma bolsa do Conselho Europeu de Investigação, com o projeto *Memoirs: Filhos de Império e Pós-memórias Europeias*. Das suas publicações destacam-se *Uma História de Regressos: império, guerra colonial e pós-colonialismo* (2004), *África no Feminino: as mulheres portuguesas e a Guerra Colonial* (2007) e a organização de vários livros: *Fantasmas e fantasias imperiais no imaginário português contemporâneo* (com Ana Paula Ferreira, 2003); *Moçambique: das palavras escritas* (com Paula Meneses, 2008); *Lendo Angola* (com Laura Padilha, 2008); *Literaturas da Guiné-Bissau: cantando os escritos da história* (com Odete Costa Semedo, 2011); *Antologia da Memória Poética da Guerra Colonial* (com Roberto Vecchi, 2011); *Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar* (com Walter Rossa, 2015) e *Papéis da Prisão: diário, correspondência, apontamentos*, de José Luandino Vieira, que organizou com Mónica V. Silva e Roberto Vecchi (2015).

Walter Rossa (1962). Arquiteto pela Universidade Técnica de Lisboa (1985), mestre em História da Arte pela Universidade Nova de Lisboa (1991), doutor e agregado em Arquitetura pela Universidade de Coimbra (2001 e 2013). Professor Catedrático do Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia e investigador no Centro de Estudos Sociais e, com Margarida Calafate Ribeiro, coordenador do programa de doutoramento Patrimónios de Influência Portuguesa na Universidade de Coimbra. Leciona teoria e história do urbanismo e do território. Investiga em teoria e história do urbanismo, em especial nos domínios da urbanística, da cultura do território e do património de influência portuguesa. Deu aulas, cursos e conferências em 17

países; comissariou eventos e exposições; dirigiu projetos editoriais e de investigação; tem textos ou livros publicados em Português, Inglês, Espanhol e Italiano. As suas publicações mais recentes são o livro coletivo *Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar* (org. com Margarida Calafate Ribeiro) e a coletânea de autor *Fomos condenados à cidade: uma década de estudos sobre património urbanístico (2002-2013)*, ambos publicados pela IUC em 2015.

Ivan Augusto Laranjeira é ator, produtor, curador e guia de turismo. Membro fundador da Associação *IVERCA | Turismo, Cultura e Meio Ambiente*, Maputo, coordenador geral do programa de desenvolvimento comunitário MAFALALA TURÍSTICA no qual se inserem o Mafalala Walking Tour, Museu Mafalala e o Festival Mafalala. É bolseiro Mandela Washington 2016 para a Iniciativa Jovens Lideres Africanos e bacharel em Gestão Turística pela Escola Superior de Economia e Gestão – ESEG (Maputo). Como ator participou no filme *O Jardim de Outro Homem*, 2006, de Sol de Carvalho e *Kennedy's Brain*, 2010, baseado num romance de Henning Mankell, e nas séries *Aprender do Ouvido* da Rádio alemã Deutsche Welle. Como agitador cultural preocupa-se com a criação de programas de geração de renda para as comunidades através do rico património cultural moçambicano, a sistematização da informação artística/ cultural e o estabelecimento de pontes entre a cultura e as tecnologias de informação através da gestão de conteúdos para a maior plataforma cultural/ artística de Moçambique <http://mozarte.spla.pro> .

Francisco Noa Francisco Noa é Reitor da Universidade Lúrio (UniLurio), mestre em Estudos Literários Comparados, com a tese *Itinerário Poético de Rui Knopfli. A Outra Vertente da Literatura Moçambicana* (1995) e doutorado em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, com a tese *Literatura Colonial. Representação e Legitimação – Moçambique como invenção literária* (2001), pela Universidade Nova de Lisboa. É ensaísta, professor de Literatura Moçambicana na Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, e investigador associado no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra. Foi diretor e investigador do

Centro de Estudos Sociais Aquilo de Bragança (CESAB), em Maputo, até ao início de 2015. É Professor convidado, orientador e examinador de teses em universidades nacionais e no estrangeiro, assumiu ainda vários cargos de gestão em instituições de ensino superior. Entre as suas publicações destacam-se: *Literatura Moçambicana: memória e conflito* (1997); *A Escrita Infinita* (1998); *Império, Mito e Miopia. Moçambique como Invenção Literária* (2002); *A Letra, a Sombra e Água. Ensaios & Dispersões* (2008); *Perto do Fragmento, a Totalidade. Olhares sobre a literatura e o mundo* (2012); *A Escrita Infinita. Ensaios sobre literatura moçambicana* (2013).

Fátima Mendonça é Professora da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, desde 1977, tendo-se aposentado em 2004. Lecionou várias disciplinas, entre as quais Literatura Moçambicana, Literatura Comparada, Literaturas Africanas Comparadas, Literaturas da África Austral. Examinadora externa e professora visitante em diversas universidades africanas, brasileiras e europeias. A sua investigação situa-se no campo da História Literária de Moçambique, da qual resultaram várias publicações. Membro da Associação dos Escritores Moçambicanos, de cujos órgãos diretivos fez parte como vice-presidente da Assembleia-Geral e Presidente do Conselho Fiscal de 1992 a 1996. Desde 2007 é investigadora integrada do CLEPUL, Centro de Culturas e Literaturas Lusófonas e Europeias da Universidade de Lisboa. Entre as suas publicações destacam-se: *Literatura moçambicana, a história e as escritas* (1989); *Antologia da nova poesia moçambicana: 1975-1988* [com Nelson Saúte] (1993); *Rui de Noronha: meus versos* [edição crítica] (2006); *Literatura moçambicana: as dobras da escrita*. (2011); *João Albasini e as luzes da Nwanzengele* [com César Braga-Pinto] (2014).

Rui Guerra Augusto Laranjeira concluiu a licenciatura História pela Universidade Eduardo Mondlane com o tema: *A Marrabenta: sua evolução e estilização, 1950 – 2002*. Desde 2011 que é Mestre em Gestão de Património Cultural pela Flinders University, de Adelaide,

Austrália, com a tese: *A comparative Study of Parks Management in Australia and Mozambique: the Case of Kakadu, Uluru and Limpopo National Park*. É investigador no Instituto Superior de Artes e Cultura (ISArC), Centro de Estudos e Recursos (CER). É membro da Associação IVERCA, coordenador do projeto de pesquisa histórica sobre o bairro da Mafalala e da criação do Museu Comunitário da Mafalala. Das suas publicações destaca-se os livros: *A Marrabenta, Sua Evolução e Estilização, 1950 – 2002* (2014); *Mafalala: História, Cultura e Identidade* (no prelo); e o artigo em livro *Mafalala: memórias e espaços de um lugar*.

Nuno Simão Gonçalves é licenciado e mestre em Arquitetura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Atualmente, é investigador no projeto de “De S. Paulo de Luanda a Luanda, de Lourenço Marques a Maputo: capitais coloniais em tempos pós-coloniais” no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. É estudante de doutoramento do programa *Patrimónios de Influência Portuguesa*, do CES/III. Os seus interesses de investigação focalizam-se na arquitetura e urbanismo na África de língua oficial portuguesa, com especial empenho pelas questões da segregação urbana, antes e depois das independências. Das suas publicações destacam-se: o capítulo “A transição urbana de Lourenço Marques para Maputo, 1970-1980” (2016) e os artigos *Políticas de gestão (sub)urbana em Lourenço Marques (Maputo), 1875-1975* (2016); *The urban space of Mafalala: origins, evolution and description* (2016).

Ivan Laranjeira (IVERCA), Margarida Calafate Ribeiro (CES-UC), Fátima Mendonça (UEM),
Nuno Simão Gonçalves (CES-UC), Samuel Chembene (IVERCA), Aurélio Cuna (CESAB),
Walter Rossa (DARQ e CES-UC), 2013.

LEGENDAS DAS IMAGENS

capa	<i>Panorâmica</i> , 2016. Foto de Inadelso Cossa.
folha de rosto	<i>Dançarina de tufo</i> , 2013. Foto de Nuno Simão Gonçalves.
p. 8	<i>Casa de madeira e zinco</i> , 2013. Foto de Nuno Simão Gonçalves.
pp. 12 e 13	<i>Panorâmica</i> , 2016. Foto de Inadelso Cossa.
p. 14	<i>Ivan Laranjeira guiando o “Tour da Mafalala”</i> , 2013. Foto de Walter Rossa.
p. 17	<i>Placa toponímica da Rua Eusébio da S. Ferreira</i> , 2013. Foto de Nuno Simão Gonçalves.
pp. 18 e 19	<i>Casa onde viveu Samora Machel</i> , 2013. Foto de Nuno Simão Gonçalves.
p. 19	<i>Fotografia oficial do Presidente Samora Machel</i> , 1975. Foto do Arquivo Malangatana Valente Ngenya. http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_116998 .
p. 20	Década de 1980. Foto do Centro de Documentação e Formação Fotográfica de Moçambique.
p. 22	<i>Antigo vizinho de Francisco Noa</i> , 2014. Foto de Francisco Noa.
p. 27	<i>Músico de tufo</i> , 2013. Foto de Walter Rossa.
pp. 28 e 29	<i>Dançarinas de tufo</i> , 2013. Foto de Walter Rossa.
p. 30	<i>Francisco Noa frente à sua antiga casa</i> , 2014.
p. 32	Detalhe com Samora Machel, Noémia de Sousa e José Craveirinha do <i>Mural da Escola Primária Unidade 23, Mafalala</i> , 2013. Foto de Walter Rossa.
pp. 34 e 35	<i>José Craveirinha e os colegas de julgamento</i> , 1966. Arquivo Malangatana Valente Ngenya. http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_116998 .
p. 38	<i>José Craveirinha</i> . Foto do arquivo Malangatana Valente Ngenya. http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_116998 .
pp. 38 e 39	<i>Vedação</i> , 2013. Foto de Nuno Simões Gonçalves.
p. 41	<i>Conjunto João Domingues</i> . http://bigslam.pt/destaques/entrevista-com-fu-manjateem-maputo-por-joao-de-sousa

- p. 44 *Noémia de Sousa, José Craveirinha e Dolores*, década de 1950. In Noémia de Sousa (2001), *Sangue Negro*. Maputo: Associação dos Escritores Moçambicanos: 21.
- pp. 48 e 49 *Vedação*, 2013. Foto de Nuno Simões Gonçalves.
- p. 49 *Noémia de Sousa*, década de 1950. In Noémia de Sousa Noémia de Sousa (2001), *Sangue Negro*. Maputo: Associação dos Escritores Moçambicanos: 7.
- p. 52 *Eliane e Alfredo Caliano dançando marrabenta*, década de 1960. Foto do Arquivo de Eliane e Alfredo Caliano, <http://www.afribuku.com/un-breve-recorrido-por-la-historia-de-la-marrabenta>.
- p. 54 Detalhe da localização da Baía de Lourenço Marques da *Carte de la côte d'Afrique* de M. de Mesquita Perestrelo, 1576. Biblioteca Nacional de Portugal, <http://purl.pt/1588>.
- p. 55 Detalhe do *Mapa (holandês) com as feitorias na Baía de Lourenço Marques*, 1726. Sobreposta a delimitação atual do Bairro da Mafalala. Nationaal Archief (Haia), www.gahetna.nl
- p. 59 *Planta de Lourenço Marques, em 1876*. "a" e "b" indicam, respetivamente, as localizações de Mahé e Maxaquene. Arquivo Histórico Militar (Portugal).
- pp. 60 e 61 *The Mafalala Kafirs Dance*. In Irmãos Lazrus (ed.) (1901), *A souvenir of Lourenço Marques: an album of views of the town*, Lourenço Marques.
- p. 63 *Dançarinas de marrabenta*, década de 1950. Foto do Arquivo de Eliane e Alfredo Caliano, <http://www.afribuku.com/un-breve-recorrido-por-la-historia-de-la-marrabenta>.
- p. 64 *Mesquita Baraza*, 2013. Foto de Nuno Simão Gonçalves.
- p. 66 *Issulai Bino Hagy*, 2016. Foto de Rui Laranjeira.
- p. 68 *Cantina do Mufundisse*, 2013. Foto de Nuno Simão Gonçalves.
- p. 69 *Exemplar do tipo de casa de madeira e zinco com múltiplas águas*, 2013. Foto de Walter Rossa.
- p. 71 *Eusébio da Silva Ferreira: última visita ao bairro*, 2013. <https://www.facebook.com/adrm.mafalala/photos/pcb.1202800709731061/1202800576397741/?type=3&theater>
- p. 73 *Escola Primária Unidade 23*, projeto de São Paixão/ GUHARLM, 2013. Foto de Nuno Simão Gonçalves.

- p. 74 *Cássimo David (Shehe)*, 2016. Foto de Rui Laranjeira.
- p. 76 *Ritual do Maulide na Ilha de Moçambique*. In Lorenzo Macagno (2007), *Islã, transe e liminaridade*. *Revista de Antropologia* 50: 89-102. <http://www.scielo.br/pdf/ra/v50n1/a03v50n1.pdf>
- p. 77 *Dançarinas de marrabenta*, década de 1950. Foto do Arquivo de Eliane e Alfredo Caliano, <http://www.afribuku.com/un-breve-recorrido-por-la-historia-de-la-marrabenta>.
- pp. 80 e 81 *Barricada na entrada da Rua de Goa*, Setembro de 1974. Foto de António Costa Pinto (<http://antoniocostapinto.pt/sobre-mim/>)
- p. 82 *Equipa da Associação Desportiva e Recreativa do Bairro da Mafalala*, 2015. <https://www.facebook.com/adrm.mafalala/photos/pcb.1202800709731061/1202800576397741/?type=3&theater>
- p. 84 *Dançarina de tufo, com trajes de influência macua*, 2013. Foto de Walter Rossa.
- p. 86 *Carlos Bruheim* (sobrinho de Noémia de Sousa), 2016. Foto de Rui Laranjeira.
- p. 87 *Noémia de Sousa (ao centro, em baixo) com a sua família*. In Noémia de Sousa Noémia de Sousa (2001), *Sangue Negro*. Maputo: Associação dos Escritores Moçambicanos: 13.
- p. 89 *Cantina Mercearia Olhanense nos subúrbios de Lourenço Marques*, década de 1960. Foto de Pancho Guedes in Paul Oliver (1971), *Shelter in Africa*. New York: Praeger Publishers: 205.
- p. 92 *Guerra Manuel*, 2016. Foto de Rui Laranjeira.
- p. 97 *Galo sobre casa de madeira e zinco*, 2013. Foto de Nuno Simão Gonçalves.
- p. 98 *Teresa Caliano*, 2016. Foto de Rui Laranjeira.
- p. 106 2013. Foto de Nuno Simão Gonçalves.
- pp. 108 e 109 Detalhe com a inscrição ao território Mapfumo do *Plan De La Baie De Lourenco Marques*, 1873. Sobreposta a mancha atual do Bairro da Mafalala. <http://catalog.afriterra.org/viewMap.cmd?number=1716>.
- p. 111 *Slums de Glasgow*, 1868. British Library. <http://www.bl.uk/learning/timeline/external/vicphoto007-tl.jpg>
- pp. 112 e 113 Detalhe com destaque para o “Bairro Indígena” do *Projecto de Ampliação da Cidade de Lourenço Marques* do Major

António José de Araújo, 1887. Arquivo Histórico Militar (Portugal).

p. 117 *Planta da cidade de Lisboa e seus arredores*, c.1885. Sobreposta a circunvalação com um raio de 3 Km com centro na Praça do Comércio. Biblioteca Nacional de Portugal, <http://purl.pt/3647>

p. 118 *Planeamento urbano radial na África do Sul no final do século XIX*. À esq.^a detalhe da planta de Kimberley do mapa *Briton or Boer*, 1900. National Library of Australia, <http://trove.nla.gov.au/work/19117476?q&versionId=22457023>. À dir.^a detalhe do *Plan of Johannesburg and suburbs*, 1897. <http://hdl.handle.net/10539/9352>

p. 119 *Planta da Cidade de Lourenço Marques e parte dos subúrbios*, 1940. Além dos arcos de 2 e 3 Km: "a" indica o perímetro atual do Bairro da Mafalala, "b" a área do Bairro da Munhuana e "c" a área do Bairro de Xipamanine. Biblioteca Nacional de Portugal <http://purl.pt/17255>

p. 120 Detalhe da *Planta da Cidade de Lourenço Marques e subúrbio* por E. de Moctezuma, 1907-1912. Além dos arcos de 2 e 3 Km: "a" indica o perímetro atual do Bairro da Mafalala, "b" a área do Bairro da Munhuana, "c" a área do Bairro de Xipamanine, "d" o ponto de génese do Bairro da Mafalala, "e" a Zona de expansão segundo o Decreto de 09/07/1909, "f" a antiga estrada para as Terras do Estado (atual Rua de Goa), "g" a antiga estrada de Xixara (atual Rua dos Irmãos Roby) e "h" a antiga estrada de Lydenburg. Cópia do Instituto Geográfico do Exército, Centro de Documentação Geográfica e Militar.

p. 121 Detalhe da *Planta da Cidade de Lourenço Marques e subúrbio* por E. de Moctezuma, 1907-1912. "a" indica o perímetro atual do Bairro da Mafalala, "f" a antiga estrada para as Terras do Estado (atual Rua de Goa), "g" a antiga estrada de Xixara (atual Rua dos Irmãos Roby), "i" caminho que deu origem à atual Rua de Timor e "j" caminho que originou a atual Rua da Guiné. Cópia do Instituto Geográfico do Exército, Centro de Documentação Geográfica e Militar.

p. 122 *Evolução de um conjunto de parcelas ao longo de um século*. Da esquerda para a direita, de cima para baixo, os suportes são:
— *Planta do Título de Propriedade de uma parcela na Mafalala*. In Pedro Luiz de Bellegarde da Silva (1911) *Agrimensura e cadastro predial na Província de Moçambique*.
— Foto aérea, 1956. Direção Nacional de Geografia e Cadastro (Moçambique)

- Foto aérea, 1966. Direção Nacional de Geografia e Cadastro (Moçambique)
- Foto aérea, 1973. Direção Nacional de Geografia e Cadastro (Moçambique)
- Foto aérea, 1979. Direção Nacional de Geografia e Cadastro (Moçambique)
- Foto de satélite, 2015. Google Earth.

- p. 125 Detalhe de foto aérea com o *Compound*, 1956. Direção Nacional de Geografia e Cadastro (Moçambique).

- p. 126 *Planta da Cidade de Lourenço Marques e parte dos subúrbios*, 1940. Além dos arcos de 2 e 3 Km e da indicação dos principais fluxos casa-trabalho das diferentes zonas suburbanas: “a” indica o perímetro atual do Bairro da Mafalala, “b” Porto e Caminho de Ferro de Lourenço Marques [PCFLM] e “c” as principais zonas de comércio e serviços. Biblioteca Nacional de Portugal <http://purl.pt/17255>

- p. 128 *Rede viária da Mafalala*, 2014. Desenho de Nuno Simão Gonçalves.
- p. 129 2013. Foto de Nuno Simão Gonçalves.
- p. 129 *Largo junto à antiga casa de Samora Machel*. 2013. Foto de Nuno Simão Gonçalves.

- p. 130 *Jogo de Futebol no Campinho Xipamanine*, 2013. Foto de Walter Rossa.

- p. 130 Eusébio da Silva Ferreira. http://images.cdn.fourfourtwo.com/sites/fourfourtwo.com/files/pa-2494170_0.jpg

- p. 131 *Pormenor do revestimento de uma habitação*, 2013. Foto de Walter Rossa.

- p. 132 *Pintura de publicidade numa fachada*, 2013. Foto de Walter Rossa.

- p. 133 *Uma das entradas do bairro*, Setembro de 1974. Foto de António Costa Pinto (<http://antoniocostapinto.pt/sobre-mim/>)

- p. 134 *Detalhe da capulana de uma dançarina de tufo*, 2013. Foto de Nuno Simão Gonçalves.

- p. 135 Dikhiri (Barulho Infernal...). *O Africano*, 22.05.1909.
- p. 136 *Chegada de novos membros à Mesquita Baraza*, 2013. Foto de Walter Rossa.

- p. 137 *Canteen Scene Potter's Inn, Grahamstown* (África do Sul), 1850. Pintura de Frederick Timpson l'Ons.

- p. 138 *Cantina dos subúrbios de Lourenço Marques*, 1962. Desenho de Augusto Naftal. In catálogo da exposição (2010) *As Áfricas de Pancho Guedes*. Coleção de Dori e Amâncio Guedes. Câmara Municipal de Lisboa: 255.
- p. 138 *Cantina Merceria Lourinhã* nos subúrbios de Lourenço Marques, década de 1960. Foto de Pancho Guedes in Paul Oliver (1971), *Shelter in Africa*. New York: Praeger Publishers: 205.
- p. 140 *Foto aérea com a Avenida Craveiro Lopes (atual Acordos de Lusaka) em construção*, 1956. Direção Nacional de Geografia e Cadastro (Moçambique).
- p. 141 *Foto aérea com as inundações do Ciclone Claude na zona da lixeira (bucaria) e no bairro da Munhuana*, 1966. Direção Nacional de Geografia e Cadastro (Moçambique).
- p. 142 Foto aérea, 1973. Direção Nacional de Geografia e Cadastro (Moçambique)
- p. 143 Foto aérea, 1979. Direção Nacional de Geografia e Cadastro (Moçambique)
- p. 144 *Execução da cobertura cónica da casa tradicional cilíndrica dos Mpfumu*. In Henri Alexandre Junod (1898), *Les BaRonga: étude ethnographique sur les indigènes de la baie de Delagoa*. Neuchâtel: Attinger : 217.
- p. 146 Detalhe do *Mapa (holandês) com as feitorias na Baía de Lourenço Marques*, 1726. "a" indica a feitoria holandesa, "b" a atual Baixa de Maputo; "c" a área do Maxaquene, "d" a Ponta Vermelha, "e" a Polana, "f" o Alto do Mahé, "g" Katembe, "h" a fortaleza projetada, "i" Kraal com casas de planta cilíndrica dos nativos, "j" área agrícola projetada. Nationaal Archief (Haia), www.gahetna.nl
- p. 147 Ampliação da imagem da página anterior.
- p. 148 Detalhe de *Mapa (holandês) com representação das casas cilíndricas da população nativa*, 1721. Nationaal Archief (Haia), www.gahetna.nl
- p. 149 Detalhe do postal *Souvenir de Lourenço Marques: The Native Location*, com habitação de planta retangular, 1900.
- P. 150 *Casa pré-fabricada*, catálogo da Francis Morton & Co., Ltd., Iron Merchants (Liverpool), 1873.
- p. 151 *Casa de madeira e zinco*, 2013. Foto de Walter Rossa.
- p. 152 *Casal europeu no exterior de uma casa de madeira e zinco*

em *Lourenço Marques*, início do século XX. Foto de Adrien Clerc do International Mission Photography Archive da DM-échange et mission. <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/singleitem/collection/p15799coll123/id/1207/rec/105>

p. 153

Casal europeu no exterior de uma casa de alvenaria com telha cerâmica tipo francês em Lourenço Marques, início do século XX. International Mission Photography Archive da DM-échange et mission. <http://digitallibrary.usc.edu>

pp. 156 e 157

Casa onde viveu Joaquim Chissano, 2013. Foto de Walter Rossa.

p. 157

Fotografia oficial do Presidente Joaquim Chissano, 1986. <https://delagoabayworld.wordpress.com/2013/03/24/joaquim-chissano-segundo-presidente-de-mocambique/>

p. 169

Ivan Laranjeira (IVERCA), Margarida Calafate Ribeiro (CES-UC), Fátima Mendonça (UEM), Nuno Simão Gonçalves (CES-UC), Samuel Chembene (IVERCA), Aurélio Cuna (CESAB), Walter Rossa (DARQ e CES-UC), 2013.

(Página deixada propositadamente em branco.)

(Página deixada propositadamente em branco.)

O L H A R E S

OBRA PUBLICADA COM A COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

IIIUC INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO
INTERDISCIPLINAR
UNIVERSIDADE DE COIMBRA